



Universidades Lusíada

Santos, Márcio Rafael Marques dos, 1998-

Zonas urbanas sensíveis e criminalidade organizada

<http://hdl.handle.net/11067/6265>

Metadados

Data de Publicação

2021

Resumo

A presente investigação pretende identificar quais os principais desafios que a Zona Urbana Sensível (ZUS) do bairro da Cruz Vermelha enfrenta relativamente à criminalidade organizada. Para obter este desígnio central também se debateu: as características que o bairro da Cruz Vermelha possui para ser considerado uma Zona Urbana Sensível; a caracterização da população da ZUS do bairro da Cruz Vermelha; o sentimento de segurança/insegurança; as dificuldades de intervenção das forças de segurança n...

The presente research aims to identify the main challenges that the Sensitive Urban Zone (ZUS) of the neighborhood Cruz Vermelha faces in relation to organized crime. To achieve this central purpose, the following were also debated: the characteristics that the Red Cross neighborhood has to be considered a Sensitive Urban Area; the characterization of the ZUS population in the Cruz Vermelha neighborhood; the sense of security/insecurity; the difficulties of intervention of the security forces in...

Palavras Chave

Crime organizado - Portugal, Crime organizado - Prevenção, Bairros sociais, Polícia - Portugal, Bairro da Cruz Vermelha (Lisboa, Portugal) - Método de caso

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

yes

Coleções

[ULL-FD] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T10:28:17Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA
FACULDADE DE DIREITO
Mestrado em Segurança e Justiça

Zonas urbanas sensíveis e criminalidade organizada

Realizado por:
Márcio Rafael Marques dos Santos

Orientado por:
Prof. Doutor Luís Carlos Rodrigues Malheiro

Constituição do Júri:

Presidente: Prof. Doutor José Alberto Rodriguez Lorenzo González
Orientador: Prof. Doutor Luís Carlos Rodrigues Malheiro
Arguente: Prof. Doutor Sérgio Ricardo Costa Chagas Felgueiras

Dissertação aprovada em: 22 de março de 2022

Lisboa

2021



UNIVERSIDADE LUSÍADA

FACULDADE DE DIREITO

MESTRADO EM SEGURANÇA E JUSTIÇA

Zonas urbanas sensíveis e criminalidade organizada

Márcio Rafael Marques dos Santos

Dissertação reformulada

Lisboa

dezembro 2021



UNIVERSIDADE LUSÍADA

FACULDADE DE DIREITO

MESTRADO EM SEGURANÇA E JUSTIÇA

Zonas urbanas sensíveis e criminalidade organizada

Márcio Rafael Marques dos Santos

Dissertação reformulada

Lisboa

dezembro 2021

Márcio Rafael Marques dos Santos

Zonas urbanas sensíveis e criminalidade organizada

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade Lusíada para a obtenção do grau de
Mestre em Segurança e Justiça.

Orientador: Prof. Doutor Luís Carlos Rodrigues
Malheiro

Dissertação reformulada

Lisboa

dezembro 2021

FICHA TÉCNICA

Autor Márcio Rafael Marques dos Santos
Orientador Prof. Doutor Luís Carlos Rodrigues Malheiro
Título Zonas urbanas sensíveis e criminalidade organizada
Local Lisboa
Ano 2021

MEDIATECA DA UNIVERSIDADE LUSÍADA - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SANTOS, Márcio Rafael Marques dos, 1998-

Zonas urbanas sensíveis e criminalidade organizada / Márcio Rafael Marques dos Santos ; orientado por Luís Carlos Rodrigues Malheiro. - Lisboa : [s.n.], 2021. - Dissertação de Mestrado em Segurança e Justiça, Faculdade de Direito da Universidade Lusíada.

I - MALHEIRO, Luís Carlos Rodrigues, 1986-

LCSH

1. Criminalidade organizada - Portugal
2. Criminalidade organizada - Prevenção
3. Bairros sociais
4. Polícia - Portugal
5. Bairro da Cruz Vermelha (Lisboa, Portugal) - Método de caso
6. Universidade Lusíada. Faculdade de Direito - Teses
7. Teses - Portugal - Lisboa

1. Organized crime - Portugal
2. Organized crime - Prevention
3. Inner cities - Social aspects
4. Police - Portugal
5. Bairro da Cruz Vermelha (Lisbon, Portugal) - Case method
6. Universidade Lusíada. Faculdade de Direito - Dissertations
7. Dissertations, academic - Portugal - Lisbon

LCC

1. HV6453.P8 S26 2021

Aos meus avós, pais, restante família e amigos.

AGRADECIMENTOS

Queria agradecer em primeiro lugar ao meu orientador, o professor Doutor Luís Carlos Rodrigues Malheiro pela disponibilidade, orientação, aconselhamento e ajuda que me foram providenciadas para a realização desta dissertação académica.

Agradecer à minha família pelo apoio prestado durante a realização deste trabalho, sem eles seria impossível devido ao seu apoio incondicional, mais precisamente agradecer aos meus pais por tudo o que fizeram por mim no sentido de possuir todos os meios necessários para a realização bem-sucedida desta dissertação.

Gostaria de agradecer à minha namorada Catarina pelo carinho, amor, motivação e apoio incondicional durante toda a realização desta dissertação.

Agradecer também aos meus amigos, a minha segunda família, mais precisamente ao Bruno Cruz, Ghazi Casaca, Diogo Salgado, Jéssica Ramos, Nicole Lamego, Vanessa Gonçalves e Joana Bernardo pela motivação, apoio, momentos em família, lições e pela amizade.

Aos meus restantes amigos e conhecidos, um grande obrigado pelo apoio também e ajuda indispensável para a realização deste trabalho.

Por fim, agradecer à Universidade Lusíada de Lisboa e a todos os professores que fizeram parte desta caminhada desde o começo do mestrado.

A todos, um grande obrigado!

Só pelo conhecimento se pode evitar a criminalidade.

Maurice Cusson, Criminologia

APRESENTAÇÃO

Zonas urbanas sensíveis e criminalidade organizada

Márcio Rafael Marques dos Santos

A presente investigação pretende identificar quais os principais desafios que a Zona Urbana Sensível (ZUS) do bairro da Cruz Vermelha enfrenta relativamente à criminalidade organizada. Para obter este desígnio central também se debateu: as características que o bairro da Cruz Vermelha possui para ser considerado uma Zona Urbana Sensível; a caracterização da população da ZUS do bairro da Cruz Vermelha; o sentimento de segurança/insegurança; as dificuldades de intervenção das forças de segurança nesta ZUS; a perspetiva dos jovens sobre a delinquência e as tendências do crime no Bairro da Cruz Vermelha.

Neste estudo de caso, para se atingirem estes propósitos, seguiremos um caminho que se divide em duas partes, uma teórica onde é feita uma investigação tendo em conta a informação atual disponível quanto ao tema em questão e, depois de se identificar as pistas de respostas existentes na literatura, uma parte prática onde são realizados inquéritos por questionário e por entrevistas, no qual se comparam resultados e se sugerem conclusões.

Os dados analisados sugerem que os principais desafios que a ZUS do bairro da Cruz Vermelha enfrenta relativamente à criminalidade organizada são: o tráfico de estupefacientes, elemento caracterizador do bairro, a delinquência juvenil, o sentimento de segurança existente entre os criminosos e de insegurança da restante população, o elevado grau de hostilidade da população para com as forças de segurança, em particular para com a PSP, o abuso policial no bairro da Cruz Vermelha, a arquitetura da ZUS do bairro da Cruz Vermelha que representa uma vicissitude na atuação policial e, por fim, o desajustado modelo de realojamento social existente.

Palavras-chave: Zonas Urbanas Sensíveis, Crime Organizado, Bairros Problemáticos, Segurança, Forças de Segurança.

PRESENTATION

Sensitive Urban Areas and Organized Crime

Márcio Rafael Marques dos Santos

The present research aims to identify the main challenges that the Sensitive Urban Zone (ZUS) of the neighborhood Cruz Vermelha faces in relation to organized crime. To achieve this central purpose, the following were also debated: the characteristics that the Red Cross neighborhood has to be considered a Sensitive Urban Area; the characterization of the ZUS population in the Cruz Vermelha neighborhood; the sense of security/insecurity; the difficulties of intervention of the security forces in this ZUS; the perspective of young people on delinquency and crime trends in the Bairro da Cruz Vermelha.

In this case study, to achieve these points, we will follow a path that is divided into two parts, a theoretical one where an investigation is carried out taking into account the current information available on the topic in question and, after identifying the existing clues for answers in the literature, a practical part where surveys are carried out through questionnaires and interviews, in which results are compared and conclusions are suggested.

The analysed data suggest that the main challenges that ZUS in the Cruz Vermelha neighborhood faces in relation to organized crime are: drug trafficking, a characteristic feature of the neighborhood, juvenile delinquency, the feeling of security existing among criminals and the insecurity of the rest population, the high level of hostility of the population towards the security forces, in particular towards the PSP, the police abuse in the Red Cross district, the ZUS architecture of the Cruz Vermelha neighborhood which represents a vicissitude in police action and, and finally, the existing inadequate model of social resettlement.

Keywords: Sensitive Urban Areas, Organized Crime, Troubled Neighbourhoods, Security, Security Forces.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Zona do Alto do Chapeleiro, Galinheiras, Lisboa, Portugal. Fonte: “Google Maps”, editado pelo autor.	36
Figura 2 - Triângulo do Crime. (Ilustração nossa, 2021).....	47
Figura 3 - Ordem Pública. (Ilustração nossa, com base nos apontamentos da cadeira de Prevenção Criminal e Violência Urbana do Mestrado em Segurança e Justiça da Universidade Lusíada de Lisboa).....	51
Figura 4 - Investigação Criminal. (Ilustração nossa, com base no Código Processo Penal português).	54
Figura 5 - Ciclo das Informações. (Ilustração nossa, 2021).....	57
Figura 6 - Vertentes da Cooperação Internacional de Portugal. (Cadeira de Prevenção Criminal e Violência Urbana do Mestrado em Segurança e Justiça da Universidade Lusíada de Lisboa).	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Questão Central (QC) e Questões Derivadas (QD)	29
Tabela 2 - Atores da Segurança Interna	45
Tabela 3 - Divisão tripartida da Prevenção da Criminalidade.....	46
Tabela 4 - Missões de manutenção de paz do Ministério da Administração Interna (MAI) em 2020.....	60
Tabela 5 - Respostas ao questionário sobre “Delinquência Juvenil”	76
Tabela 6 - Distribuição segundo género	79
Tabela 7 - Idade	79
Tabela 8 - Escolaridade.....	80
Tabela 9 - Caracterização da zona onde vivem.....	81
Tabela 10 - Sentimento de (in)segurança ao sair à rua de dia.....	82
Tabela 11 - Sentimento de (in)segurança ao sair à rua de noite.....	83
Tabela 12 - Programa Escola Segura (PSP)	66
Tabela 13 - Programas Especiais da Guarda Nacional Republicana (GNR).....	68
Tabela 14 - Caracterização dos Entrevistados	73
Tabela 15 - Análise de conteúdo à questão n.º 1	90
Tabela 16 - Análise de conteúdo à questão n.º 2	91
Tabela 17 - Análise de conteúdo à questão n.º 3	94
Tabela 18 - Análise de conteúdo à questão n.º 4	95
Tabela 19 - Análise de conteúdo à questão n.º 5	96
Tabela 20 - Análise de conteúdo à questão n.º 6	97
Tabela 21 - Análise de conteúdo à questão n.º 7	99
Tabela 22 - Análise de conteúdo à questão n.º 8	101
Tabela 23 - Análise de conteúdo à questão n.º 9	102
Tabela 24 - Análise de conteúdo à questão n.º 10.....	104
Tabela 25 - Análise de conteúdo à questão n.º 11.....	106
Tabela 26 - Análise de conteúdo à questão n.º 12.....	107
Tabela 27 - Análise de conteúdo à questão “Qual o grau de hostilidade da população do BCV para com a PSP? A que se deve?”	110
Tabela 28 - Análise de conteúdo à questão “Como é que a PSP efetiva a manutenção da ordem e tranquilidades públicas no BCV?”	111
Tabela 29 - Análise de conteúdo à questão “Quais as dificuldades que as forças de segurança, nomeadamente PSP, encontram ao intervir nas ZUS em geral, e no BCV em particular?”	112
Tabela 30 - Análise de conteúdo à questão “Como se efetiva o MIPP (Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade) no BCV?”	113

Tabela 31 - Análise de conteúdo à questão “O MIPP visa uma ampliação da actuação policial em articulação e colaboração direta com a comunidade, no âmbito da resolução da pequena e média criminalidade, na prevenção de crimes e incivilidades, causadores de desconforto e do sentimento de menor segurança da população. Considera que se tem efetivado o desenvolvimento das relações com a comunidade do BCV? As forças de segurança têm conseguido combater, seguindo as diretivas deste programa, de forma mais eficaz a pequena e média criminalidade?” 114

Tabela 32 - Análise de conteúdo à questão “Possui a população jovem do Bairro da Cruz Vermelha características que a podem levar para uma vida de delinquência?” 115

Tabela 33 - Análise de conteúdo à questão “De que modo a mediateca pode ser considerada um lugar de prevenção para a delinquência juvenil?” 117

Tabela 34 - Análise de conteúdo à questão “Que características possui o Bairro da Cruz Vermelha para ser considerado uma Zona Urbana Sensível?” 118

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

- AMBCVL - Associação de Moradores do Bairro da Cruz Vermelha do Lumiar
- art.º - Artigo
- BCV - Bairro da Cruz Vermelha
- CCTV - Closed-circuit Television
- Cit. In - Citado em
- CML - Câmara Municipal de Lisboa
- COT - Crime Organizado Transnacional
- CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CPP - Código de Processo Penal
- CRP - Constituição da República Portuguesa
- CTP - Cooperação Técnico-Policial
- CVP - Cruz Vermelha Portuguesa
- EU - União Europeia
- EUROPOL - Agência da União Europeia para a Cooperação Policial
- FS - Forças de Segurança
- GNR - Guarda Nacional Republicana
- INTERPOL - Organização Internacional de Polícia Criminal
- LOIC - Lei de Organização de Investigação Criminal
- LSI - Lei de Segurança Interna
- MAI - Ministério da Administração Interna
- MIPP - Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade
- n.º - Número
- OAP - Operações de Apoio à Paz
- ONU - Organização das Nações Unidas
- OPC - Órgãos de Polícia Criminal
- PCSD - Política Comum de Segurança e Defesa
- PEG - Plano Estratégico da Guarda
- PEPP - Programas Especiais de Policiamento de Proximidade
- PER - Programa Especial de Realojamento
- PJ - Polícia Judiciária
- PSP - Polícia de Segurança Pública
- PUAL - Plano de Urbanização do Alto do Lumiar
- QC - Questão Central
- QD - Questão Derivada

- QUAR - Quadro de Avaliação e Responsabilização
- RASI - Relatório Anual de Segurança Interna
- SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- SGAL - Sociedade Gestora da Alta de Lisboa
- SI - Sistema Internacional
- SIRP - Sistema de Informações da República Portuguesa
- SIS - Serviço de Informações de Segurança
- SOCTA - Serious and Organised Crime Threat Assessment
- ZUS - Zonas Urbanas Sensíveis

SUMÁRIO

1. Introdução	23
1.1. Justificação do tema.....	25
1.2. Objetivos a atingir.....	26
1.3. Metodologia.....	27
2. Ancoragem teórica	30
2.1. Criminalidade organizada.....	30
2.2. Zonas urbanas sensíveis/bairros problemáticos.....	32
2.3. Guetos.....	34
2.4. Hotspots ou “Pontos Quentes”	37
2.5. Teorias do crime.....	38
3. Os pilares da segurança interna e da atuação policial.....	44
3.1. Prevenção da Criminalidade.....	45
3.2. Ordem Pública.....	49
3.3. Investigação Criminal	51
3.4. Tecnologia e Inteligência Policial.....	54
3.5. Cooperação Nacional e Internacional.....	57
4. O policiamento comunitário de proximidade nas zus: o papel das forças de segurança 63	
4.1. O papel da Polícia de Segurança Pública (PSP)	64
4.2. O papel da Guarda Nacional Republicana (GNR)	67
5. Estudo de caso: o bairro da Cruz Vermelha	70
5.1. Enquadramento.....	70
5.2. Dados.....	72
5.3. Meios Utilizados	73
5.4. Resultados	74
5.4.1. Análise dos Questionários	74
5.4.1.1. A delinquência juvenil	74
5.4.1.2. O sentimento de insegurança	78
5.4.2. Análise das entrevistas.....	90
6. Conclusões e recomendações	121
6.1. Limitações e sugestões futuras	129
Referências	130
Apêndices.....	139
Lista de apêndices.....	141

- **Apêndice A1 - Entrevista n.º 1** 143
- **Apêndice A2- Entrevista n.º 2** 151
- **Apêndice A3 - Entrevista n.º 3** 155
- **Apêndice A4 - Entrevista n.º 4** 167
- **Apêndice A5 - Entrevista n.º 5** 175
- **Apêndice A6 - Entrevista n.º 6** 181
- **Apêndice A7- Questionário “Delinquência Juvenil”** 187
- **Apêndice A8- Questionário “O sentimento de (in)segurança”** 191

1. INTRODUÇÃO

Portugal foi considerado, no ano de 2020, o terceiro país mais seguro do mundo de acordo com a Global Peace Index (Global Peace Index, 2020). Efetivamente, é fácil de identificar inúmeras características que contribuem para esta classificação. Quando comparado a outros, notamos que Portugal não tem problemas substancialmente graves que promovem a sensação de insegurança: casos de terrorismo, como outros países do espaço europeu, oposições entre grupos étnicos ou religiosos e mesmo em relação a crimes violentos, eles ocorrem como exceção. Partimos então do pressuposto de que Portugal, na sua generalidade, é um país seguro.

No entanto, a realidade de vivermos num mundo globalizado é sinónimo de vivermos num mundo de desafios. A criminalidade organizada é um desses desafios. Este crime tem várias características, como por exemplo, a sua componente transnacional que dificulta o seu combate, a corrupção inerente a este crime, a sua difusão contínua, a violência usada sem hesitação de modo a garantir os propósitos criminosos da organização, sofisticação, diversidade de atividades, a sua adaptabilidade às condições envolventes nomeadamente do ponto de vista jurídico-penal, isto é, a importante procura de jurisdições mais “favoráveis” em que as penalidades sejam menores ou, onde a perseguição penal é de menor qualidade, o facto das organizações criminosas se dedicarem exaustivamente à procura de novas oportunidades de negócio, entre inúmeras outras (Davin, 2007). O crime organizado visa o lucro por meios ilícitos, este é um facto importante a ter em consideração pois todas as atividades desenvolvidas pelos grupos de crime organizado visam fins financeiros. De modo a combater este tipo de crime os Estados necessitam de estar preparados, necessitam de estratégias para o abordar e evitarem tornarem-se vítimas do mesmo.

O crime organizado pode ser definido segundo Zuñiga Rodriguez (2006, p.39 e segs., *apud* Davin, 2007, p.8) como “um tema difícil e complicado para a sociedade porque reflete as suas debilidades, o rosto mais amargo das suas fissuras e contradições. Numa sociedade que se desdobra dentro de símbolos, em que a mensagem é transcendente, reconhecendo a existência e o perigo da criminalidade organizada, envolve descobrir, que efeito dominó, uma série de deficits sociais, económicos, culturais das nossas sociedades de “bem-estar”. Gangues de bairros, associações criminosas, as “Máfias” são consideradas parte do crime organizado, que tem como características a hierarquia, estabilidade ao longo dos tempos, divisão de tarefas, disciplina, cerimónia de iniciação

por vezes, infiltração nas instituições, internacionalização e lavagem dos lucros ilícitos. Moisés Naím, (2006) editor chefe da revista “Foreign Affairs”, apresenta uma metáfora que utiliza as organizações criminosas e as empresas, pois as empresas caracterizam-se pela permanência temporal ainda que modifique os seus fundadores, são estruturalmente organizadas havendo divisão de tarefas e possuem como finalidade a obtenção de lucros.

O crime organizado é naturalmente associado às Zonas Urbanas Sensíveis, este é um fenómeno atual com repercussões a nível político, económico e social, entre outros. As Zonas Urbanas Sensíveis são inerentes ao tema da desordem e violência urbana, desta forma, importa ter em conta os pilares da segurança interna e da atuação policial, que aparecem como basilares no combate à criminalidade organizada, entre eles, a prevenção da criminalidade, ordem pública, investigação criminal, inteligência policial e cooperação nacional e internacional (Elias, 2011).

De forma a combater este tipo de ameaça nas ZUS, as forças de segurança são colocadas em primeira instância. Neste estudo de caso pretende-se focar o estudo, em termos de forças de segurança, na GNR (Guarda Nacional Republicana) e PSP (Polícia de Segurança Pública), pois este é um problema que afeta a sociedade atual e, deste modo, interessa a estas entidades policiais com relevo na segurança interna do país.

Nos dias de hoje assistimos a imensos episódios de desordem e violência nas ZUS, segundo o Relatório Anual de Segurança Interna de 2019, foram praticados no município de Lisboa, lugar onde se localizam importantes ZUS, pouco mais de trinta e cinco mil crimes em 2019, num total de oitenta e quatro mil quatrocentos e noventa e oito, representando então aproximadamente 42% só neste município (Gabinete Coordenador de Segurança, 2019) sendo estes mesmo episódios os melhores exemplos das áreas em que estas duas forças de segurança atuam de modo a gerir e garantir a segurança interna.

Todavia, este tipo de zonas merecem um cuidado especial em termos de estudo devido às suas características. O Modelo Integrado de Prevenção e Intervenção Policial em Bairros Problemáticos ou Pontos Quentes (Hotspots) foi um documento pioneiro no sentido de orientar a intervenção policial nestes locais.

Neste sentido nesta dissertação académica optou-se por estudar a problemática das Zonas Urbanas Sensíveis e criminalidade organizada. O principal objeto deste estudo

de caso é assim o de desvendar os principais desafios que a Zona Urbana Sensível do bairro da Cruz Vermelha enfrenta relativamente à criminalidade organizada.

Para tal, será utilizado um estudo circunscrito a uma das ZUS da Área Metropolitana de Lisboa, mais precisamente, o Bairro da Cruz Vermelha, na freguesia do Lumiar. Este local, é um bairro social em abrangente crescimento, onde existem focos de criminalidade e pobreza, que podem ser aproveitados em termos de estudo académico devido às suas características sociais, demo-urbanísticas e criminais pertinentes para o estudo da mesma (Antunes, 2015).

1.1. JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

O facto de Portugal ser um país seguro não implica, ainda assim, que não existam zonas pontuais, em especial junto às maiores áreas urbanas do país, onde a sensação de insegurança se verifica de uma forma atípica e superior ao que consideramos quando observamos Portugal na sua generalidade. A existência de Bairros Problemáticos (BP) ou de Zonas Urbanas Sensíveis faz parte da própria cultura social dos portugueses e em especial dos residentes das cidades de Lisboa e do Porto. Estas zonas são difíceis de classificar e a sua existência traz consigo inúmeros desafios: ao nível da prevenção criminal nestas zonas, do seu policiamento, da segurança dos seus residentes, das pessoas que lá desenvolvem as suas atividades profissionais e dos residentes das zonas vizinhas. O desenvolvimento do estudo nesta área é fundamental para o bem-estar da população residente nas ZUS e para sociedade portuguesa em geral (Felizardo, 2012).

É justo referir que pela tendência dos bairros problemáticos se apresentarem mais fechados e hostis a outras pessoas do mesmo espaço urbano, que de vontade própria também os tendem a evitar, o conhecimento que o cidadão comum muitas vezes tem destas zonas surge através dos meios de comunicação social. Nas televisões e nos jornais, são comuns as notícias de crimes violentos ou de intervenções policiais musculadas neste tipo de zonas. Os bairros problemáticos são caracterizados, por estas fontes, como focos de delinquência e de degradação, onde a criminalidade prospera e a ordem pública dificilmente e a muito custo se garante e mantém. Portanto, é imperial o desenvolvimento de estratégias, análise de ZUS, estudo da população e da realidade vivida nas mesmas, de modo a garantir a segurança nestas e, conseqüentemente, de todo o país (Felizardo, 2012).

O impacto que podem ter sobre parte da sua população jovem também é extremamente grave e alvo de estudo, reconhecendo que estas pessoas ainda se estão a desenvolver e se encontram em muitos casos limitados pelo ambiente onde se encontram e empurrados para uma vida de delinquência que apenas serve para perpetuar esta realidade.

Por fim, a nível pessoal, vivendo numa Zona Urbana Sensível e lidando desde sempre com todas estas realidades, problemas que ameaçam a segurança, decidi abordar este tema no sentido de encontrar respostas e soluções para esta problemática. No futuro, pretendo enveredar por uma carreira na área da segurança, preferencialmente uma carreira policial e penso que esta investigação científica seria uma base sólida para entrar no mundo do trabalho e da investigação policial.

1.2. OBJETIVOS A ATINGIR

O principal objetivo a atingir é descobrir quais os principais desafios que a ZUS do bairro da Cruz Vermelha enfrenta relativamente à criminalidade organizada. Paralelamente pretende-se entender como funciona a ZUS do bairro da Cruz Vermelha, a realidade da mesma, o sentimento de segurança e insegurança, a delinquência juvenil neste e, ainda, as adversidades enfrentadas pelas forças de segurança aquando de intervenção.

A resposta ao fenómeno das ZUS abrange, por excelência, o trabalho de diversas entidades, não sendo por isso possível apontar apenas uma como responsável ou capaz de resolver este desafio. O trabalho das polícias, de autoridades públicas e mesmo da própria sociedade civil será determinante para combater este fenómeno. O policiamento de proximidade acaba por ser mais um instrumento de combate que as forças policiais possuem, pretendendo-se aqui estudar se realmente o policiamento de proximidade pode ser considerado uma estratégia sólida no combate ao Crime Organizado (CO) nas ZUS e que dificuldades estas forças (PSP) encontram ao intervir nas ZUS.

Relativamente às ZUS, “O conceito também não terá a ver com o tipo de construção destas zonas, mas antes com os seus habitantes que, não sendo considerados deste modo na sua totalidade, são promotores de insegurança” (Felizardo, 2012, p. 10). Desta forma, um dos objetivos de estudo será o tipo de população que reside nas mesmas e o sentimento de (in)segurança da mesma, partindo de um escopo geral para um particular.

De seguida, pretende-se estudar o Bairro da Cruz Vermelha, da freguesia do Lumiar, construído na segunda metade da década de 60 do século XX, numa iniciativa assistencialista da Cruz Vermelha Portuguesa e da Câmara Municipal de Lisboa, era inicialmente composto por casas unifamiliares geminadas, construídas com materiais precários e baratos e destinava-se a famílias carenciadas e vítimas de desastres naturais, no entanto, na década de 70 o bairro foi ampliado com a construção de vários edifícios coletivos no espaço existente entre o Bairro da Cruz Vermelha e o Bairro da Musgueira Norte. Parte dos edifícios foram ocupados ainda em construção após a revolução de 25 de Abril de 1974. Atualmente o Bairro da Cruz Vermelha é composto apenas por edifícios coletivos e integra-se no Plano de Urbanização do Alto do Lumiar, comercialmente conhecido por Alta de Lisboa. Pretende-se identificar as características que este bairro possui para ser considerado uma Zona Urbana Sensível e as tendências do crime no mesmo (Antunes, 2015).

Como referimos anteriormente, o impacto que as ZUS podem ter sobre a população jovem é grave, desta forma, outro objetivo a atingir é saber se a população juvenil do bairro da Cruz Vermelha possui características que a podem levar para uma vida de delinquência.

Por fim, outro objetivo será a produção de informação útil para investigadores e decisores políticos ou de organizações de segurança e que poderá ser usada no terreno para fomentar todas as ações produtoras de segurança.

1.3. METODOLOGIA

O método utilizado neste trabalho científico passará, principalmente, pela definição de uma questão central e derivadas, entrevistas e análise documental, análise de artigos científicos, dados estatísticos, dissertações de mestrado, teses, sites oficiais, e outras fontes relevantes de modo a explorar este mesmo tema, com a finalidade de dar resposta à Questão Central do estudo de caso: “Quais os principais desafios que a ZUS do bairro da Cruz Vermelha enfrenta relativamente à criminalidade organizada?” Conhecido como método indutivo, o conhecimento é fundamentado na experiência, não levando em conta princípios pré-estabelecidos. No raciocínio indutivo a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta (Gil, 1999).

Tendo por base o tema de sociologia dos comportamentos desviantes, a nossa recolha e análise de dados passou por uma filosofia interpretativista (pois passámos por uma

interpretação da matéria existente relativamente a este tema), um raciocínio indutivo, relativamente à estratégia passa por métodos mistos (quantitativa, os questionários e qualitativa, as entrevistas), relativamente ao desenho, é um estudo de caso e o horizonte temporal encaixa-se no transversal (pois a amostra foi recolhida apenas uma vez), (Saunders, et al, 2019, p.108).

Primeiramente optámos pela análise documental, a parte teórica, iniciada em janeiro de 2021 através de pesquisa e análise de documentos, livros, artigos, das mais diversas fontes.

Depois de se identificar as pistas de respostas existentes na literatura, foi desenhada uma estratégia metodológica baseada num estudo de caso e recolheu-se informação primária com recurso a inquéritos por questionário e por entrevistas.

O primeiro instrumento aplicado possuía 56 questões, foi designado por “Delinquência juvenil” e foi aplicado no primeiro trimestre de 2021 à totalidade dos 171 jovens da Escola Secundária do Lumiar. Os inquiridos possuem idades compreendidas entre os 15 e os 23 anos, pelo que a aplicação do instrumento teve a colaboração de uma psicopedagoga. Os dados resultantes da análise das 56 questões ajudaram a construir a imagem da realidade da delinquência juvenil da ZUS em estudo, principalmente porque o universo é composto por jovens de ZUS e jovens que vivem fora das ZUS. A grande maioria dos jovens aqui inquiridos frequentam a mediateca da ZUS do bairro da Cruz Vermelha, estes dados vão suportar a realidade espelhada nas entrevistas, de forma a comprovar ainda mais os resultados finais obtidos.

O segundo instrumento foi aplicado a moradores da ZUS e moradores de outras áreas, teve a designação “O sentimento de (In)segurança à população residente nas ZUS” e as 92 respostas foram recolhidas entre o dia 24 de fevereiro e o dia 19 de maio de 2021. Destas respostas, 23 são do sexo masculino e 69 do sexo feminino, no entanto o instrumento não procurar ter a capacidade de generalizar os resultados, pretende sobretudo recolher informação sobre os principais desafios à segurança no local onde residem. Por este motivo efetuou-se uma análise a residentes das ZUS e a residentes fora destas áreas e realizou-se uma análise comparativa. Partindo de uma perspetiva geral para particular, os dados recolhidos relativamente às ZUS, no geral, vai servir de suporte para, mais uma vez, reforçar, numa perspetiva particular, os dados recolhidos nas entrevistas relativamente à ZUS do bairro da Cruz Vermelha.

Foram ainda realizadas seis entrevistas a atores chave para a segurança na ZUS do bairro da Cruz Vermelha, objetivamente: Luís Silva Gonçalves, Comissário da PSP (Polícia de Segurança Pública), Catarina Tomeno, Comissário da PSP, Constante Dias Rodrigues, Coordenador de Serviço Mediateca do Bairro da Cruz Vermelha, Nuno Martins, Engenheiro/Diretor de Projeto da SGAL da Alta de Lisboa, Elisa Rocha, Vice-presidente do Conselho Administrativo/Subdiretora do Agrupamento de Escolas Professor Lindley Cintra e um entrevistado anónimo, ex-presidiário com antecedentes criminais ligados ao Bairro da Cruz Vermelha.

Segundo Freixo (2011, p.27), “o objetivo principal de qualquer investigação é obter respostas a perguntas previamente formuladas”.

Deste modo, no âmbito da investigação, foi formulada a Questão Central (QC) e as Questões Derivadas (QD), espelhadas de seguida na Tabela n.º 1.

Tabela 1 - Questão Central (QC) e Questões Derivadas (QD)

Questão Central	Questões Derivadas
Quais os principais desafios que a ZUS do bairro da Cruz Vermelha enfrenta relativamente à criminalidade organizada?	QD1: Qual o tipo de população residente na ZUS do bairro da Cruz Vermelha? QD2: Quais as dificuldades que as forças de segurança encontram ao intervir na ZUS do bairro da Cruz Vermelha? QD3: Que características possui o Bairro da Cruz Vermelha para ser considerado uma Zona Urbana Sensível?

2. ANCORAGEM TEÓRICA

Para dar início à investigação académica considera-se profícuo realizar um breve enquadramento conceptual que abarca alguns conceitos que vão ser abordados na presente investigação científica.

2.1. CRIMINALIDADE ORGANIZADA

Relatos e imagens da criminalidade organizada são impossíveis de perder nos dias de hoje. Seja pela via policial, pelos media ou pela própria aplicação da lei, temos acesso a este vasto mundo do crime. A experiência diária das pessoas pelo mundo acaba por trazer a sua própria visão da criminalidade organizada, enquanto muitas outras acabam por conhecer o conceito de “crime organizado” através de séries, filmes, entre outros. Desta forma, a indústria televisiva acaba por nos trazer estas realidades ou ficções no sentido de obterem mais público, acabando por transmitir aos telespectadores o crime, a violência e mistério vividos no submundo do crime.

A criminalidade organiza nos dias de hoje demonstra ser um desafio para a comunidade internacional em geral e para os Estados em particular.

A celebração da Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada transnacional, também titulada de Convenção de Palermo de 2000, aprovada em nome da Comunidade pela Decisão do Conselho 2004/579/CE, de 29 de abril de 2004, veio enriquecer o direito internacional com as definições legais previstas no seu art.º 2. Segundo este artigo na sua alínea a) entende-se por “grupo criminoso” um grupo estruturado de três ou mais pessoas, existindo durante um período de tempo e atuando concertadamente com a finalidade de cometer um ou mais crimes graves ou infrações estabelecidas na presente Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício económico ou outro benefício material. Já na sua alínea b) «Crime grave» um ato que constitua uma infração punível com uma pena privativa de liberdade não inferior a 4 anos ou com pena superior (Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional, 2000).

A Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho da U.E. de 24 de outubro de 2008 relativa à luta contra a criminalidade organizada define no seu art. 1, n.º 1, “Organização criminoso” como a associação estruturada de mais de duas pessoas, que se mantém ao longo do tempo e atua de forma concertada, tendo em vista a prática de infracções

passíveis de pena privativa de liberdade ou medida de segurança privativa de liberdade cuja duração máxima seja, pelo menos, igual ou superior a quatro anos, ou de pena mais grave, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, benefícios financeiros ou outro benefício material (Concelho da União Europeia, 2008, p.43).

Na Legislação Portuguesa a Lei nº 5/2002 de 11 de janeiro, estabelece medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira, todavia, não define a criminalidade organizada, apenas traça o regime especial de recolha de prova, quebra do segredo profissional e perda de bens a favor do Estado relativa a vários crimes como associação criminosa e organização terrorista (Assembleia da República, 2002).

O Art. 1 da alínea j) do Código de Processo Penal Português (CPP) define «Criminalidade violenta» como as condutas que dolosamente se dirigirem contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas e forem puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a 5 anos. Na alínea l) “Criminalidade especialmente violenta” como as condutas previstas na alínea anterior puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a 8 anos, e na alínea m) “Criminalidade altamente organizada” como as condutas que integrarem crimes de associação criminosa, tráfico de pessoas, tráfico de armas, tráficos de estupefacientes ou de substâncias psicotrópicas, corrupção, tráfico de influências, participação económica em negócio ou branqueamento (Código de Processo Penal Português, 1995).

Segundo Davin (2007, p. 8) “o conceito “criminalidade organizada” tem as suas raízes na criminologia”.

Segundo Felia Allum e Panos Kostakos (2010, p. 4) “existem variações nas perceções do crime organizado entre os estudiosos. Não é um exagero notar que “parece haver tantas definições...como autores”¹.

Maurice Cusson (2011, p. 14), relativamente às diferentes definições de crime, afirma “Alguns, adotando o olhar do sociólogo, veem-na como um subconjunto da desviância. Outros fundem a sua análise na definição jurídica de infração. Outros ainda, insatisfeitos com o relativismo dessas soluções, creem encontrar nos factos sociais uma noção de crime fundada na razão e na justiça”.

¹Todas as traduções efetuadas no presente texto são da responsabilidade do autor.

A criminalidade Organizada é “um tema difícil e complicado para a sociedade porque reflete as suas debilidades, o rosto mais amargo das suas fissuras e contradições. Numa sociedade que se desdobra dentro de símbolos, em que a mensagem é transcendente, reconhecendo a existência e o perigo da criminalidade organizada, envolve descobrir, que “efeito dominó”, uma série de deficits sociais, económicos, culturais das nossas sociedades de “bem-estar” (Rodríguez, Laura Zúñiga, 2006, cit. in Davin, 2007, p. 8).

O Departamento de Inteligência da real Polícia Montada do Canadá identificou catorze características compartilhadas por organizações criminosas, a corrupção, isto é, utilização de influência ilícita, disciplina, a difusão contínua, o isolamento, monopólio, a motivação, a subversão das instituições sociais e dos valores legais e morais, a história que tem permitido o anteparo e refinamento de atividades e práticas criminais, a violência, a elevada sofisticação no uso de avançados sistemas de comunicação, a continuidade como uma corporação a organização sobrevive aos indivíduos que a criaram, a diversidade em atividades ilícitas para evitar a dependência da organização de uma única atividade criminal, as ligações, relações de indivíduo a indivíduo e de indivíduo a organização com laços de solidariedade e proteção e a mobilidade e a desconsideração de fronteiras nacionais ou jurisdicionais (Cunha, 2011, p. 26).

Para concluir, podemos afirmar que o crime organizado não tem ideologia e visa o lucro por meios ilícitos, este é um facto importante a ter em consideração pois todas as atividades desenvolvidas pelos grupos de crime organizado visam fins financeiros e que os principais subtipos de crime organizado são o tráfico de droga, armas, seres-humanos e o branqueamento de capitais.

2.2. ZONAS URBANAS SENSÍVEIS/BAIRROS PROBLEMÁTICOS

Os bairros problemáticos, mais comumente utilizada a expressão Zonas Urbanas Sensíveis (ZUS) pois acaba por dar um valor menos negativo e mais de esperança para com a zona em questão, abarca um conjunto de características base para que se torne possível a sua definição, muitas vezes ligado à ideia de crime, existe uma clara relação entre estes conceitos.

No que toca a este ponto, frequentemente associamos Bairros Problemáticos ou ZUS a algo negativo, ao crime (inclui crime organizado), à insegurança, ao medo, aos subúrbios.

Os bairros problemáticos podem vir associados à ideia de edifícios antigos, degradados, sem desenvolvimento. Todavia, existem bairros como os antigos de Lisboa, bairro de Alfama, Mouraria, Graça, Bairro Alto, entre outros, que são bairros antigos, sem desenvolvimento, mas não são considerados problemáticos na sua gênese.

No entanto, importa referir, relativamente à insegurança, que não é só a forma como o bairro está construído, “mas são sobretudo os seus habitantes que são considerados como produtores de insegurança” (Katane, 2002, p. 61).

Existem determinadas características inerentes à definição de bairro problemático, do ponto de vista das forças policiais, nomeadamente a Polícia de Segurança Pública [PSP e a Guarda Nacional Republicana (GNR)], como o que consta no relatório n.º 48697, do Comando-geral da PSP, de 4 de junho de 1997, que, em conjunto, com a diretiva n.º 12/2006, do Comando-geral da GNR, de 23 de fevereiro de 2006, consideram as seguintes características, segundo Felizardo (2012, p. 10):

- Baixos níveis de escolaridade da população do bairro;
- Abandono escolar significativo;
- Inserção precoce dos jovens no mundo do trabalho;
- Pouca participação ativa nos setores primário e terciário;
- Precariedade dos vínculos laborais, salários baixos;
- Sentimento de inimizabilidade, autonomia e fuga ao controlo das autoridades;
- Elevado grau de dependência social;
- Estratégias de sobrevivência muito desenvolvidas, designadamente a pluriatividade, empregos clandestinos, prática de ilícitos criminais, delinquência juvenil, tráfico de estupefacientes, furtos, roubos e recetação;
- Construções de barracas, imóveis degradados, sem segurança ou condições de higiene, como deficiente ou sem saneamento básico, fraca iluminação pública;
- Arruamentos degradados, espaços públicos vandalizados.

O mesmo autor afirma que “...relativamente a esta parte, um bairro problemático caracteriza-se não só pela sua aparência exterior, mas essencialmente pelas questões internas, sendo elas a razão pelo deflagrar dos problemas com as Forças de Segurança (FS), conducentes ao sentimento de insegurança, e relacionados com os problemas

económicos, o desemprego, a associação criminosa e outros delitos” (Felizardo, 2012, p. 9).

Tavares (2013) afirma que “os bairros problemáticos são comunidades onde a maioria dos seus habitantes são de classe média baixa ou vivem abaixo da pobreza, em que existe uma carência a vários níveis, que passa por grandes dificuldades sociais e com reflexo no aumento da insegurança, da criminalidade, delinquência juvenil e da violência urbana.”

Podemos concluir que os bairros problemáticos, também conhecidos como ZUS, podem ser caracterizados por população com baixa escolaridade, não inserção no mercado de trabalho, falta de competências sociais, profissionais, emocionais, desocupação no geral, edifícios degradados e espaços públicos vandalizados, criminalidade, tráfico, práticas ilícitas no geral, abandono escolar e delinquência juvenil.

Exemplos de ZUS em Portugal, o Bairro da Cruz Vermelha no Lumiar, Bairro da Bela Vista em Setúbal, Chelas em Lisboa, Bairro da Jamaica no Seixal, Quinta do Mocho em Loures, entre outros.

No ano de 2020² as FS desenvolveram 24.365 ações e empenharam 77.390 elementos da PSP e GNR, em 1013 situações de reposição em Zonas Urbanas Sensíveis. Demonstra isto um esforço feito pelas forças de segurança que neste ano empenharam mais meios, mais elementos e tiveram mais ações do que em 2019, 19.465 ações e 48.750 elementos³, representando isto a importância cada vez maior dada pelas FS a esta áreas.

Em suma, existe uma clara relação entre o conceito de criminalidade organizada e ZUS, como referido em parte por Felizardo (2012) “Estratégias de sobrevivência muito desenvolvidas (...) prática de ilícitos criminais”, como características de ZUS. Em seguida, partimos para o conceito de “guetos”, relevante para esta temática.

2.3. GUETOS

A criminalidade organizada e as ZUS acabam assim por “andar de mão dada” no que é conducente a este estudo, todavia, existe a necessidade de continuar a procura, na

² Dados do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2020, p.106.

³ Dados do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2019, p. 85.

literatura existente, de conceitos que venham enriquecer este estudo académico. Surge então o conceito de “guetos”.

Segundo o “Holocaust Encyclopedia”⁴, “Durante o Holocausto, a criação de guetos foi um passo fundamental no processo nazi de separação brutal, perseguição e, em última instância, destruição dos judeus da Europa. Os judeus foram forçados a mudarem-se para os guetos, onde as condições de vida eram péssimas. Os guetos costumavam ser distritos fechados que isolavam os judeus da população não judaica e de outras comunidades judaicas.”⁵

Portanto, logo aqui retiramos a visão de que o termo guetos nos direciona para o isolamento de um certo tipo de população, de uma certa etnia ou grupo minoritário.

Fazendo a ligação entre os conceitos, o crime organizado pode existir dentro das ZUS e nos guetos, que também podem fazer parte de ZUS, conseqüentemente, também pode existir crime organizado.

Segundo Loic Wacquant (2004), gueto pode ser definido como “instrumento de cercamento e controle, o que esclarece grande parte da confusão e faz dele um instrumento poderoso de análise social da dominação etno-racial e da desigualdade urbana.

Nos guetos, “a socialização funciona no pior modo, promovendo o aparecimento de bandos juvenis, de marginais, de traficâncias, (...), o controlo social é muito difícil de exercer” (Alves, A. C. 2011, cit. in Felizardo, 2012, p. 11). Ainda, “as situações de gueto dão lugar à existência de zonas altamente problemáticas em termos de segurança.” (Alves, A. C. 2011, cit. in Felizardo, 2012, p. 12).

Estes guetos são também caracterizados por serem geograficamente isolados, convertendo-se em “*no go areas*” (Malheiros, et. Al., 2007, p. 24).

O Dicionário de Língua Portuguesa⁶ traz-nos a definição de gueto como local onde habita uma determinada comunidade, geralmente separada da restante população por questões raciais, económicas, etc.

⁴ Enciclopédia online publicada pelo Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos da América.

⁵ Logo aqui temos uma conotação negativa da palavra gueto, associada a um dos maiores massacres da história.

⁶ Dicionário de Língua Portuguesa, Porto Editora.

com dois acessos (entrada e saída), à margem da cidade, onde habitam maioritariamente, com referido, população de etnia cigana.

Para concluir,

Por vezes, os grupos não manifestam abertamente conflitos, preferindo camuflar as situações e acumular a tensão. Quanto mais emotivas e afetivas são as ligações sociais mais violentos são os conflitos. Em qualquer grupo ou sociedade estão presentes correntes de convergência e de divergência. A presença de união e de oposição dentro de um dado grupo, ou mesmo a nível macrossocial, contribuem para a violência do conflito, e quanto mais estreitas as relações, mais apaixonado e violento tenderá a ser o conflito (Malheiros, *et al.*, 2007, p. 26).

Isto é algo notório nestas zonas, ainda mais na zona do Alto do Chapeleiro que sempre que há conflitos entre pessoas da etnia cigana são utilizadas armas de fogo e uma extrema violência.

Portanto, uma definição resumida de guetos centra-se em zonas onde habitam um determinado tipo de etnia ou raça, geograficamente isolados da população, onde subsistem problemas sociais e criminais com a população adulta e juvenil. Relaciona-se com as ZUS pois muitas destas possuem guetos, onde existe criminalidade organizada e outros ilícitos criminais, sendo os guetos um conceito associado às zonas com elevada conotação negativa.

Continuando a nossa análise conceitual, existe mais um termo que se torna fulcral para análise, algo em menor escala, os “Hotspots” ou “Pontos Quentes”, lugares que podem estar inseridos tanto nas ZUS como em guetos, como em ambos.

Damos seguimento, desta forma, à nossa investigação através da análise do conceito “Hotspots” ou “Pontos Quentes”.

2.4. HOTSPOTS OU “PONTOS QUENTES”

“Hotspots” ou “Pontos Quentes”, são lugares com elevada prática de crimes, que podem estar localizados em ZUS e/ou em guetos, daí a relação entre conceitos.

Segundo Tavares (2013)

os Hotspots” ou “pontos quentes” são zonas urbanas ou suburbanas que pelas suas características sociodemográficas, diferem um pouco das ZUS visto que, registam de forma reiterada (ou em picos) ilícitos criminais diversos ou específicos no bairro, embora

pese o facto de nesses locais atuarem de forma temporária ou permanente grupos ligados ao tráfico de estupefacientes e conseqüentemente posses de armas de fogo.

Ainda “As características desses locais nem sempre são cumulativos, principalmente nos hotspots, por isso a atuação policial é baseada numa análise de risco, tendo em conta as condicionantes (hora, dia, eventos, etc.)” (Tavares, 2013, p. 19).

Felizardo (2012, p.12) traz-nos alguns pontos que nos ajudam a caracterizar esta áreas, “segundo a diretiva n.º 12/2006, do Comando-Geral da GNR, de 23 de fevereiro de 2006 (...):

- Interfaces de transportes públicos com frequentes atos ilícitos;
- Áreas escolares perto de bairros problemáticos;
- Estabelecimentos de diversão noturna;
- Locais associados ao tráfico de estupefacientes;
- Locais com fraca iluminação; e
- Locais vandalizados.”

Estes locais, designados por pontos quentes (hotspots), estão normalmente associados à reduzida visibilidade, existência de esconderijos para o ofensor, bem como às diminutas possibilidades de fuga que propiciam (Machado & Agra, 2002 cit. In Elias, 2011, p. 258).

Resumindo, “Hotspots” são então locais perigosos que geram criminalidade e podem ter características urbanas ou suburbanas em que ocorre um grande fluxo de cidadãos e que quando são frequentados verifica-se a existência de atos ilícitos.

2.5. TEORIAS DO CRIME

A teoria geral do crime aparece pela primeira vez nos tratados de direito penal do séc. XVI, através de Tiraqueau (1488-1558). Tiraqueau já definia crime através da distinção dos seus elementos. Já via o crime como um facto ilícito e punível praticado com dolo ou negligência (Sousa Brito, 2019, p. 3). Passemos assim a uma breve abordagem sobre a escola clássica, neoclássica, finalista e pós-finalista no intuito de dar suporte às pistas que devemos seguir nesta investigação académica, posteriormente passando a

uma análise sobre o que é o crime, os seus elementos, tipos e a temática crime e facto atípico.

A escola clássica tem as ideias de Liszt por base, chama-se clássica pois foi a primeira formulação perfeita desenvolvida e todas as posteriores vêm desta primeira, assistindo-se a uma evolução ao longo dos tempos (Sousa Brito, 2019, p. 2).

Liszt era um positivista, suportava que a realidade é dada pela experiência e que o crime é uma realidade no mundo da experiência e os elementos que o constituem são parte dessa realidade, devendo fazer-se uma distinção material desses elementos. Deste modo, considerava a existência de quatro elementos do crime, ação, ilicitude, culpa e punibilidade. Relativamente à ação, Liszt adotava um conceito naturalístico de ação, segundo o qual, a ação se traduz num movimento corporal que leva a uma transformação no mundo exterior estando este movimento e essa transformação ligados por um nexo de causalidade. Como iremos ver, ao desenvolver esse elemento, chama-se a este conceito de ação de conceito causal de ação. Todavia, não bastava provar a existência de uma ação, era necessário provar a ilicitude que, nesta altura, consistia na contrariedade a uma norma jurídica e era constituída apenas pelos elementos objetivos do crime (Sousa Brito, 2019, p. 3).

Já os chamados elementos subjetivos do crime como o dolo e a negligência, nesta formulação ainda faziam parte da culpa e, por isso, todos os processos anímicos e espirituais que se desenrolavam no interior do autor ao praticar o crime pertenciam à culpa. O dolo consistia na vontade de realizar o facto, enquanto que a negligência consistia na deficiente tenção da vontade, que não permitia ver a realização do facto. Assim, o dolo e a negligência eram formas de culpa, pois a culpa era apenas a ligação psicológica entre o agente e a ação (Sousa Brito, 2019, p. 3).

Por último surge o elemento punibilidade que correspondia ao conjunto de elementos adicionais, geralmente objetivos, que permitiam distinguir determinado crime de outros atos ilícitos e culposos. Assim, dentro de cada escola, nomeadamente da clássica, há também uma grande evolução. Isto é relevante porque em 1901 surge um autor muito importante, Beling, que faz uma alteração profunda na teoria geral do crime porque introduz um novo elemento, a tipicidade. Introduziu-o com a sua monografia “teoria da infração”. Em termos gerais, vem dizer que para haver um crime é necessário que

também haja uma correspondência ou conformidade do facto praticado com a previsão da norma incriminadora. Assim, a tipicidade é a existência de correspondência entre o facto e um tipo legal (Sousa Brito, 2019, p. 3).

A escola neoclássica, tem como principal autor Mezger. É neoclássico porque é uma continuação do sistema anterior. A escola neoclássica é, do ponto de vista da filosofia, neokantiana, e por isso entende, ao contrário dos positivistas, que ao lado do mundo natural, há o mundo da cultura, dos valores, e esses valores são, no fundo, atributos não descritivos da realidade e são uma qualidade que fundamenta uma atitude positiva ou uma atitude negativa. Segundo a escola neoclássica o direito passa a pertencer ao mundo dos valores, o conceito de ação passa a ser o conceito social de ação, de acordo com o qual, ação é o comportamento humano voluntário socialmente relevante. Quanto ao tipo, que passou a existir com Belling, deixa de se situar ao lado da ilicitude para se transformar no tipo de ilícito. Isto é, o tipo passa a ter a mera missão formal de conter os elementos da ilicitude e surge por isso como uma fundamentação positiva da ilicitude. Por sua vez, a ilicitude surge como um desvalor, para além de conter elementos objetivos, passa a conter por vezes, mas só por vezes, elementos subjetivos (Sousa Brito, 2019, p. 4).

O autor Mezger distingue ainda elementos positivos de elementos negativos do tipo da ilicitude. Os positivos fundamentavam o juízo de ilicitude e os negativos seriam os que agora chamamos de causas de exclusão da ilicitude. Outra distinção importante feita pela escola neoclássica é entre a ilicitude formal e a ilicitude material. A ilicitude formal ocorre sempre que houver contrariedade à norma jurídica enquanto que a ilicitude material surge quando há danosidade social ou ofensa material dos bens jurídicos. Assim, já não interessa apenas saber se o facto é ilícito ou não, e passa a ser importante a gravidade da lesão dos bens jurídicos, a medida do desvalor. Quanto à culpa, surge uma nova teoria, a chamada teoria normativa da culpa. Esta teoria foi desenvolvida por Frank, de acordo com o qual, o essencial da culpa era um juízo de censura e esse juízo de censura só existiria se fosse exigível ao agente um comportamento contrário ao adotado e se, além disso, houvesse uma motivação negativa do agente e, portanto, esta ideia de exigibilidade é meramente normativa. Contudo, apesar de Frank ter feito esta evolução, ainda considerava como formas de culpa, o dolo e a negligência (Sousa Brito, 2019, p. 5).

Desta forma, passam a existir duas importantes valorações na escola neoclássica: a ilicitude e a culpa. A primeira é uma valoração objetiva em que se analisa se o ato é contrário à ordem jurídica e se analisa a maior ou menor gravidade da ilicitude. A segunda é uma valoração subjetiva que se relaciona com a culpa e tem a ver com a possibilidade ou não de o agente se motivar pelo direito (Sousa Brito, 2019, p. 6).

Seguindo para a escola finalista, surge a partir de 1930 e o principal representante da escola Finalista é Welzel. De acordo com esta ideologia, os valores não são mais do que essências que existem numa zona da realidade e por isso não resultam de atos de valoração. Os valores não dependem da valoração, pois existem independentemente de juízos de valoração, o que pode acontecer é as pessoas não conseguirem chegar a esses valores. Além disso, o direito deve partir da realidade objetiva, ôntica.

Segundo Figueiredo Dias (2001)

Após a segunda guerra mundial ficou claro que o normativismo de raiz neokantiana, base da escola neoclássica, não oferecia garantia bastante de justiça, e por isso, há que substituir a ideia de estado de direito formal pela ideia de estado de direito material e há que tentar limitar a normatividade pela via ontológica, fenomenológica. No período do nazismo, vigoravam leis nazis, apesar de nunca ter chegado a haver um código penal nazi. Havia o direito penal de autor, por contraposição ao direito penal de facto, que é o que existe atualmente. Os finalistas sentiram a necessidade de abandonar o normativismo absoluto promovido pela escola neoclássica porque ficou claro que este não oferecia garantia bastante de justiça dos conteúdos das normas validamente editadas, mesmo que estas obedecessem ao formalismo democraticamente imposto.

Os finalistas suportam que a ação é uma essência que o direito não pode alterar e por isso existe independentemente do direito, ainda, que esta consiste num processo causal conduzido pela vontade para determinado fim. Como o conceito da ação é final, quer o dolo quer a negligência passam a ser averiguados logo ao nível da tipicidade. Isto é, apesar de ser uma valoração indiciária da ilicitude, não deixa de ser autónoma face à categoria da ilicitude. Além disso, como a ilicitude era uma valoração sobre o ato do Homem, quer na sua vertente objetiva como subjetiva, a ilicitude passa a compreender dois desvalores, o desvalor da ação e o desvalor do resultado. O primeiro tem a ver com a vontade ilícita, elementos subjetivos, por outro lado o segundo já tem a ver com o

desvalor de lesão do bem jurídico. Quanto à culpa, esta, no essencial, é um juízo de censura pelo facto de o agente não ter agido de outra maneira (Sousa Brito, 2019, p. 7).

Por fim, segundo a teoria pós-finalista, onde a maior parte da doutrina pode ser incluída atualmente, pois a larga maioria da doutrina, tal como os finalistas, considera que o dolo e a negligência são elementos do tipo, não sendo possível dizer que um facto preenche materialmente o tipo de crime se não houver dolo ou negligência. Por consequência, a ilicitude, isto é, o tal juízo de contrariedade da ação face à norma jurídica, também só pode ser feito tendo em conta os elementos subjetivos. Assim, dolo e negligência, deixam de ser apenas formas de culpa, passam a fazer parte do tipo.

A Teoria do Crime, igualmente conhecida como “Teoria Geral do crime” e “Teoria Geral do delito”, é então uma disciplina do Direito Penal que abrange vários conceitos, entre eles, crime, fato típico, ilicitude e culpabilidade. Ter por missão verificar se um facto é enquadrado como um crime previsto na lei penal. Em suma, a teoria é o conjunto de regras e requisitos usados para determinar se o facto é um crime, que abarca aspetos relacionados ao conceito de crime e à atribuição de uma pena para a atitude. (Lenzi, 2021).

Segundo Lenzi, Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade do Porto, Portugal,

Saber o que é um crime é o primeiro conceito importante. Crime é um ato proibido pela legislação penal, que possui a determinação de uma pena como consequência, caso seja praticado. É um facto que tem como consequência um dano a um bem jurídico que é protegido por lei penal. Por exemplo: o crime de homicídio atinge o bem jurídico "vida", que é tutelado (protegido) pela lei. Por definição dos seus elementos, um crime será todo facto que for típico, ilícito e culpável.

Esta autora, traz-nos ainda a realidade de que o crime é formado por três componentes, entre elas, tipicidade, ilicitude e culpabilidade. A tipicidade, inclui a conduta, nexos causal, resultado e a própria tipicidade. A ilicitude, inclui características como legítima defesa, excludentes de ilicitude, estado de necessidade, estrito cumprimento de um dever legal e exercício regular de um direito. Culpabilidade, inclui conceitos como o de imputabilidade (responsabilidade), exigibilidade de uma conduta diversa e a potencial consciência da ilicitude (Lenzi, 2021).

Relativamente aos tipos de crime, dependendo das suas características, possuem uma classificação própria. Temos os crimes comissivos, que pode ser definido como a prática de uma ação que a lei considera criminosa, como por exemplo, a agressão a uma pessoa durante uma discussão. Crimes omissivos, acontece quando o indivíduo deixa de fazer uma ação que deveria (aqui, a omissão da conduta caracteriza o crime), como por exemplo, deixar de socorrer uma vítima de acidente (considerado crime de omissão de socorro). Crimes omissivos impróprios, quando uma pessoa tem por obrigação evitar uma conduta e não o faz, a título de exemplo, um indivíduo responsável por cuidar de uma criança que, devido ao seu descuido, sofre um acidente (Lenzi, 2021).

O facto típico é considerado o primeiro elemento caracterizador de um crime, é a indicação de que um ato praticado consiste numa conduta que a lei considera como criminosa. A sua composição abrange quatro elementos, conduta, resultado, nexos casual (relação de causalidade) e tipicidade. A conduta é a ação praticada pelo indivíduo, a título exemplar, conduzir sob efeito de álcool (e assumir o risco de causar um acidente de trânsito). O resultado, é considerado a modificação causada pela ação tomada, ainda dentro da área do exemplo anterior, a morte de uma pessoa por atropelamento. O nexos de causalidade significa comprovar a relação entre o ato e o resultado, exemplificando, relativamente aos exemplos aqui citados, o nexos de causalidade/relação de causalidade é a comprovação existente entre a agressão e as lesões causadas ou a comprovação de que o atropelamento aconteceu devido ao condutor estar embriagado. Em relação à tipicidade, é o enquadramento da lei relativa à conduta praticada, um certo crime determinado num certo artigo no Código Penal Português (Lenzi, 2021).

3. OS PILARES DA SEGURANÇA INTERNA E DA ATUAÇÃO POLICIAL

A definição do conceito de “segurança” pode ter várias interpretações. Porém, no geral reconhecemos que segurança representa a ideia de “estar ou sentir-se seguro perante ameaças ou perigos” (Booth, 2005, p.13).

Segundo a “Pirâmide de Maslow”, sobre a hierarquia das necessidades humanas, a “Segurança” vem como o segundo pilar basilar das necessidades humanas essenciais (Maslow, 1943, p.394-396). Isto ficou patente na estratégia da Rússia, entre os três princípios que Putin desenvolveu, o primeiro, “o Sistema de Segurança é o coração do Estado”.⁷

Segundo a Lei de Segurança Interna (LSI), no seu artigo 1.º, n.º 1 “A segurança interna é a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.”.

O objetivo primordial da atividade de segurança interna é “(...) proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, designadamente contra o terrorismo, a criminalidade violenta ou altamente organizada, a sabotagem e a espionagem, a prevenir e reagir a acidentes graves ou catástrofes, a defender o ambiente e a preservar a saúde pública.” (Art.º 1.º, n.º 3 da LSI).

Segundo a Constituição da República Portuguesa (CRP), cabe à polícia “defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos” (art.º 272, n.º 1 da CRP).

Os atores da Segurança Interna subdividem-se em três áreas, “Direção e definição política”, “Órgãos de Conselho” e “Execução”.

Na tabela seguinte encontra-se um resumo dos atores da segurança interna.

⁷ Com base nos apontamentos da cadeira de Defesa Nacional e Segurança do Mestrado em Segurança e Justiça da Universidade Lusíada de Lisboa.

Tabela 2 - Atores da Segurança Interna

Direção e definição política	Órgãos de Conselho	Execução
<ul style="list-style-type: none"> - Assembleia da República - Governo - Conselho de Ministros - Primeiro Ministro - Ministro da Administração Interna - Ministro da Justiça - Ministro da Defesa Nacional - Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações - Secretário-geral do Sistema de Segurança Interna 	<ul style="list-style-type: none"> - Conselho Superior de Segurança Interna - Secretário-geral dos Sistemas de Segurança Interna - Gabinete Coordenador de Segurança 	<ul style="list-style-type: none"> - Polícia de Segurança Pública (PSP) - Guarda Nacional Republicana (GNR) - Polícia Judiciária (PJ) - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) - Serviço de Informações de Segurança (SIS) - Autoridade Marítima Nacional - Autoridade Aeronáutica - Outras entidades

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, baseado na Lei da Segurança Interna.

Desta forma, podemos elencar aqui cinco pilares da segurança interna. A prevenção da criminalidade, ordem pública, investigação criminal, inteligência policial e cooperação nacional e internacional. De seguida, iremos aprofundar o conhecimento no que toca a estes cinco pilares.

3.1. PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE

A prevenção da criminalidade vem assim a ser um dos pilares base da segurança interna de um Estado. É um conceito que abarca inúmeras definições entre os investigadores. Segundo Elias (2008, p. 84) “Num Estado de Direito Democrático, torna-se impossível atingir a noção de segurança sem antes refletir sobre o conceito de prevenção criminal”. Deste modo, iremos listar aqui algumas definições relativamente ao conceito de prevenção da criminalidade.

A Organização das Nações Unidas (ONU) também apresenta a sua ótica para o conceito de prevenção da criminalidade, “(...) compreende estratégias e medidas que procuram reduzir o risco de ocorrência de crimes e os seus potenciais efeitos nocivos sobre os indivíduos e a sociedade, incluindo o medo do crime, intervindo para influenciar as suas múltiplas causas”.

Segundo o National Crime Prevention Institute (1972, p. 4) “a prevenção do crime é a antecipação, reconhecimento e avaliação de um risco de crime e o início de alguma ação para removê-lo ou reduzi-lo”.

O National Crime Prevention Council (1990, p. 5) define prevenção do crime como “um padrão de atitudes e comportamentos direcionados a reduzir a ameaça do crime, aumentando a sensação de segurança e segurança, no intuito de influenciar positivamente a qualidade de vida na nossa sociedade e para desenvolver ambientes onde o crime não possa florescer”.

A criminalidade é um problema demasiado complexo que envolve diversas vertentes e “para o conter sem atentar contra os nossos valores é preciso estudá-lo e conhecê-lo, evitando desvalorizá-lo ou dramatizá-lo” (Cusson, 2011, p. 13).

Segundo Elias (2011) “A prevenção da criminalidade é uma função primordial em qualquer Estado de direito democrático, embora frequentemente não seja valorizada e reconhecida como prioritária no quadro de segurança interna, em muitos casos, porque os respetivos resultados e impacto não são imediatos”.

A prevenção, em vez de uma mera ajuda secundária, deveria tornar-se função defensiva primária da sociedade, dado que a repressão tem apenas uma influência diminuta na criminalidade (Ferri, 1897, cit. In Elias, 2011). Desta forma, vemos a prevenção com um pilar base para uma estratégia de combate à criminalidade.

Segundo Brantingham e Faust (1976, p. 7-8), existe uma divisão tripartida da prevenção da criminalidade, temos a prevenção primária, prevenção secundária e prevenção terciária.

Tabela 3 - Divisão tripartida da Prevenção da Criminalidade

Prevenção primária	Prevenção secundária	Prevenção terciária
<ul style="list-style-type: none"> - Identifica as condições físicas, sociais e ambientais que oferecem oportunidades ou precipita atos criminosos. - O objetivo da intervenção é alterar essas condições para que os crimes não ocorram. - As ações são dirigidas ao público em geral no sentido de sensibilizar no intuito de não criação de oportunidades para o cometimento de crimes. Ex: Evitar deixar objetos visíveis dentro dos carros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Envolve a identificação precoce de potenciais infratores e procura intervir nas suas vidas de forma a nunca cometerem alguma violação criminal. - Muitas vezes dirigida aos jovens de “risco” (ou também idosos) que mostrem sinais de potencial envolvimento no crime, como o não envolvimento na escola, que associam a conhecidos infratores, que utilizam drogas, álcool. - Oferecer programas para ajudar esses jovens antes mesmo de se enraizarem na ofensa também é considerado 	<ul style="list-style-type: none"> - Lida com criminosos reais e visa a intervenção nas suas vidas no sentido de não reincidência criminal, através dos programas de reabilitação oferecidos por agências ligadas à justiça como tribunais, prisões e agências correcionais da comunidade. - Reintegração - “A reinserção dos delinquentes é um facto indiscutível” (Cusson, 2011, p. 211).

	<p>uma forma secundária de prevenção do crime.</p> <p>- Medidas também direcionadas a certos lugares ou situações que estão expostos ao risco. Ex: Videovigilância no aeroporto, estádios de futebol.</p>	
--	---	--

Fonte: Elaborado pelo autor com base no livro "A conceptual model of crime Prevention" de Brantingham e Faust, de 1976.

Felson e Cohen (1980, p.16) trazem-nos ainda, no que toca à prevenção da criminalidade, a ideia de que a prevenção criminal deve ser empregue no conceito de "Triângulo do Crime", caracterizado pelo facto de ser necessária a presença de três fatores para a prática de um crime, um infrator motivado, um alvo adequado e um ambiente favorável⁸.

Deste modo, o "Triângulo do Crime" é um aspeto fundamental da prevenção situacional do crime. Este, incentiva alguma consideração sobre a forma como as cidades e os bairros são construídos e operam (Felson e Cohen, 1980, p. 392).

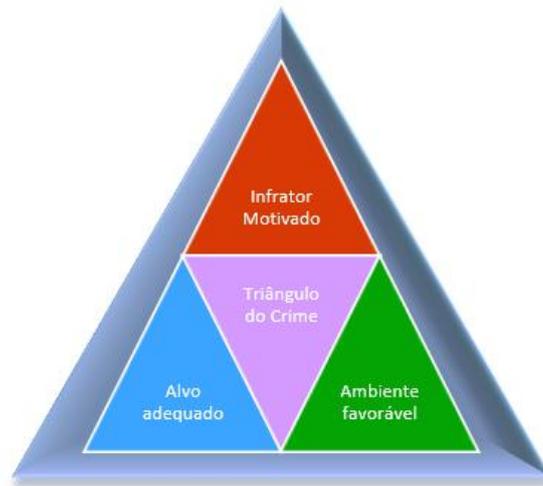


Figura 2 - Triângulo do Crime. (Ilustração nossa, 2021).

Assim, a prevenção criminal deve ser empregue no infrator com o intuito de reduzir a sua motivação criminal, no alvo com o objetivo de diminuir a probabilidade de ser vítima de crime e no ambiente para que este seja menos favorável à atuação do criminoso⁹.

⁸ Informação recolhida dos apontamentos da cadeira de Prevenção Criminal e Violência Urbana do Mestrado em Segurança e Justiça da Universidade Lusíada de Lisboa.

⁹ *Idem*.

Apesar de, em termos policiais, assistirmos frequentemente a patrulhas policiais ou rusgas policiais, também importa aquilo que não vemos, “a prevenção constitui um papel importante no trabalho diário das forças de segurança” (Felizardo, 2012, p. 23).

Portanto, as forças e serviços de segurança operacionalizam técnicas e táticas de prevenção da criminalidade designadamente através do patrulhamento da via pública, garantia de segurança nas áreas escolares e turísticas, grandes eventos, nas ZUS, fiscalização de trânsito, entre outras.

Em termos de prevenção da criminalidade “Existe também o trabalho feito por diversas instituições que sobretudo dão apoio a famílias carenciadas e também fazem a ocupação de tempos livres para crianças e jovens” (Felizardo, 2012, p.22) como é o caso da Mediateca, no bairro da Cruz Vermelha, no Lumiar, Lisboa.

Por fim, importa aqui expor a conhecida “Teoria dos vidros partidos”, publicada em 1982 por James Q. Wilson and George Kelling in 1982 no artigo “The Police and Neighborhood Safety” em que estes autores no seu artigo utilizam as janelas partidas como uma metáfora para a desordem nas vizinhanças. Esta teoria liga a desordem e a incivilidade dentro de uma comunidade com a conseqüente ocorrência de crimes.

Segundo Wilson e Kelling (1982, p.3),

Philip Zimbardo, um psicólogo de Stanford, relatou em 1969 alguns experimentos testando a “Teoria dos vidros partidos”, estacionou um automóvel com o capô aberto na rua de Bronx e um automóvel semelhante numa rua em Palo Alto, Califórnia. O carro em Bronx foi completamente atacado por “vândalos” dez minutos após o seu “abandono”, os primeiros a chegar foram uma família, pai, mãe e filho que removeram o radiador e a bateria. Em 24 horas praticamente foi tudo removido. Assim, começou a destruição, os vidros do carro foram partidos, partes do carro foram arrancadas, estofos rasgados e as crianças começaram a usar o carro como “playground” e a maioria dos adultos estavam bem vestidos, aparentemente de raça branca. Já o carro em Palo Alto permaneceu intacto por mais de uma semana. Então, Zombardo partiu os vidros do carro com uma marreta. Logo depois, as pessoas começaram-se a juntar e em algumas horas o carro foi virado de cabeça para baixo e totalmente destruído e, novamente, os vândalos pareciam ser principalmente de raça branca e respeitáveis.

Isto para concluir que a “Teoria dos vidros partidos” ainda hoje é considerada uma base em atuações policiais no sentido da prevenção da criminalidade no geral e em ZUS em particular. Devemos impedir que a comunidade, no sentido de edifícios, propriedades, monumentos da mesma se deteriore, pois, “o vandalismo pode ocorrer em qualquer lugar uma vez que as barreiras comunitárias – o senso de consideração mútua e as

obrigações civis – são reduzidas por ações que parecem sinalizar que “ninguém se importa” (Wilson e Kelling, 1982, p. 3). Numa frase podemos definir esta teoria como “desordem gera mais desordem”.

A prevenção da criminalidade existe no sentido de se manter a ordem pública, o seguinte pilar a ser analisado, pilar basilar para se viver em segurança e liberdade na sociedade, respeitando os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Seguimos para a análise do próximo pilar da segurança interna e da atuação policial, a ordem pública.

3.2. ORDEM PÚBLICA

A ordem pública constitui um valor basilar e imprescindível da vida em sociedade. A ordem pública é fundamental para os cidadãos e para as instituições, na medida em que representa o princípio da segurança, sem o qual não há justiça, nem paz, nem sequer convivência social pacífica em liberdade, ou seja, a ordem pública não é um fim em si mesma, mas sobretudo um meio instrumental. (Elias, 2011, p. 191).

A ordem pública pode ser definida como “conjunto das condições externas necessárias ao regular funcionamento das instituições e ao pleno exercício dos direitos individuais, referindo-se aquelas condições externas não tanto por se tratar da ordem nas ruas, mas antes porque estão em causa factores exteriores aos direitos e circunstâncias envolventes do seu exercício”. (Miranda, 1994, p. 5).

Segundo Taranta (2008), “as normas de ordem pública, tanto no direito interno como no direito internacional, constituem os princípios indispensáveis para organização da vida social, conforme os preceitos do direito, consubstanciando um conjunto de regras e princípios, que tendem a garantir a singularidade das instituições de determinado país e a proteger os sentimentos de justiça e moral de determinada sociedade”.

A Constituição da República Portuguesa refere-se a “ordem pública” como “ordem constitucional democrática” (art.º 19, n.º 2, CRP).

As normas de ordem pública são de aplicação imperativa que visam direta e essencialmente tutelar os interesses primordiais da coletividade (Costa, 2000, p. 473).

Ordem pública pode ser considerado o estado onde estão criadas as condições para o exercício e manutenção dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, garantidos pela proteção do Estado contra as eventuais ameaças e riscos subsequentes ao exercício dos mesmos, mantendo através deste exercício uma convivência pacífica em sociedade¹⁰.

Esta atividade é desenvolvida pelas forças de segurança (PSP e GNR), sendo exercida, fundamentalmente, através da presença na via pública, com um grande simbolismo de guardiães da paz, pela representação física da lei, controlo de manifestações, comícios, gestão de segurança em eventos, normal circulação de tráfego de veículos e pessoas, pela intervenção em caso de acidentes, emergências, catástrofes ou calamidades¹¹.

Respeitante ao trabalho da polícia, no título IX – Administração Pública da CRP, no seu art.º 272.º, n.º 1, observamos que “a polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”, ou seja, conseqüentemente, a garantia da ordem pública, sempre respeitante aos “direitos, liberdades e garantias dos cidadãos” (art.º 272.º, n.º 3, CRP).

Findando este subcapítulo da ordem pública, em suma, a ordem pública é um pilar basilar para se viver em segurança e liberdade na sociedade, respeitando os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, desenvolvido pelas forças de segurança através de uma panóplia de execuções visando o bem-estar da sociedade, a paz e a justiça.

¹⁰ Informação recolhida dos apontamentos da cadeira de Prevenção Criminal e Violência Urbana do Mestrado em Segurança e Justiça da Universidade Lusíada de Lisboa.

¹¹ *Idem*.

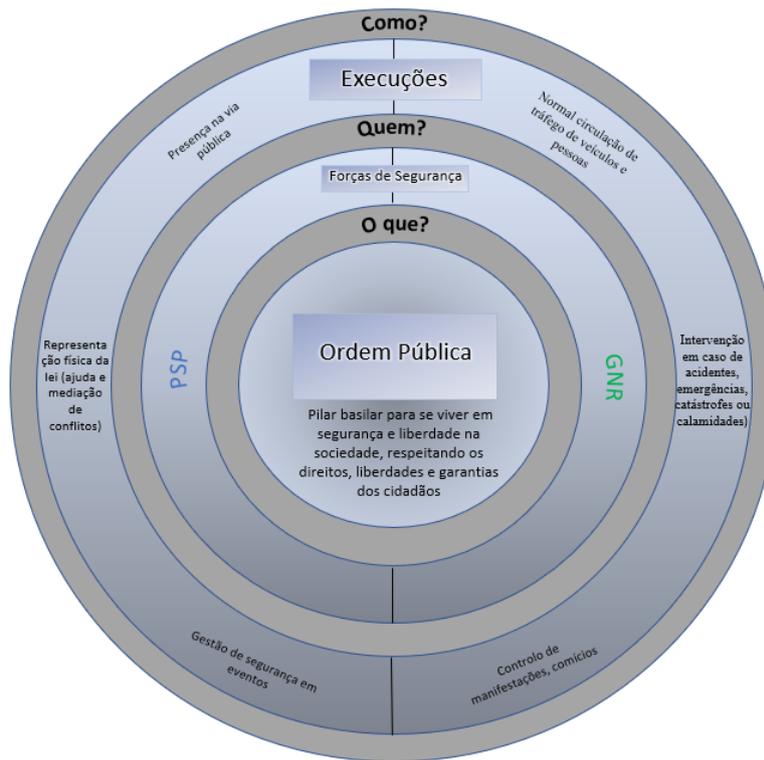


Figura 3 - Ordem Pública. (Ilustração nossa, com base nos apontamentos da cadeira de Prevenção Criminal e Violência Urbana do Mestrado em Segurança e Justiça da Universidade Lusíada de Lisboa).

No organograma radial acima apresentado temos um resumo do que se entende por ordem pública (o que?), quem a desenvolve (quem?), e através de que atividades (como?).

3.3. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Para se viver em segurança e liberdade na sociedade, respeitando os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, torna-se indispensável a existência do próximo pilar da segurança interna e da atuação policial, a investigação criminal, que nos permite chegar ao seu objetivo último a descoberta da verdade, onde são punidos os culpados e absolvidos os inocentes, perpetrando as forças de segurança um papel vital relativamente a este pilar.

O crime está no coração da criminologia. No entanto, por muito importante que seja, o coração é apenas um órgão entre outros. O seu papel só pode ser compreendido no contexto do organismo de que faz parte (Cusson, 2011, p. 28). Decorre desta afirmação de Cusson que o crime possui diversas vertentes e tendências, vertentes estas que

precisam de ser analisadas e estudadas para se chegar ao objetivo primordial do Direito Penal, a descoberta da verdade material (art.º 340.º, n.º1, CPP).

A investigação criminal tornou-se indispensável para dar matéria a factos em busca da verdade material e efetiva, pois, mais do que conhecer os factos ocorridos, é necessário que estes sejam devidamente provados e fundamentados e, para isso, deve existir todo um processo “operacional” (Vasco, 2018, p.7).

Segundo Pereira (2014), “a investigação criminal é a pesquisa orientada a estabelecer a verdade fática acerca de uma lesão penalmente relevante a um bem jurídico decorrente de conduta humana”.

Elias (2011) afirma que “a investigação criminal inclui o conjunto de acções tendentes a descobrir, recolher, examinar, interpretar, conservar e formalizar no inquérito, as provas de factos concretos penalmente relevantes”.

Devemos entender a investigação criminal como uma atividade que se desenvolve desde a notícia do crime até à sentença transitada em julgado. Ainda numa vertente eminentemente normativa, o conceito de investigação estende-se ao longo de todo o processo e o inquérito está limitado apenas ao dever que o Ministério Público tem de deduzir ou não acusação. A investigação irá permitir ao juiz, em fase de julgamento, decidir por uma condenação ou por uma absolvição justas e como tal pela aplicação do direito (Valente, 2004).

Para se chegar à descoberta da verdade material existe uma fase fulcral no processo, a investigação criminal.

Em conformidade com o previsto no art.º1 da Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC), “A investigação criminal compreende o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo.”

O Ministério da Justiça traz-nos a sua definição para investigação criminal “é o processo que permite verificar se um crime aconteceu ou não, quem e em que circunstâncias o cometeu, levar à responsabilização dos autores e tentar proteger as vítimas, se existirem”.

A direção da investigação cabe ao Ministério Público, sendo assistida na investigação através dos órgãos de polícia criminal (art.º n.º 2, LOIC).

De acordo com a LOIC, em Portugal, são órgãos de polícia criminal (OPC) de competência genérica os seguintes:

- Polícia Judiciária,
- Guarda Nacional Republicana e
- Polícia de Segurança Pública.

A necessidade de intervenção da autoridade judiciária na investigação assenta na ideia de que, a montante do julgamento, a recolha de provas e a sua apreciação com vista a um eventual julgamento é uma atividade que pode ser tão pesada para os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos que a sua legalidade deve ser escrupulosamente resguardada¹².

Efetivamente, a arquitetura da investigação criminal em Portugal é um pouco atípica face ao que se passa na maioria dos Estados-membros da União Europeia, pois concentra num OPC as competências em relação aos crimes de moldura penal mais grave, tendo delegado em diversos outros OPC a investigação da chamada criminalidade comum, o que muitos autores consideram uma virtualidade e outros consideram ser uma situação geradora de entropias, de competição e de problemas de coordenação¹³ e eventual cooperação.

Os órgãos de polícia criminal devem cooperar mutuamente no exercício das suas atribuições (art.º 10.º, n.º 1, LOIC), conseqüentemente “O dever de cooperação previsto no artigo anterior é garantido, designadamente, por um sistema integrado de informação criminal que assegure a partilha de informações entre os órgãos de polícia criminal, de acordo com os princípios da necessidade e da competência, sem prejuízo dos regimes legais do segredo de justiça e do segredo de Estado.” (art.º 11.º, n.º 1, LOIC).

Na seguinte figura encontram-se resumidos os passos da investigação criminal, as fases e o objetivo final.

¹² Informação recolhida dos apontamentos da cadeira de Prevenção Criminal e Violência Urbana do Mestrado em Segurança e Justiça da Universidade Lusíada de Lisboa.

¹³ *Idem*.

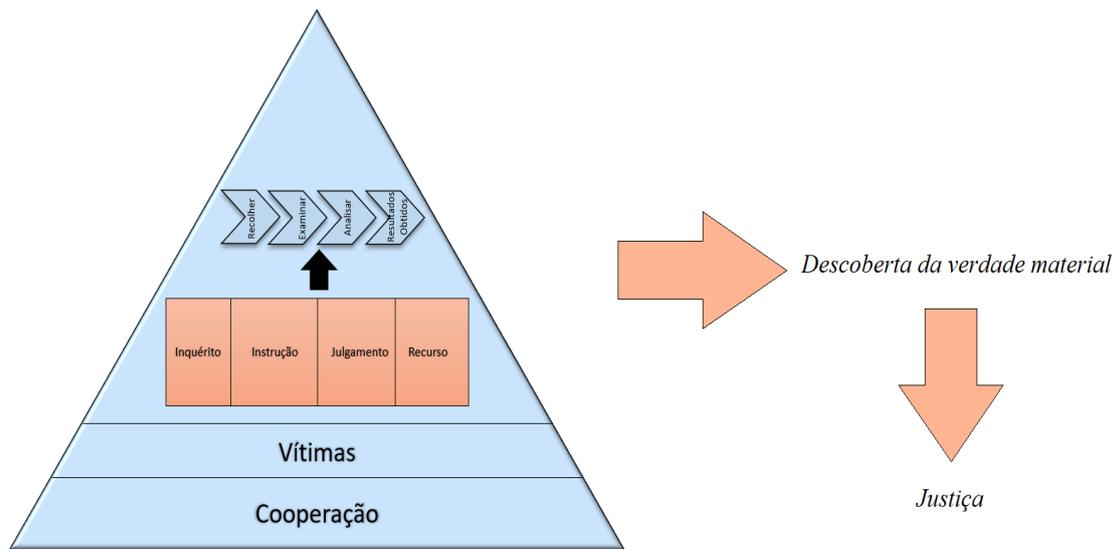


Figura 4 - Investigação Criminal. (Ilustração nossa, com base no Código Processo Penal português).

Desta forma, podemos concluir que a investigação criminal está na base da descoberta da verdade material, sendo o processo de investigação, levado a cabo pelos OPC, que tende a recolher, examinar e efetivar as provas relevantes, em termos penais, para o caso.

A tarefa de investigação criminal acaba por ser executada com a ajuda do seguinte pilar da segurança interna e da atuação policial, a tecnologia e inteligência policial, que permite a existência de meios tecnológicos cada vez mais desenvolvidos que ajudam as forças de segurança nesta tarefa, garantindo a ordem pública e prevenindo a criminalidade.

Avançamos assim para o seguinte pilar, a tecnologia e inteligência policial.

3.4. TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA POLICIAL

O desenvolvimento tecnológico tem-se visto cada vez maior, desde o século XX até aos dias de hoje assistimos a uma nova era, a era da informação, potenciada pela globalização. Entramos assim no seguinte capítulo “Tecnologia e Inteligência Policial”.

A tecnologia ao serviço da segurança é considerada uma das tendências contemporâneas da segurança, são imprescindíveis para, por exemplo, as forças armadas e empresas de segurança privada. Estas são quase omnipresentes no quotidiano para missões de vigilância da via pública e de espaços privados de acesso

ao público, como por exemplo, CCTV, segurança eletrónica no acesso a espaços reservados. Outras tecnologias já são utilizadas pelas forças armadas, forças de segurança e serviços de informações, o business intelligence, big data, robótica, drones, inteligência artificial, entre outros.¹⁴

O recurso a um conhecimento antecipado ou a posteriori dos factores que concorrem para um determinado acontecimento configura como um dos instrumentos disponíveis no domínio da segurança interna, que irá contribuir para a actuação policial a montante dos eventos prejudiciais, cujos graus de ameaça e risco são de concretização potencial para a vida em sociedade (Medeiros, 2001, p. 1).

Consultando um dicionário, verificamos que o conceito informação deriva do latim *informatio*, que significa ato ou efeito de informar, notícia (dada ou recebida). Notícia é um “facto ou série de factos obtido, mas não processado”. Informações é “o processo que de notícias, cria um produto que assegura a satisfação das necessidades dos decisores e da produção de informações”.¹⁵

Nos países anglo-saxónicos as informações têm a designação de inteligência (os ingleses e norte-americanos fazem o uso da expressão “intelligence”, ao passo que os franceses empregam o termo “renseignement”, para designar o termo “informações”), enquanto nos países lusófonos assumem a denominação de informações (Cardoso, 1993, p. 134). Deste modo, podemos afirmar que existem diversas definições para o conceito intelligence/inteligência ou informações, porém, contrariamente, é consenso afirmar que no contexto da atividade policial este conceito adapta-se para informações policiais ou police intelligence.

A abordagem reativa tradicional do policiamento está a ser sucedida por uma estratégia de policiamento mais preventiva, envolvendo a redução, interrupção e prevenção do crime (Ratcliffe, 2008, p. 144).

As informações policiais consistem no conjunto de acções a desenvolver com o objetivo de proceder de forma sistemática, à pesquisa, processamento e difusão de notícias que tenham como objetivo garantir a segurança interna e prevenir a criminalidade violenta (Pereira, 1990, cit. In Elias, 2011, p. 201).

¹⁴ Informação recolhida dos apontamentos da cadeira de Prevenção Criminal e Violência Urbana do Mestrado em Segurança e Justiça da Universidade Lusíada de Lisboa.

¹⁵ Fonte: Dicionário de Língua Portuguesa, Porto Editora.

As informações policiais são todas aquelas destinadas à prossecução direta das missões legalmente atribuídas a serviços de natureza policial, sejam elas de nível estratégico ou operativo” no sentido de alimentar os seus órgãos operacionais (Torres, 2005, p. 593).

Segundo Dias (2005),

informações consistem “na pesquisa, centralização, análise, exploração e processamento de dados, notícias e demais elementos, com vista à produção e difusão, pelas entidades competentes, das informações destinadas a garantir a segurança interna e a prevenir a criminalidade violenta ou organizada, designadamente a sabotagem, a espionagem, a subversão, o terrorismo ou quaisquer atos suscetíveis de destruir ou alterar o Estado de Direito constitucionalmente estabelecido.

O conceito de inteligência pode ser entendido numa tripla vertente: em sentido orgânico, como atividade e como resultado:

pode referir-se às estruturas orgânicas (aos serviços), que desenvolvem atividades de inteligência e que têm como objetivos apoiar o processo de decisão político-estratégica e garantir que organizações da mesma natureza, pertencentes a outros atores estatais e atuando de forma secreta e clandestina, não prejudicam os interesses do Estado (...); enquanto atividade “envolve a pesquisa e a análise de informações (...) visa responder a necessidades específicas de consumidores específicos, onde podem intervir variados atores (públicos e privados), sendo habitualmente ilustrada pelo designado ciclo de produção de inteligência (...)”; e ainda o produto “que resulta da pesquisa, avaliação, análise integração e interpretação de toda a informação relacionada com um ou vários aspetos interesse para o desenvolvimento ou execução de planos, políticas e operações (...). A inteligência para servir o seu fim, para ser útil, necessita de ser oportuna (deve estar disponível para o consumidor nos prazos definidos), relevante (para os objetivos ou fins prosseguidos pelo consumidor), precisa e acessível, isto é, difundida no formato adequado à sua utilização por parte do consumidor, de forma a permitir a sua rápida compreensão e utilização (Fernandes, 2014, p. 98-99).

Segundo o ex-diretor do SIED, Jorge Silva Carvalho, o “Ciclo de Informações” é composto por quatro fases “orientação da pesquisa, fase em que se definem as prioridades; a pesquisa, fase em que se obtêm as notícias através da exploração dos diferentes tipos de fontes; o processamento, fase em que se transformam as notícias em informações através de um processo, também ele dinâmico, de registo, de estudo, integração e interpretação analítica de todas as notícias disponíveis; e a exploração, última fase em que se utilizam as informações, procedendo-se à sua difusão” (Carvalho, 2009, p.8).

Em suma, a inteligência ao serviço da segurança interna consiste num conjunto de notícias, indícios ou dados, indispensáveis à manutenção da tranquilidade pública,

garante de segurança e conservação da paz na sociedade, tendo como objetivo principal a prevenção da criminalidade, é uma vertente claramente instrumental da atividade policial. As organizações em geral e as policiais em particular e o conjunto de atividades que desenvolvem concorrem para um produto final, a inteligência (intelligence), que é o resultado do conjunto de notícias, dados e factos recolhidos, que através de um processo metódico e sistematizado são “transformados” em informação útil, pertinente e com valor acrescentado para a atividade da Polícia. Os dados mencionados referem-se à recolha de determinadas informações, que resultam de uma observação, conhecimento, ou da reunião de outras informações, que se podem traduzir em números, palavras ou imagens e cuja avaliação resulta num conjunto de variáveis que identifica algo ou alguém.

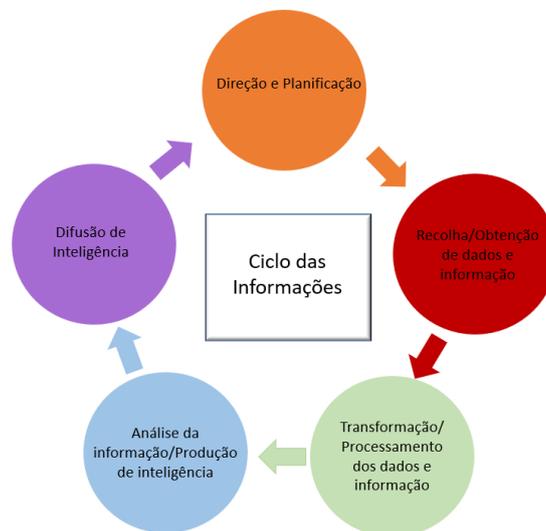


Figura 5 - Ciclo das Informações. (Ilustração nossa, 2021).

Na figura acima temos um resumo do “Ciclo das Informações” discutidas neste subcapítulo.

3.5. COOPERAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL

Atualmente, com a recente pandemia da covid-19, os crimes têm-se intensificado, “A pandemia COVID-19 tem sido uma crise de natureza sem precedentes. A pandemia provou ser mais do que uma crise global de saúde pública e resultou em mudanças

consideráveis no ambiente sério e organizado panorama da criminalidade na UE¹⁶ e fora dela.” (SOCTA, 2021, p. 94).

Existem tendências evolutivas do crime organizado nacional e transnacional que assentam,

na polimorfia e fluidez das atuações, nas suas capacidades adaptativas e de só se revelar quando está ancorado, há muito tempo, num espaço; na sua ânsia de alargar permanentemente os seus domínios; na aptidão de esconder as lideranças; na procura contínua do lucro, manuseando largas somas de dinheiro, em elaboradas estruturadas organizacionais; na sua rapidez de propagação e na procura contínua do controlo do poder (Sousa, F et al., 2014, p. 26).

Os Estados têm pouca capacidade de combater o COT¹⁷, pois a sua legislação é nacional, enquanto os criminosos operam globalmente”, já no caso português “Tendo Portugal uma legislação excludente do COT, poderá ser considerado um “paraíso legislativo” para as atividades deste” (Sousa, F et al, 2014, p. 23).

O combate a estas realidades remete-nos para o quinto pilar da segurança interna e da atuação policial, a cooperação nacional e internacional.

A cooperação entre forças é algo fulcral para o combate ao crime. A nível nacional, temos, na área da execução, diversos organismos que importam para a matéria, como a Polícia de Segurança Pública, a Guarda Nacional Republicana, a Polícia Judiciária, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o Sistema de Informações da República Portuguesa, a Autoridade Marítima Nacional, as Forças Armadas, entre outros. Sustento aqui uma forte cooperação com as Forças Armadas como algo fundamental para o combate ao crime “pois possuem conhecimentos e saberes válidos, nomeadamente nas áreas do nuclear, biológico, químico e radiológico (NBQR), do reconhecimento de material bélico, etc.” (Sousa, F et al, 2014, p. 29).

Assim sendo, num primeiro plano, nacional, a cooperação deve envolver os órgãos de polícia criminal, os serviços de informação e os órgãos judiciais, no sentido de maximizar as hipóteses de alcançar o sucesso nesta matéria.

Num segundo plano, internacional, diante da natureza multifacetada da criminalidade organizada que exerce influência no âmbito internacional, nacional e do indivíduo,

¹⁶ União Europeia.

¹⁷ Crime Organizado Transnacional.

“mostra-se ineficaz (...) o combate a esse crime apenas em âmbito interno” (Soares e Carvalho, 2018, p. 98), portanto, “a cooperação policial internacional tem como alicerce do seu desenvolvimento e aprimoramento a confiança e solidariedade mútua entre os Estados democráticos soberanos no combate à criminalidade organizada transnacional” (Castro, 2019, p. 46).

A localização geográfica de Portugal faz com que, apesar de sermos considerados o terceiro país mais seguro do mundo segundo dados da Global Peace Index 2020 (Global Peace Index, 2020), sejamos uma plataforma giratória e logística para a entrada e manutenção da criminalidade organizada territorial na Europa, somos a porta da Europa, deste modo, uma cooperação supranacional torna-se vital.

Importa referir que, “quanto à cocaína, Portugal e Espanha são os principais pontos de entrada na UE” (Global Peace Index, 2020), sendo o tráfico para a Península Ibérica dominado pela rota da Colômbia para a Galiza, constituindo Portugal, no âmbito desta rota, um ponto de entrada direta de reduzida importância (European Police Office, 2011, p. 9, cit. in Sousa F et Al, 2014, p. 19).

Membro de várias organizações e organismos internacionais, Portugal, participou em reuniões, em missões internacionais, na resposta a solicitações, na preparação e participação em processos de avaliação, entre outras, nas áreas da justiça penal, assuntos internos e cooperação policial. (RASI, 2020, p. 192).

A tabela seguinte mostra o número de missões de manutenção de paz do Ministério da Administração Interna (MAI), nomeadamente, membros da PSP e GNR, em 2020.

Tabela 4 - Missões de manutenção de paz do Ministério da Administração Interna (MAI) em 2020

Meses	PSP	GNR	Total
Janeiro	39	3	42
Fevereiro	39	3	42
Março	43	3	46
Abril	43	3	46
Mai	43	3	46
Junho	27	3	30
Julho	26	3	29
Agosto	26	3	29
Setembro	25	3	28
Outubro	13	3	16
Novembro	5	3	8
Dezembro	9	3	12

Fonte: Elaborada pelo autor, baseada no Relatório Anual de Segurança Interna 2020.

Em termos legislativos, a cooperação policial internacional, encontram-se previstas no art.º 4.º, n.º 2, da Lei de Segurança Interna (LSI ou Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto), cito

No quadro dos compromissos internacionais e das normas aplicáveis do direito internacional, as forças e os serviços de segurança podem atuar fora do espaço referido no número anterior, em cooperação com organismos e serviços de Estados estrangeiros ou com organizações internacionais de que Portugal faça parte, tendo em vista, em especial, o aprofundamento do espaço de liberdade, segurança e justiça da União Europeia.

A cooperação internacional ou a dimensão externa da segurança interna de Portugal tem-se operacionalizado essencialmente nas vertentes global, europeia e lusófona.¹⁸

No âmbito global, operacionaliza-se através da componente policial das operações de apoio à paz (OAP) da Organização das Nações Unidas (ONU), nos Oficiais de Ligação do MAI e nos Oficiais de imigração nas embaixadas de Portugal no estrangeiro, na cooperação no quadro da INTERPOL¹⁹.

¹⁸ Informação recolhida dos apontamentos da cadeira de Prevenção Criminal e Violência Urbana do Mestrado em Segurança e Justiça da Universidade Lusíada de Lisboa.

¹⁹ Organização Internacional de Polícia Criminal.

No europeu, nas missões de gestão civil de crises no quadro da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) e na área de liberdade, segurança e justiça da U.E., ao nível da EUROPOL²⁰ e da cooperação policial no âmbito do acervo Schengen.

Ao nível da lusofonia, temos a cooperação técnico-policial (CTP), formação, assessoria e apoio técnico. Esta cooperação técnico-policial começa agora a ser desenvolvida fora do estrito âmbito dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), mas também Marrocos, Argélia, etc.²¹

A tendência é para a dimensão externa da segurança interna e a cooperação policial internacional se complexificar, face à globalização e à transversalidade das ameaças e riscos transnacionais.

Daí a PSP estar também a apostar em formatos mais diversificados, como sejam: as operações da Frontex (para apoio à segurança da fronteira externa da U.E.), a celebração de protocolos bilaterais de cooperação com Forças Policiais congéneres (Espanha – Polícia Nacional), (Itália – Polizia di Stato), a celebração de protocolos de cooperação tendo em vista grandes eventos (Qatar – Mundial 2022) e as Comissarias Europeias, ou seja, patrulhas mistas de polícias portuguesas no estrangeiro (França e Espanha) e de polícias estrangeiras em Portugal (Espanha, França, Itália).²²

Dimensão Externa da Segurança Interna			
Global	Europeia		Lusófona
- Operações de Paz da ONU (componente policial) - Oficiais de Ligação do MAI - Interpol	- Missões de Gestão Civil de Crises	- Cooperação Policial (Europol, Frontex, Schengen, Cepol, etc.)	- Cooperação Técnico-Policial (CPLP)

Figura 6 - Vertentes da Cooperação Internacional de Portugal. (Cadeira de Prevenção Criminal e Violência Urbana do Mestrado em Segurança e Justiça da Universidade Lusíada de Lisboa).

A figura n.º 6 resume as três vertentes da cooperação internacional de Portugal.

²⁰ Serviço Europeu de Polícia.

²¹ Informação recolhida dos apontamentos da cadeira de Prevenção Criminal e Violência Urbana do Mestrado em Segurança e Justiça da Universidade Lusíada de Lisboa.

²² *Idem*.

Concluindo, tendo em conta a atual situação pandémica que vivemos e o que o Sistema Internacional (SI) nos transmite, a cooperação nacional e internacional são duas esferas vitais para executar um sólido combate à criminalidade organizada e cada vez mais serão pois vivemos num mundo em constante evolução com a criminalidade progressivamente a diversificar-se em termos evolutivos onde existe uma constante necessidade de acompanhamento por parte das forças e serviços de segurança e outros organismos responsáveis pelo combate a estas ameaças, pois as técnicas utilizadas pelos piratas informáticos ou também conhecidos “*hackers*” são cada vez mais complexas e avançadas e estes partem em vantagem relativamente aos órgãos de justiça que podem encontrar dificuldades para alcançar o desenvolvimento cada vez maior das tecnologias.

Interligando os conceitos, uma estratégia baseada na cooperação nacional e internacional, impulsionada pelos desenvolvimentos da tecnologia e inteligência policial são fundamentais para o bem-sucedido combate ao crime, através da investigação criminal, garantindo a vivência em segurança e liberdade da sociedade, respeitando os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, ou seja, ordem pública.

Em suma, estes foram os cinco pilares da segurança interna e da atuação policial, fulcrais pois servem como base na atuação das mesmas no combate à criminalidade nas ZUS, incluindo a criminalidade organizada.

4. O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO DE PROXIMIDADE NAS ZUS: O PAPEL DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

Como solução ao problema aqui definido, da criminalidade organizada nas ZUS, importa analisar o policiamento comunitário de proximidade. Este policiamento veio renovar profundamente a maneira como olhamos para o papel das polícias atualmente. Em termos estratégicos, visa essencialmente a proatividade, através da presença dos elementos policiais no terreno. Esta visão deveu-se à vontade política para aproximar as polícias aos cidadãos, de associar às polícias uma imagem amigável, de resolver os problemas da ordem pública e da segurança com estratégias imaginativas e eficazes (GNR, 2021).

É no Policiamento Comunitário, onde se constituam novas parcerias entre as pessoas e a polícia, fundamentando-se na ideia de que a polícia e a comunidade têm que trabalhar em conjunto para identificar e definir as prioridades e encontrar soluções para os problemas da atual sociedade. Em termos estratégicos, visa desenvolver e implementar novas formas de organização policial, técnicas de proximidade e visibilidade, bem como estabelecer programas específicos focados em problemas concretos e em grupos mais vulneráveis. A comunidade passa a estar envolvida na dinâmica da segurança, constituindo este envolvimento um verdadeiro princípio de uma cidadania ativa (Oliveira, 2006, p. 115)

Segundo David (2014),

A polícia, como qualquer outra organização, com responsabilidade num Estado de direito democrático, deve adaptar a sua estrutura e funcionalidade às necessidades da sociedade, garantindo sempre o respeito pelos Direitos Liberdades e Garantias dos cidadãos. O policiamento de proximidade é um dos modelos que pode ser considerado como uma das boas práticas policiais, tendo como meta o aumento do sentimento de segurança por parte da população e, de dar uma maior visibilidade às forças de segurança, fornecendo uma nova capacidade de inserção.

As forças de segurança, nomeadamente PSP e GNR, utilizam esta estratégia no sentido de alcançar o objetivo de proximidade com os cidadãos pois a resolução dos problemas da sociedade torna-se mais atingível se existir uma cooperação entre as forças de segurança e os cidadãos, podendo isto ser considerado parte dos pilares da segurança interna e da atuação policial, mais precisamente o pilar de cooperação ou pilar de prevenção da criminalidade.

Neste capítulo, dentro do tema de policiamento comunitário de proximidade, vamos focar a nossa análise nas forças de segurança PSP e GNR, basilares no combate aos ilícitos criminais.

4.1. O PAPEL DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (PSP)

No que toca à PSP, através do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP),

conseguiu passar ao desenvolvimento de projetos de proximidade no âmbito de uma estratégia global, implementando mecanismos de coordenação, de avaliação e de formação, e conferindo um maior enfoque na melhoria da articulação da componente da proximidade/prevenção da criminalidade, com as demais valências da PSP, designadamente, a ordem pública, a investigação criminal e as informações policiais (PSP, 2021).

O MIPP reúne assim programas no sentido de efetivar o seu objetivo, nomeadamente, Apoio 65 – Idosos em Segurança, Comércio Seguro, Escola Segura e Violência Doméstica. Todavia, complementarmente, desenvolve outros programas como o Significativo Azul, Contratos Locais de Segurança, Concertos de Palmo e Meio, Destino Seguro ligado à área do Turismo, Um Mundo Melhor para os Animais, Universidade Segura, entre outros, tendo em conta as necessidades específicas e/ou pontuais de determinadas áreas (PSP, 2021).

Segundo a PSP (2021), o programa de Apoio 65 – Idosos em Segurança possui traços especiais, tendo em conta as pessoas a quem é dirigido, pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, baseado em três linhas de atuação:

1. Implementação do modelo de ação policial ajustado às necessidades e características específicas da população idosa.
2. Participação ativa das comunidades locais e colaboração direta com as instituições que prestam apoio a esta população.
3. Divulgação de conselhos de segurança junto da população idosa, que visa, garantir as condições de segurança e tranquilidade das pessoas idosas, promover o conhecimento do trabalho das Forças de Segurança e ajudar a prevenir e a evitar situações de risco.

A PSP (2021) possui ainda o programa de Comércio Seguro, para além de possuir como objetivo primordial e geral a prevenção do crime em Estabelecimentos Comerciais (Lojas), consiste em,

- a) Aumentar o Sentimento de Segurança
- b) Adoção de Medidas Preventivas
- c) Fomentar Canais de Comunicação Privilegiados.

No intuito de cumprir estes objetivos, promove-se,

1. Contactos pessoais com os comerciantes e com as Associações de Comerciantes locais
2. Distribuição de folhetos informativos
3. Avaliação das condições de segurança dos estabelecimentos comerciais
4. Análise das situações de risco.

De acordo com a PSP (2021) o programa Escola Segura visa garantir a segurança do meio escolar e a sua envolvente, prevenindo comportamentos de risco e reduzindo os atos geradores de insegurança em meio escolar, efetivando-se através:

Tabela 5 - Programa Escola Segura (PSP)

Programa Escola Segura	
Garantia da segurança das áreas envolventes dos estabelecimentos de ensino	2- Promoção de ações de sensibilização e de prevenção junto das escolas em parceria com os respetivos órgãos de administração e gestão e a comunidade local
Colaboração com as direções dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas no âmbito da formação sobre o tema de segurança escolar a desenvolver, anualmente, nos estabelecimentos de educação e ensino	Prossecução dos demais objetivos no âmbito do programa, como diagnosticar, prevenir e intervir nos problemas de segurança das escolas, prevenir e erradicar a ocorrência de comportamentos de risco e ou de ilícitos nas escolas e nas áreas envolventes e promover uma cultura de segurança nas escolas.
4-O programa Violência Doméstica, um crime que está presente no Código Penal, no seu art.º 152.º, tendo em conta que a violência doméstica é um problema transversal, ocorrendo em diferentes contextos, independentemente de fatores sociais, económicos, culturais, etários, embora seja exercida na grande maioria sobre mulheres, atinge direta, ou indiretamente crianças, idosos e outras pessoas mais vulneráveis ou com deficiência física, pode incluir: <ul style="list-style-type: none"> - Maus tratos físicos - Isolamento Social - Intimidação - Maus tratos emocionais, verbais e psicológicos - Ameaças - Violência sexual - Controlo económico 	

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, com base no site oficial da Polícia de Segurança Pública (PSP).

Tendo em conta tudo isto, a PSP através de propagação de valores contra a violência doméstica pretende combater este problema social que, atualmente, com a situação pandémica do covid-19 ainda mais relevância alcança, pois, as pessoas estão em recolher obrigatório e podem mais facilmente ser alvos deste tipo de crime. Apesar da existência de muitas cifras negras neste contexto, a PSP faz esforços para o combate eficaz em todas as vertentes do crime de violência doméstica (PSP, 2021).

Segundo dados da PSP (2021), as Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima são responsáveis pela segurança e policiamento de proximidade em cada setor da área de

responsabilidade das respetivas subunidades policiais e, de acordo com o diagnóstico de segurança efetuado em cada Unidade de Polícia

pela prevenção e vigilância em áreas comerciais, vigilância em áreas residenciais maioritariamente habitadas por cidadãos idosos, prevenção da violência doméstica, apoio às vítimas de crime e acompanhamento pós-vitimação, identificação de problemas que possam interferir com a segurança dos cidadãos e deteção de cifras negras.

Já as equipas do Programa de Escola Segura submetem-se a temas como a segurança e vigilância das áreas escolares, prevenção da delinquência juvenil, deteção de problemas que possam interferir na segurança dos cidadãos e deteção de cifras negras no seio das comunidades escolares (PSP, 2021).

Agentes de Proximidade é o nome dado aos polícias que constituem estas equipas e a sua missão neste meio abrange o policiamento de visibilidade, a resolução e gestão de ocorrências/conflitos, o reforço da relação polícia – cidadão e a deteção de situações que possa constituir problemas sociais ou das quais possam resultar práticas criminais, sempre respeitando um certo número de regras de empowerment ou delegação de poderes e de responsabilização, desenvolvendo contactos com a população em geral, serviços das juntas de freguesia e das câmaras municipais, dos tribunais, técnicos locais de determinados projetos de assistência social, comerciantes, conselhos diretivos das escolas, entre outras entidades locais (PSP, 2021). Deste modo, “importa realçar a possibilidade de a imagem que as pessoas têm da polícia – mais ostensiva e repressora ou mais tolerante embora firme” (Pais, L. G., Felgueiras, S., Rodrigues, A., Santos, J., & Varela, T., 2014), todavia no fundo, um agente de proximidade, alguém que procura, em conjunto com a população, o bem da comunidade.

4.2. O PAPEL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA (GNR)

A Guarda Nacional Republicana (GNR) engloba diversos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade (PEPP). Em termos do seu papel, os programas desenvolvidos pela GNR têm tido grandes elogios dos cidadãos e das entidades públicas, decorrentes do empenho dos militares que desenvolvem este tipo de modelo de policiamento, do interesse dos *media* e da conseqüente repercussão das diversas atividades que vão sendo divulgadas nos canais televisivos e mundo digital (GNR, 2021).

A GNR, dentro do tema do policiamento comunitário, tem procurado desenvolver estratégias de aproximação às populações dedicando, em exclusivo, meios humanos, com formação específica, ao mesmo. (GNR, 2021).

Alguns dos programas especiais que a GNR tem em curso encontram-se espelhados na tabela seguinte.

Tabela 6 - Programas Especiais da Guarda Nacional Republicana (GNR).

Programa Especiais da GNR		
Desenvolvidos pelo Ministério da Administração Interna (MAI)	Os programas desenvolvidos em parceria com outras entidades	Programas desenvolvidos apenas pela GNR:
<ul style="list-style-type: none"> - Programa Escola Segura - Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança - Programa Comércio Seguro - Verão Seguro – Chave Direta - Transporte Seguro de Tabaco - Sistema Táxi Seguro - Abastecimento Seguro - Programa Farmácia Segura - Programa Campo Seguro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Parcerias Locais - Segurança Meio Rural - Programa Internet Mais Segura - Linha Saúde 24 	<ul style="list-style-type: none"> - Programa Residência Segura - Projeto Investigação e Apoio a Vítimas Específicas - Programa de Apoio ao Turista (Tourist Support Patrol) - Interlocutor Local de Segurança - Programa de Apoio a Pessoas com Deficiência - Operação Azeitona Segura

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, com base no site oficial da Guarda Nacional Republicana (GNR).

Os programas acima referidos trabalham no intuito de cumprir com as diferentes estratégias e planos de acordo com o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e o Plano Estratégico da Guarda (PEG), primordialmente:

- Estratégia Nacional para a Deficiência
- Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas
- Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos
- Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género
- Plano Nacional para a redução dos Comportamentos Aditivos
- Plano Estratégico para as Migrações
- Plano de Combate à Violação do Direito de Autor e dos Direitos Conexos

- Plano Nacional Para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-Discriminação (GNR, 2021).

Concluindo, os objetivos primordiais destes programas que a GNR como força de segurança que possui a responsabilidade de manutenção da paz e a garantia da segurança da sociedade faz parte, são criação de um sentimento de segurança das populações, a construção e manutenção de relações de confiança, a manutenção da ordem através de uma análise pormenorizada das características e origem de determinados problemas e a redução da criminalidade, utilizando a antecipação como instrumento eficaz na manutenção da paz social próximo das comunidades (GNR, 2021).

O modelo de policiamento acima referido implica uma grande e prudente proximidade entre as forças de segurança e a população no sentido de uma colaboração coletiva em prol da segurança de todos os cidadãos que, conseqüentemente, resulta num combate mais eficaz à criminalidade (GNR, 2021).

5. ESTUDO DE CASO: O BAIRRO DA CRUZ VERMELHA

Após uma análise da literatura existente, possuímos as pistas necessárias para dar continuidade à nossa investigação. Iniciamos agora a parte prática do trabalho, que envolve o trabalho de campo, o estudo de caso sobre o bairro da Cruz Vermelha, no Lumiar, Lisboa, onde iremos começar por um enquadramento relativamente a este bairro, seguindo para apresentação da Questão Central (QC) e a/as Questão/Questões Derivada/as (QD), passando para a análise e discussão dos dados obtidos, que incluem os questionários e entrevistas realizadas. Posteriormente, iremo-nos encontrar em posição para responder à QC e às QD aqui expostas e, por fim, passaremos ao capítulo final do trabalho académico, conclusões e recomendações.

5.1. ENQUADRAMENTO

O Bairro da Cruz Vermelha insere-se numa área conhecida como Alta de Lisboa ou Alto do Lumiar, no concelho de Lisboa. A Alta de Lisboa situa-se no extremo norte do concelho de Lisboa, confronta com a Segunda Circular, Aeroporto da Portela e Eixo Norte-Sul, distribuindo-se pelas freguesias do Lumiar e de Santa Clara.

O território do Alto do Lumiar situa-se na antiga zona “saloia” que abastecia a cidade de Lisboa, com as suas quintas e campos de cultivo até às primeiras décadas do século XX²³.

Até à década de 50 do século XX pouco existia além de velhas quintas, olivais, vinhas, mato, vegetação espontânea e terrenos baldios usados como vazadouro (Antunes, 2015, p.150-151).

Durante as décadas de 60, 70 e 80 disseminaram-se na zona vários bairros de habitações precárias. Este fenómeno foi iniciado pela autarquia de Lisboa, com a construção em meados da década de 60 de dois bairros provisórios, designadamente a Musgueira Sul e a Musgueira Norte, destinados a absorver parte da população desalojada coercivamente do vale de Alcântara, em resultado da construção da Ponte Sobre o Tejo. Paralelamente, foi construído o bairro da Cruz Vermelha, numa iniciativa assistencialista articulada entre a Cruz Vermelha e a Câmara Municipal de Lisboa (CML). Posteriormente, surgiram vários bairros de carácter informal, habitados

²³ Ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Alta_de_Lisboa.

por retornados, famílias provenientes do interior do país, de etnia cigana e dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).²⁴

Segundo Antunes (2015, p.160),

Durante a segunda metade do século anterior, a área de matriz rural deu lugar a habitações precárias que iniciaram a alteração definitiva da paisagem, aglomerando-se em pequenos núcleos informais, comumente denominados: bairro das Calvanas, bairro da Musgueira Sul, bairro da Musgueira Norte, bairro da Quinta Grande, bairro da Cruz Vermelha, bairro dos Sete Céus, bairro da Quinta do Louro e o bairro da Quinta da Pailepa.

Relativamente ao bairro da Cruz Vermelha, a sua génese remonta à década de 60. Outrora, até à década de 50, o espaço foi explorado como areeiro na chamada Quinta da Pedreira. Mais tarde o antigo proprietário decidiu cobrir e consolidar as valas da exploração, utilizando o terreno como vazadouro (Antunes, 2015).

As primeiras habitações foram construídas sobre o referido vazadouro, tendo o terreno sido comprado pela CML e colocado à disposição da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) para a instalação de duas dezenas de famílias desalojadas de um incêndio (Antunes, 2015).

Mais tarde, a zona acabou por evoluir, e a Câmara Municipal de Lisboa e a Cruz Vermelha Portuguesa tiveram um papel primordial, “A CML adquiriu e posteriormente disponibilizou os terrenos, colocando-os à disposição da CVP, que, por sua vez, se comprometeu pela construção de residências” (Antunes, 2015, p.162), que incluíam água potável, saneamento básico, eletricidade, entre outros.

Em 1966, o bairro foi inaugurado, contando com a presença do na altura presidente Américo Thomaz. Em 1970, o bairro contava com cerca de 260 agregados familiares, devendo a sua toponímia à Cruz Vermelha Portuguesa (Antunes, 2015, p. 162).

Este autor afirma ainda que “No ano de 1975 diversos edifícios em construção no bairro da Cruz Vermelha foram ocupados clandestinamente, vivendo dezenas de famílias nas casas inacabadas, não dispondendo de instalações sanitárias, água, luz, ou sequer portas e paredes” (Antunes, 2015, p.162-163). Já em 1994 foi fundada a Associação de Moradores do Bairro da Cruz Vermelha do Lumiar (AMBCVL).

²⁴ *Idem.*

Mais tarde, mais precisamente em 1984, deu-se início à intervenção urbanística na zona. O projeto da Alta de Lisboa, iniciando-se nessa data, a partir de uma parceria público-privada entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Sociedade Gestora da Alta de Lisboa (SGAL). Em 1998 foi aprovado o Plano de Urbanização do Alto do Lumiar (PUAL), que regula a intervenção urbanística no local (CML, 2021).

Em 1993 iniciou-se o realojamento da população dos antigos bairros de habitações, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER), terminado em 2007. Atualmente, os bairros sociais são geridos pela empresa municipal Gebalis, da Câmara Municipal de Lisboa (Gebalis, 2021).

Atualmente, o Bairro da Cruz Vermelha (BCV) possui um ambiente relativamente tranquilo com algumas desordens que se resolvem rapidamente através de intervenção policial, onde existe criminalidade organizada e algum sentimento de insegurança devido ao maior problema criminal e que caracteriza o bairro, o tráfico de estupefacientes. Possui ainda diversos problemas sociais e outros criminais que nos levaram a considerar este bairro relevante para o tema de estudo.

Terminando este subcapítulo, seguimos para a exposição e caracterização dos entrevistados e a consequente análise de entrevistas.

5.2. DADOS

Para este trabalho académico foram realizados questionários online sobre a delinquência juvenil e o sentimento de insegurança, com base nesses iremos fazer um estudo sobre pessoas que vivem nas ZUS e, depois, comparando com pessoas que não vivem nestas áreas, servindo toda a informação obtida nestes questionários para reforçar a realidade retirada das entrevistas realizadas. Ainda, foram entrevistados seis elementos considerados essenciais para o tema de investigação. Optámos pela diversidade dos entrevistados no sentido de obter uma maior variedade de respostas quanto às questões que elaborámos, pois torna-se essencial para uma análise mais profícua essa mesma diversidade. Todas as entrevistas foram, em seguida, tratadas através de tabelas de análise onde foram comparadas para conseguirmos chegar às correspondentes conclusões.

Importante aqui patentear que, devido à natureza de certas questões alguns entrevistados não possuíam conhecimentos específicos para responder, o que

inviabilizou em nada as entrevistas. Quanto a este ponto estará referido como “Não respondeu”. Outro ponto também importante de frisar é que algumas questões feitas nas entrevistas serão analisadas individualmente devido à sua natureza, ou seja, devido a serem questões direcionadas para um entrevistado em particular, informação importante para a realização da dissertação e para ajudar a entender mais sobre o bairro da Cruz Vermelha.

A constituição e caracterização dos elementos entrevistados encontra-se espelhada na tabela seguinte.

Tabela 7 - Caracterização dos Entrevistados

Entrevistados	Género	Função
Entrevistado 1 (E1) Luís Silva Gonçalves	Masculino	Comissário da Polícia de Segurança Pública
Entrevistado 2 (E2) Catarina Tomeno	Feminino	Comissário da Polícia de Segurança Pública
Entrevistado 3 (E3) Constante Dias Rodrigues	Masculino	Coordenador de Serviço Mediateca do Bairro da Cruz Vermelha
Entrevistado 4 (E4) Nuno Martins	Masculino	Engenheiro/Diretor de Projeto da SGAL da Alta de Lisboa
Entrevistado 5 (E5) Elisa Rocha	Feminino	Vice-presidente do Conselho Administrativo, Subdiretora do Agrupamento de Escolas Professor Lindley Cintra
Entrevistado 6 (E6) Anónimo	Anónimo	Anónimo (ex-presidiário que vive/viveu no bairro da Cruz Vermelha, com antecedentes criminais relativamente ao mesmo)

5.3. MEIOS UTILIZADOS

Neste trabalho académico, foram realizados questionários online através da plataforma Microsoft Forms e quatro entrevistas realizadas presencialmente através de gravação com um telemóvel Iphone e, posteriormente, transcritas para documento Word para

serem analisadas. As restantes duas entrevistas foram realizadas eletronicamente ou respondias via e-mail e conseqüentemente analisadas.

5.4. RESULTADOS

Em seguida, passamos à análise dos questionários e entrevistas realizados.

5.4.1. ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Apesar de não existir nenhum documento específico para a criminalidade nas ZUS, em termos de estatística, no Relatório Anual de Segurança Interna temos acesso à criminalidade geral e criminalidade violenta e grave.

A criminalidade geral e violenta e grave diminuiu de 2019 para 2020 de acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna 2020 (Gabinete Coordenador de Segurança, 2020), entre diversos factores, temos a pandemia da covid-19 e o conseqüente recolher obrigatório como base, tendo o crime de optar por outras facetas, tendo-se diversificado em busca de novos meios para atuar tendo em conta as dificuldades naturalmente impostas.

Neste subcapítulo iremo-nos debruçar sobre temas como a delinquência juvenil e o sentimento de insegurança, com base em questionários online feitos através da plataforma Microsoft Forms, iremos fazer um estudo sobre pessoas que vivem em ZUS e, depois, comparando com pessoas que não vivem nestas áreas, para dar suporte, mais tarde, às informações recolhidas através das entrevistas.

5.4.1.1. A DELINQUÊNCIA JUVENIL

A delinquência juvenil é um problema que afeta gerações e, se não tivermos tento a esta questão, pode vir a afetar muitas mais. A criminalidade nas ZUS envolve, de facto, os jovens, importa, tendo isto por base, transparecer a realidade vivida.

Dentro das características que aqui elencámos relativamente às ZUS existem algumas interessantes para o caso da delinquência juvenil, como “baixos níveis de escolaridade da população do bairro”, “abandono escolar significativo” e “inserção precoce dos jovens no mundo do trabalho”. A delinquência juvenil existe nas ZUS, e não só. Desta forma, em seguida iremos analisar as respostas ao questionário sobre “Delinquência Juvenil”

feito a 171 jovens da Escola Secundária do Lumiar, em Lisboa, com idades entre os 15 e os 23 anos.

Desta forma, o universo são as 171 pessoas, o questionário tem 56 questões e iremos, resumidamente e com a ajuda de uma psicopedagoga, apresentar os resultados das questões, dentro das 56, mais críticas que podem ser indicadas como as bases para a delinquência juvenil.

Apenas 170 responderam à questão sobre serem do sexo masculino ou feminino, onde alcançámos os 85 jovens do sexo masculino e 85 do sexo feminino, a amostra não podia ser mais acurada. Portanto, temos uma amostra com 50% do sexo masculino e outros 50% do sexo feminino. A idade média dos participantes são 17 anos.

Relativamente às diversas questões, seleccionámos aqui algumas, como antes referido, com maior relevância. À questão “Numa escala de 0 a 10 como classificas o papel da escola no processo de preparação para o teu futuro?”, a resposta média foi 7,11, todavia, tivemos 5 jovens a responder “1”, um jovem a responder “2”, outro a responder “3” e 8 jovens a responder “4”. Esta é uma questão crítica pois o papel da escola é fundamental na preparação dos jovens para o futuro e, sendo que estes não o consideram podem acabar por tomar outras alternativas de vida, dentro delas, um caminho de delinquência. Portanto, dos 170 jovens que responderam a esta questão, 15 responderam de forma insuficiente relativamente ao papel da escola na preparação para o futuro, que representam cerca de 9%.

À questão “És associado a algum ou gang na escola ou fora dela?”, dos 171 inquiridos, 10 responderam “Sim”, representando cerca de 6%. Seguidamente, na questão “Já alguma vez tiveste problemas com a lei?”, dos 171 inquiridos “7” responderam “Sim”, representando cerca de 4%. Na questão “Já viste algum dos teus pais a usarem drogas?” dos 170 que responderam, 7 escolheram a opção “Sim”, que se reproduz em cerca de 4% também. Posteriormente à questão “Os teus pais batem em ti?”, dos 170 inquiridos, 12 responderam “Sim”, equivalendo a 7%. Sobre “A maioria dos teus amigos já cometeu algum tipo de crime?”, dos 170 inquiridos, 14 responderam “Sim”, representando 8% da amostra, diretamente relacionada, a questão “Os teus amigos incentivam-te a não respeitar as regras?” dos 169 que responderam, 12 decidiram escolher a opção “Sim”, que representa 7%.

Dentro do tema das ZUS, à questão “Dentro da zona em que vives assistes a algum tipo de ilegalidade (tráfico, roubo, etc...)?” dos 170 inquiridos, 45 responderam “Sim”, representando cerca de 26% da amostra. Continuadamente, entramos em questões mais relativas com a pessoa em si e ações que esta possa ter praticado. À questão “Já extorqui dinheiro de colegas?”, dos 170 inquiridos, 7 responderam “Sim”, significando 7% da amostra. Em relação à questão “Já roubei (objetos, carros, motas, dinheiro, vestuário, etc...)?”, dos 170 inquiridos, 21 responderam “Sim”, traduzindo-se em 12% da amostra. À questão “Já invadi uma propriedade privada?”, dos 168 inquiridos, 10 responderam “Sim”, representando, cerca de 6% da amostra. A respeito da questão “Já conduzi um carro sem carta de condução?” dos 170 inquiridos, 20 responderam “Sim”, representando cerca de 12% do total dos inquiridos. No que concerne à questão “Já fumei droga”, dos 167 jovens que responderam, 9 responderam “Sim”, representando cerca de 5% e à questão “Já vendi droga?” dos 170 que responderam, 5 afirmaram que “Sim”, traduzindo-se em cerca de 3% da amostra. Por fim, quanto à questão “Já estraguei de propósito edifícios públicos?” dos 170 inquiridos, 6 responderam “Sim”, que representam cerca de 4% e relativamente à questão “Já andei munido de faca ou arma?”, dos 170 jovens que responderam, 14 optaram por escolher “Sim”, representando cerca de 8% da amostra. Estas foram as questões mais críticas e que mais estão na base do comportamento de um jovem para seguir a vida de delinquência. Seguidamente, temos um quadro que traduz os dados aqui expostos relativamente às questões de resposta “Sim” ou “Não”.

Tabela 8 - Respostas ao questionário sobre “Delinquência Juvenil”

	Inquiridos	Número de jovens que respondeu “Sim”	% de resposta “Sim”	% de resposta “Sim” que reside em ZUS
“És associado a algum ou gang na escola ou fora dela?”	171	10	6%	4%
“Já alguma vez tiveste problemas com a lei?”	171	7	4%	3%
“Já viste algum dos teus pais a usarem drogas?”	170	7	4%	2%
“Os teus pais batem em ti?”	170	12	7%	5%
“A maioria dos teus amigos já cometeu algum tipo de crime?”	170	14	8%	6%
“Os teus amigos incentivam-te a não respeitar as regras?”	169	12	7%	6%

	Inquiridos	Número de jovens que respondeu "Sim"	% de resposta "Sim"	% de resposta "Sim" que reside em ZUS
"Dentro da zona em que vives assistes a algum tipo de ilegalidade (tráfico, roubo, etc...)?"	170	45	26%	22%
"Já extorqui dinheiro de colegas?"	170	7	7%	5%
"Já roubei (objetos, carros, motas, dinheiro, vestuário, etc...)?"	170	21	12%	9%
"Já invadi uma propriedade privada?"	168	10	6%	5%
"Já conduzi um carro sem carta de condução?"	170	20	12%	11%
"Já fumei droga"	167	9	5%	4%
"Já vendi droga?"	170	5	3%	2%
"Já estraguei de propósito edifícios públicos?"	170	6	4%	3%
"Já andei munido de faca ou arma?"	170	14	8%	7%

Em suma, a amostra envolveu jovens de ZUS e jovens que vivem fora das ZUS e, como podemos ver, a percentagem média de jovens que tem tendências para uma vida de delinquência é baixa, mais precisamente cerca 8%, o que não inviabiliza a realidade de que têm de continuar a ser empenhados esforços para baixar ainda mais este número. Isto leva-nos à ideia, defendida por Becker (1963), de que "o facto de se rotular os adolescentes como delinquentes demonstra apenas uma atitude defensiva levada a cabo pelos adultos, como forma de utilizar os jovens como bodes expiatórios dos erros cometidos pelos próprios adultos", completando que "não existem crianças delinquentes mas, sim, pais delinquentes" insinuando que se devem estudar os motivos que levam os adultos a rotular os adolescentes em vez do estudo dos próprios delinquentes, pois estes, na sua opinião, estão na base da delinquência juvenil. Uma visão diferente de muitas outras, mas que, em certa parte, está certa e convém sempre ter em conta aquando da realização de uma estratégia de combate à delinquência juvenil. Tendo por base a realidade de que a grande maioria dos jovens aqui inquiridos frequentam a mediateca da ZUS do bairro da Cruz Vermelha, estes dados vão suportar a realidade espelhada nas entrevistas.

5.4.1.2. O SENTIMENTO DE INSEGURANÇA

O sentimento de insegurança é algo comum a todos os seres humanos, todos nós, em algum momento da nossa vida, já sentimos ou iremos vir a sentir insegurança quanto a algo ou alguém, relativamente às mais diversas situações. Neste subcapítulo iremos expor alguns conceitos de insegurança e, posteriormente, analisar o questionário online sobre o sentimento de insegurança nas ZUS, comparando com o sentimento de insegurança fora das ZUS.

Segundo o dicionário de Língua Portuguesa insegurança pode ser caracterizada como “falta de segurança; inquietação”. Existem diversos autores que trazem à tona a sua própria definição de insegurança.

Segundo Fraga (2001) “a segurança é sempre mais aparente do que real, mais subjetiva do que objetiva”, conseqüentemente, “ninguém está verdadeiramente em segurança, embora se possa sentir segura, porque circunstâncias inopinadas e exteriores ao indivíduo podem estabelecer um quadro de insegurança”.

Rodrigues e Oliveira (2012) apresentam-nos a ideia de que o sentimento de segurança provém de “áreas com maiores índices de coesão social entre vizinhos” (...) “e com maiores índices de criminalidade”, ou seja, temos aqui associada ao conceito de insegurança estes dois factores. Estas mesmas autoras trazem-nos ainda, completando, dentro do tema de análise de efeitos indiretos, outros factores que contribuem para o sentimento de insegurança, como a percepção de risco de roubo e agressão, percepção de desordem social, características estruturais, sociodemográficas e vitimização anterior.

Caiado (2013) afirma que o sentimento de segurança possui diversas definições por diversos autores “como sendo um conjunto de manifestações de inquietação, de perturbação ou medo cristalizadas sobre o crime”.

Roché caracteriza o sentimento de insegurança,

pelo medo e a preocupação com a ordem. Embora seja difícil mensurá-lo, o sentimento de insegurança não é irreal ou imaginário. O sentimento de insegurança, no nível ideal-típico do medo, se associaria a uma sensação difusa de angústia ou de ansiedade que permaneceria para além dos acontecimentos e que não possuiria um objeto definido” (Roché, 1990 e 1998, cit. In Caiado, 2013, p. 39). Ainda, “Na perspectiva de Roché há uma tendência generalizada dos vários atores sociais em estabelecer uma relação de causa-efeito entre crime e sentimento de insegurança, devido ao facto de o crime atingir

os indivíduos na vertente mais íntima e profunda, ligada ao seu corpo, à sua casa e aos seus bens (Roché, 1990 e 1998, cit. In Caiado, 2013, p. 38).

Desta forma, passemos à análise do questionário com o tema “O sentimento de (In)segurança à população residente nas ZUS” com respostas entre o dia 24 de fevereiro de 2021 até 19 de maio de 2021, frisando que as percentagens expostas foram arredondadas para facilitar a análise. Este questionário foi feito on-line através da plataforma Microsoft Forms. O universo deste questionário são 92 pessoas, sendo que para cada questão em particular a amostra varia. Das 92 pessoas, 23 são do sexo masculino e 69 do sexo feminino, representando, dos 100%, 25% do sexo masculino e 75% do sexo feminino.

Tabela 9 - Distribuição segundo género

	Frequência	Percentagem %	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Masculino	23	25	25	25
Feminino	69	75	75	100
Total	92	100	100	

A variação das idades dos participantes é de entre “até aos 15 anos” e “mais de 70 anos”, sendo que 1% tem “até 15 anos”, 13% têm “entre 16-20 anos”, 26% tem “entre 21-25 anos”, 12% tem “entre 26-30 anos”, 5% tem “entre 31-35 anos”, 12% tem entre “36-40 anos”, 15% tem “entre 41-50” anos, 8% tem “entre 51-60 anos”, 7% tem “entre 61-70 anos” e 1% tem “mais de 70 anos”, representando um total de 100%, como retrata a tabela n.º 7 abaixo. Portanto, dos inquiridos existe equilíbrio em termos de idade, para uma amostra mais fiável.

Tabela 10 - Idade

	Frequência	Percentagem %	Percentagem válida	Percentagem Acumulada
Até aos 15 anos	1	1	1	1
Entre 16-20 anos	12	13	13	14
Entre 21-25 anos	24	26	26	40
Entre 26-30 anos	11	12	12	52
Entre 31-35 anos	5	5	5	57
Entre 36-40 anos	11	12	12	69
Entre 41-50 anos	14	15	15	84

Entre 51-60 anos	7	8	8	92
Entre 61-70 anos	6	7	7	99
Mais de 70 anos	1	1	1	100
Total	92	100	100	

Relativamente à escolaridade dos participantes, nenhum participante tem o “4º ano” de escolaridade (0%), 4 participantes (4%) têm o “5º ou 6º ano”, 16 participantes (17%) têm o “7º, 8º ou 9º ano”, 6 participantes (7%) têm o “10º ou 11º ano”, 30 participantes (33%) têm o “12º ano” e 36 participantes (39%) têm “Licenciatura, Mestrado ou Doutoramento”, representando um total de 92 participantes (100%).

Tabela 11 - Escolaridade

	Frequência	Percentagem %	Percentagem válida	Percentagem Acumulada
4º ano	0	0	0	0
5º ou 6º ano	4	4	4	4
7º, 8º ou 9º ano	16	17	17	21
10º ou 11º ano	6	7	7	28
12º ano	30	33	33	61
Licenciatura, Mestrado ou Doutoramento	36	39	39	100
Total	92	100	100	

À questão “Vive num bairro problemático? Se sim, qual?”, responderam 71 (100%) pessoas sendo que 36 (51%) respondeu “Sim” e 35 (49%) participantes responderam “Não”. Os bairros problemáticos que os participantes mencionaram vão desde Alta de Lisboa, Lumiar mais precisamente, Bairro da Cruz Vermelha, Lumiar, Arroja, Odivelas, Bairro Padre Cruz, Chelas/Marvila, Galinheiras, Urmeira, Ameixoeira, Quinta do Mocho, Monte Abraão, Bairro do Rêgo, e Bairro de Angola. Portanto, para efeitos de investigação temos uma base de análise de 36 pessoas que vivem num Bairro Problemático/ZUS e uma diversificada amostra quanto às ZUS o que contribui para uma análise mais genuína.

À questão “Já alguma vez teve problemas com a lei?” obtemos 91 (100%) respostas, 16 (18%) responderam “Sim” e 75 (82%) responderam “Não”, sendo que 12 (13%) pessoas que já tiveram problemas com a lei vivem num bairro problemático/ZUS, já 4 (4%) não

vivem num bairro problemáticos/ZUS, o que nos leva a afirmar que das 16 pessoas inquiridas que já tiveram problemas com a lei 75% vivem num bairro problemático.

Consequentemente, isto leva-nos a crer que, por norma, 75% das pessoas que tiveram/têm problemas com a lei vivem num bairro problemático/ZUS, comprovando a ideia de que o abandono escolar significativo, o sentimento de inimizabilidade, autonomia e fuga ao controlo das autoridades, estratégias de sobrevivência muito desenvolvidas, a pluriatividade, empregos clandestinos, prática de ilícitos criminais, tráfico, roubos, furtos, ou seja, características da população residente nas ZUS, estão diretamente relacionados com problemas com a lei.

Seguidamente, foquemos a nossa análise no sentimento de (in)segurança dos entrevistados.

No que concerne a questão “A Zona onde vive é geralmente: Muito Seguro, Moderadamente Seguro, Nem Seguro/Nem Inseguro, Moderadamente Inseguro ou Muito Inseguro”, a amostra foi de 91 pessoas (100%), sendo que 23 participantes (25%) responderam “Muito Seguro”, 37 participantes (41%) responderam “Moderadamente Seguro”, 19 participantes (21%) responderam “Nem Seguro/Nem Inseguro”, 10 participantes (11%) responderam “Moderadamente Inseguro” e 2 participantes (2%) responderam “Muito Inseguro”, como exposto na tabela abaixo.

Tabela 12 - Caracterização da zona onde vivem

	Frequência	Percentagem %	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Muito Seguro	23	25	25	25
Moderadamente Seguro	37	41	41	66
Nem Seguro/Nem Inseguro	19	21	21	87
Moderadamente Inseguro	10	11	11	98
Muito Inseguro	2	2	2	100
Total	91	100	100	

Passando à análise destes dados, dos 36 participantes que vivem numa ZUS, 2 responderam “Muito Seguro”, 10 responderam “Moderadamente Seguro”, 12 responderam “Nem Seguro/Nem Inseguro”, 10 responderam “Moderadamente

Inseguro” e 2 responderam “Muito Inseguro”. Portanto, a moda são os 12 participantes que responderam “Nem Seguro/Nem Inseguro”, transpondo estes resultados para uma escala de 0-5 (pois os participantes tinham 5 opções) sendo 1 “Muito Seguro” e 5 “Muito Inseguro”, temos um 3.

Comparando com os participantes que não vivem numa ZUS, dos 35 participantes, 12 responderam “Muito Seguro”, 19 responderam “Moderadamente Seguro”, 3 responderam “Nem Seguro/Nem Inseguro” e nenhum destes participantes respondeu quer “Moderadamente Inseguro” quer “Muito Inseguro”. Interpretando os dados, a moda encontra-se no “Moderadamente Seguro” (19 participantes dos 35 que não vivem numa ZUS). Convertendo estes resultados numa escala de 1-5, sendo 1 “Muito Seguro” e 5 “Muito Inseguro”, temos um 2, não existindo qualquer participante a escolher 4 ou 5.

Traduzindo toda esta análise podemos afirmar que, por norma, uma pessoa residente numa ZUS possui um sentimento de insegurança moderado, ou seja, nem seguro nem inseguro, já uma pessoa que reside fora de uma ZUS possui, por norma, um sentimento de insegurança mais baixo, ou seja, um sentimento moderadamente seguro relativamente à segurança.

Dando seguimento, em relação à questão “Como se sente ao sair à rua de dia? Muito Seguro, Moderadamente Seguro, Nem Seguro/Nem Inseguro, Moderadamente Inseguro ou Muito Inseguro”, tivemos uma amostra de 91 pessoas (100%) também, sendo que 38 participantes (42%) responderam “Muito Seguro”, 37 participantes (41%) responderam “Moderadamente Seguro”, 13 participantes (14%) responderam “Nem Seguro/Nem Inseguro”, 2 participantes (2%) responderam “Moderadamente Inseguro” e 1 participante (1%) respondeu “Muito Inseguro”, como apresentado na tabela abaixo.

Tabela 13 - Sentimento de (in)segurança ao sair à rua de dia

	Frequência	Percentagem %	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Muito Seguro	38	42	42	42
Moderadamente Seguro	37	41	41	83
Nem Seguro/Nem Inseguro	13	14	14	97
Moderadamente Inseguro	2	2	2	99

Muito Inseguro	1	1	1	100
Total	91	100	100	

No que concerne à análise destes dados, dos 36 participantes que vivem numa ZUS, 35 responderam a esta questão, onde 6 optaram por responder “Muito Seguro”, 17 responderam “Moderadamente Seguro”, 9 responderam “Nem Seguro/Nem Inseguro”, 2 responderam “Moderadamente Inseguro” e 1 respondeu “Muito Inseguro”. Portanto, a moda são os 17 participantes que responderam “Moderadamente Seguro”, transpondo estes resultados para uma escala de 1-5 (pois os participantes tinham 5 opções) sendo 1 “Muito Seguro” e 5 “Muito Inseguro”, temos um 2. Comparando com os participantes que não vivem numa ZUS, dos 35 participantes, 22 responderam “Muito Seguro”, 13 responderam “Moderadamente Seguro” e nenhum participante respondeu “Nem Seguro/Nem Inseguro”, “Moderadamente Inseguro” nem “Muito Inseguro”. Interpretando os dados, a moda encontra-se no “Muito Seguro” (22 participantes dos 35 que não vivem numa ZUS). Transpondo estes resultados para uma escala de 1-5, sendo 1 “Muito Seguro” e 5 “Muito Inseguro”, temos um 1, não existindo qualquer sentimento de insegurança. Analisando estes dados podemos afirmar que, por norma, uma pessoa residente numa ZUS possui um sentimento de insegurança baixo, mais precisamente, moderadamente seguro ao sair à rua de dia, já uma pessoa que reside fora de uma ZUS não possui, por norma, sente-se muito seguro, sem insegurança.

Continuando, em relação à questão “Como se sente ao sair à rua de noite? Muito Seguro, Moderadamente Seguro, Nem Seguro/Nem Inseguro, Moderadamente Inseguro ou Muito Inseguro”, tivemos uma amostra de 91 pessoas (100%) também, sendo que 10 participantes (42%) responderam “Muito Seguro”, 38 participantes (41%) responderam “Moderadamente Seguro”, 19 participantes (14%) responderam “Nem Seguro/Nem Inseguro”, 15 participantes (2%) responderam “Moderadamente Inseguro” e 9 participantes (1%) responderam “Muito Inseguro”, como apresentado na tabela abaixo.

Tabela 14 - Sentimento de (in)segurança ao sair à rua de noite

	Frequência	Percentagem %	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Muito Seguro	10	11	11	11
Moderadamente Seguro	38	42	42	53

Nem Seguro/Nem Inseguro	19	21	21	74
Moderadamente Inseguro	15	16	16	90
Muito Inseguro	9	10	10	100
Total	91	100	100	

Analisando os dados, dos 36 participantes que vivem numa ZUS, 35 responderam a esta questão, onde 4 optaram por responder “Muito Seguro”, 8 responderam “Moderadamente Seguro”, 7 responderam “Nem Seguro/Nem Inseguro”, 7 responderam “Moderadamente Inseguro” e 9 responderam “Muito Inseguro”. Portanto, a moda são os 9 participantes que responderam “Muito Inseguro”, transpondo estes resultados para uma escala de 1-5 (pois os participantes tinham 5 opções) sendo 1 “Muito Seguro” e 5 “Muito Inseguro”, temos um 5.

Comparando com os participantes que não vivem numa ZUS, dos 35 participantes, 4 responderam “Muito Seguro”, 24 responderam “Moderadamente Seguro” 5 participantes responderam “Nem Seguro/Nem Inseguro” e 2 participantes responderam “Moderadamente Inseguro”. Interpretando os dados, a moda encontra-se no “Moderadamente seguro” (24 participantes dos 35 que não vivem numa ZUS). Transformando estes resultados numa escala de 1-5, sendo 1 “Muito Seguro” e 5 “Muito Inseguro”, temos um 2.

Assim, uma pessoa residente numa ZUS possui um sentimento de insegurança elevado, mais precisamente, muito inseguro ao sair à rua de noite, em contrapartida, uma pessoa que reside fora de uma ZUS possui, por norma, um sentimento moderadamente seguro ao sair à rua de noite.

Deste modo, podemos afirmar que enquanto, por norma, uma pessoa residente numa ZUS ao sair à rua de dia possui um sentimento de insegurança baixo, ou seja, sente-se segura, quando chega a noite isto muda completamente pois passa a sentir-se, por norma, muito insegura o que nos transmite a ideia de que as ZUS à noite são um lugar, devido ao crime, tráfico, roubos, furtos, edifícios degradados, falta de segurança, fraca iluminação pública, arriamentos degradados e espaços públicos degradados, onde o sentimento de um residente em ser vítima de um destes crimes é elevado. Já fora das ZUS, o sentimento de segurança de dia é muito elevado e à noite baixa ligeiramente devido, entre muitas razões, por exemplo, à ideia dos residentes de que ficam mais expostos a serem vítimas de crime durante a noite.

Avançando para a próxima questão “No lugar onde vive, assiste frequentemente a algum tipo de ilegalidade? (tráfico, roubos...)”, tivemos uma amostra de 92 participantes (100%), sendo que 43 participantes (47%) responderam “Sim” e 49 participantes (53%) responderam “Não”, como indica a figura abaixo. A moda são os 49 participantes que responderam “Não”.

Convertendo os dados apresentados, dos 36 participantes que vivem numa ZUS, 29 responderam “Sim” e 7 participantes responderam “Não”. Portanto, a moda são os 29 participantes que responderam “Sim”. Relativamente aos restantes participantes, que não vivem numa ZUS, dos 35 participantes, 9 responderam “Sim” e 26 responderam “Não”, a moda aqui sé “Não” (26 participantes).

Traduzindo esta análise podemos afirmar que, por norma, uma pessoa residente numa ZUS assiste a algum tipo de ilegalidade (tráfico, roubos...), já uma pessoa que reside fora de uma ZUS, por norma, não assiste a qualquer tipo de ilegalidade.

A respeito da questão “Numa escala de 1 a 10, como classifica o nível de preocupação da polícia com a zona em que vive?”, tivemos uma amostra de 91 participantes , sendo que 6 participantes responderam “1”, 9 participantes responderam “2”, 7 participantes responderam “3”, 10 participantes responderam “4”, 16 participantes responderam “5”, 9 participantes responderam “6”, 15 participantes responderam “7”, 10 participantes responderam “8”, 1 participante respondeu “9” e 8 participantes responderam “10”. A média é 5,42 e a moda aqui é “5”.

Analisando os dados apresentados, dos 36 participantes que vivem numa ZUS, 35 responderam a esta questão, sendo que 3 participantes responderam “1”, outros 3 participantes responderam “2”, 2 participantes responderam “3”, 5 participantes responderam “4”, 7 participantes responderam “5”, 4 participantes responderam “6”, 9 participantes responderam “7”, 2 participantes responderam “8”, nenhum participante respondeu “9” e 1 participante respondeu “10”. A moda aqui é “7”, todavia, a média aqui é 5,08 que se traduz numa preocupação razoável da polícia nas ZUS sendo que Marvila, Bairro da Cruz Vermelha e Chelas apresentam “1” como resposta.

Comparando com os participantes que não vivem numa ZUS, dos 35 participantes, 34 responderam a esta questão, sendo que 2 participantes responderam “1”, outros 2 participantes responderam “2”, 3 participantes responderam “3”, 5 participantes responderam “4”, outros 5 participantes responderam “5”, 3 participantes responderam

“6”, 5 participantes responderam “7”, outros 5 participantes responderam “8”, 1 participante respondeu “9” e 3 participantes responderam “10”. A média aqui encontra-se em 5,64, média esta semelhante aos residentes de ZUS.

Analisando toda esta informação podemos afirmar que, por norma, uma pessoa residente numa ZUS considera razoável, 5 numa escala de 1-10, o nível de preocupação da polícia com a zona em que vive, relativamente a uma pessoa que reside fora de uma ZUS considera também razoável, 5 numa escala de 1-10, o nível de preocupação da polícia com a zona em que vive. Portanto, concluímos que seja dentro ou fora de uma ZUS a preocupação da polícia, segundo a visão dos residentes, com a zona em que vive é suficiente, todavia, por ser 5 de 1-10, esta presença pode vir a ser alvo de adversidades e contratemplos.

Seguidamente, no que toca à questão “Coopera com a polícia para prevenir a violência e da criminalidade na zona em que vive?”, obtivemos 92 respostas (100%), sendo que 56 participantes (61%) responderam “Sim” e os restantes 36 participantes (39%) responderam “Não”.

Relativamente aos dados aqui expostos, dos 36 participantes que vivem numa ZUS, 20 responderam “Sim” e 16 participantes responderam “Não”. Portanto, a moda é “Sim” (20 participantes), todavia, importa atentar aos quase 20, os 16 participantes, que responderam “Não”. Em relação aos restantes participantes, que não vivem numa ZUS, dos 35 participantes, 23 responderam “Sim” e 12 responderam “Não”, a moda aqui são os claros 22 que responderam “Sim”.

Traduzindo esta análise podemos afirmar que, por norma, uma pessoa residente numa ZUS coopera com a polícia e uma pessoa que reside fora de uma ZUS, por norma, também coopera com a polícia para prevenir a violência e a criminalidade organizada na zona em que vive. Todavia, importa referir, relativamente às ZUS, visto que o número de residentes que não coopera com a polícia para prevenir a violência e a criminalidade organizada na zona em que vive também é elevado e quase alcança os “20” que cooperam, esta ideia comprova ainda mais a característica das ZUS do sentimento de inimizabilidade, autonomia e fuga ao controlo das autoridades, sendo necessária a aposta no policiamento comunitário para uma maior cooperação entre os cidadãos e as forças de segurança, com vista a todos vivermos um melhor ambiente social a todos os níveis.

Entramos assim na seguinte questão “O policiamento comunitário/de proximidade visa o trabalho em parceria das forças policiais com os cidadãos no sentido de resolver alguns problemas relacionados com o crime, o medo do crime, a qualidade de vida e as condições dos bairros. Como classifica numa escala de 1-10 a importância do policiamento comunitário/de proximidade para o controlo e resolução dos problemas descritos acima?”, tivemos uma amostra de 92 participantes, sendo que 2 participantes responderam “1”, 1 participante respondeu “2”, 2 participantes responderam “3”, 2 participantes responderam “4”, 12 participantes responderam “5”, 8 participantes responderam “6”, 9 participantes responderam “7”, 19 participantes responderam “8”, 10 participantes responderam “9” e 27 participantes responderam “10”. A média é 7,62 e a moda aqui é “10”.

Importa então aqui frisar que, quer nas ZUS quer fora das ZUS conseguimos alcançar, numa escala de 1-10 o “10”, um consenso entre os questionados relativamente à importância do policiamento comunitário/de proximidade para controlo e resolução de problemas.

Relativamente aos 36 participantes residentes nas ZUS, a média de resposta é 7,27, já em relação aos 35 participantes que residem fora de uma ZUS a média é 7,97.

Concluindo, sendo que a média é elevada importa frisar a importância do policiamento comunitário/de proximidade para o controlo e resolução de problemas como algo que pode comprovar, para as forças de segurança, o quão importante são estas atividades, no intuito do combate ao crime e na melhora da qualidade de vida e das condições das zonas onde vivem.

Seguidamente, a próxima questão é “Por vezes, o sentimento de insegurança num bairro problemático é elevado e pode existir a perceção de que nem sempre a polícia possui os meios considerados suficientes por parte dos cidadãos para fazer face a essa elevada insegurança. Tendo isto em conta, considera que possuir uma arma de fogo, de forma ilegal, seja uma solução para o problema?”.

Referente a esta questão, tivemos 92 participações (100%), sendo que 13 participantes (14%) responderam “Sim” e 79 participantes (86%) responderam “Não”.

Analisando os dados aqui expostos, dos 36 participantes que vivem numa ZUS, 7 responderam “Sim” e 29 participantes responderam “Não”. Portanto, a moda são os 29

participantes que responderam “Não”. Relativamente aos restantes participantes, que não vivem numa ZUS, dos 35 participantes, 4 responderam “Sim” e 31 responderam “Não”, a moda aqui são os claros 31 que responderam “Não”.

Desta forma, podemos afirmar que, por norma, uma pessoa residente numa ZUS não considera a posse de uma arma de fogo, de forma ilegal, como a solução para os problemas sociais, assim como uma pessoa que reside fora de uma ZUS, por norma, também considera o mesmo. Todavia importa referir que, apesar de este ser um questionário anónimo não quer dizer que haja participantes que, com medo de represálias, possam responder “Não” a esta questão em vez de sim ou, por outro lado, responderem “Não” e possuírem uma arma de fogo de forma ilegal, isto resulta tanto para residentes das ZUS como fora delas. Neste sentido, importa atentar aqui aos 14% que responderam “Sim” e implicar meios para o combate tanto à aquisição ilegal de armas de fogo como ao pensamento destas pessoas, expondo a ideia de que as forças de segurança existem para manter a paz e a ordem e possuir os meios suficientes para o combate à insegurança.

A seguir, foquemos a nossa análise na questão “Os cidadãos que vivem em bairros problemáticos e que não seguem com a escola podem ver no crime organizado (tráficos de droga, armas, seres humanos, branqueamento de capitais, entre outros tipos de crime) uma alternativa para alcançarem o nível de qualidade de vida desejado. Apesar dos riscos, considera que vale a pena este tipo de vida?”, tivemos uma amostra de 92 participantes (80%), sendo que 18 participantes (20%) responderam “Sim” e 74 participantes (80%) responderam “Não”. A moda é “Não”.

Relativamente aos dados aqui expostos, dos 36 participantes que vivem numa ZUS, 14 responderam “Sim” e 22 participantes responderam “Não”. Portanto, a moda é “Não” (22 participantes). Relativamente aos restantes participantes, que não vivem numa ZUS, dos 35 participantes, 3 responderam “Sim” e 32 responderam “Não”, a moda aqui são os claros 32 que responderam “Não”.

Traduzindo esta análise podemos afirmar que, por norma, uma pessoa residente numa ZUS não considera que seguir uma vida de delinquência valha a pena no sentido de se alcançar a qualidade de vida desejável, o mesmo acontece com uma pessoa que reside fora de uma ZUS. Contudo, interpretando estes dados, importa referir que 20% dos inquiridos consideram a vida do crime uma mais valia no intuito de alcançarem o nível de qualidade de vida desejado, resultado este que ainda é muito, 1/5 da população

(residentes em ZUS ou fora), isto é algo a ter em conta pelas forças e serviços de segurança.

Por fim, passemos à análise da última questão “Como classifica, numa escala de 1-10, o nível de crime na zona em que vive?”. Alcançámos 91 participantes, sendo que 23 participantes responderam “1”, 6 participantes responderam “2”, 4 participantes responderam “3”, 8 participantes responderam “4”, 17 participantes responderam “5”, 12 participantes responderam “6”, 10 participantes responderam “7”, 4 participantes responderam “8”, 4 participantes responderam “9” e 3 participantes responderam “10”. A média é 4,44 e a moda é “1”.

Analisando os dados apresentados, dos 36 participantes que vivem numa ZUS, nenhum participante respondeu “1”, 1 participante respondeu “2”, nenhum participante respondeu “3”, 4 participantes responderam “4”, 9 participantes responderam “5”, 6 participantes responderam “6”, 9 participantes responderam “7”, 3 participantes responderam “8”, 2 participantes responderam “9” e outros 2 participantes responderam “10”. A média aqui é 6,22.

Comparando com os participantes que não vivem numa ZUS, dos 35 participantes, 34 responderam a esta questão, sendo que 14 participantes responderam “1”, 4 participantes responderam “2”, 3 participantes responderam “3”, 1 participante respondeu “4”, 6 participantes responderam “5”, 5 participantes responderam “6”, nenhum participante respondeu “7”, “8” ou “10” e um participante respondeu “9”. A moda é “1” e a média é 3,05, numa escala de 1-10 relativamente ao nível de crime na zona em que vive (fora das ZUS).

Desta forma, após esta análise, podemos afirmar que, por norma, uma pessoa residente numa ZUS classifica como médio (6,22) o nível de crime na zona em que vive, dando especial atenção a ZUS como Bairro da Cruz Vermelha, Alta de Lisboa, Lumiar (antiga Musgueira) e Galinheiras que são as ZUS onde existe, segundo os participantes, maior nível de crime. Em contrapartida, no que toca a pessoas que residem fora das ZUS, podemos afirmar que considera, por norma, baixo o nível de crime da zona em que vive.

Em suma, damos por concluída a análise às respostas dos participantes deste questionário sobre “O sentimento de (In)segurança à população residente nas ZUS” que pressupõem a análise não só a residentes nas ZUS, mas também fora delas, visto que uma elevada percentagem dos inquiridos não vive nas ZUS utilizámos esse facto para

fazer um estudo comparado entre residentes nas ZUS e fora das mesmas, que servirá de suporte/reforço e comprovação da informação que recolhemos nas entrevistas. Segue-se, a análise destas últimas.

5.4.2. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

- **Análise do conteúdo à questão n.º 1**

Na tabela n.º 15 apresenta-se a análise de conteúdo à questão n.º 1: “Como considera, em poucas palavras, o ambiente vivido no Bairro da Cruz Vermelha (BCV)?”:

Tabela 15 - Análise de conteúdo à questão n.º 1

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	- (...) calmo, no entanto altamente inconstante e volátil, na medida em que qualquer ação é tendente à verificação de desordens e atitudes violentas.
Entrevistado 2	- (...) tranquilo, tendo, algumas vezes, situações de desordens ou conflitos rapidamente resolvidos com a intervenção da PSP - (...). A par destas situações pontuais, está o tráfico de estupefacientes, disseminado em vários pontos do bairro (...) resultando em sentimento de insegurança.
Entrevistado 3	- (...) a Cruz Vermelha possui uma grande quantidade de pessoas da ex Musgueira Norte e uma menor quantidade de pessoas da original Cruz Vermelha onde o núcleo habitacional vai ser em breve prazo demolido e as famílias vão ser realojadas. - Relativamente à segurança no bairro, sentimo-nos seguros no bairro, já temos um sentido de pertença, e muitas das pessoas conhecem-nos, eu aliás sinto-me eventualmente mais seguro no bairro do que fora do bairro. - (...) alguns jovens podem ter alguns comportamentos desviantes, pequenos roubos, pequenos furtos, etc, muitas vezes vão fazê-lo fora do bairro talvez ali mais para o lado do Lumiar do que propriamente aqui no bairro. - (...) existe tráfico também são muito vigiadas, são muito observadas, quere-se chegar ao cliente e este controlo feito pelas entidades responsáveis acaba por tornar o bairro mais seguro (...) embora as pessoas quando vão a primeira vez ao bairro ou não estão tão familiarizadas, devido à fama sentem-se inseguras.
Entrevistado 4	- (...) há um aglomerado muito grande de pessoas realojadas em que o facto de ter sido sempre a história do tráfico de droga existir neste bairro faz com que seja um bairro ainda problemático. - (...) bairro muito mais tranquilo fruto das diversas operações policiais musculadas que fizeram que como de repente o tráfico se reduzisse e a normalidade ao bairro vai chegando.
Entrevistado 5	- É um ambiente diverso. - (...) muita gente na rua (...) sem fazer nada (...) com uma linguagem nem sempre adequada, com comportamentos cívicos de deitar lixo para o chão, sujidade. - Os edifícios (...) estão muito degradados. - (...) roubos na rua, nunca assisti (...) tiramos a ideia de que muitos desses crimes mais violentos são cometidos fora do bairro, mais para a zona do Lumiar, portanto, não possuo sentimento de insegurança quanto ao BCV. - (...) jovens (...) têm comportamentos menos próprios.

Entrevistado 6	<ul style="list-style-type: none"> - É um ambiente tranquilo, mas em certos momentos passa de tranquilo para caótico devido ao tráfico de droga. - Os mais jovens querem andar a brincar à vontade nas ruas e não podem porque sabem que ali há tráfico. - (...) os polícias (...) acabam por “atrapalhar” o “movimento” e (...) é necessária a fuga e por vezes há problemas com a população mais velha que acabam por não levar a bem a maneira que se entre nos prédios durante essas fugas.
----------------	--

As respostas a esta questão são bastante semelhantes. Encontramos um fio condutor relativamente ao ambiente vivido no bairro da Cruz Vermelha, calmo, tranquilo, mas que pode, de um momento para o outro, passar a um ambiente de desordem, que leva a operações policiais repentinas. Verifica-se a existência de um aglomerado grande de pessoas como indicam os **E3**, **E4** e **E5**, segundo o **E5** “com uma linguagem nem sempre adequada, com comportamentos cívicos de deitar lixo para o chão, sujidade”, onde os jovens possuem “alguns comportamentos desviantes, roubos, pequenos furtos” como indicam os **E3** e **E5**, todavia, ainda em consenso, estes dois entrevistados afirmam que muitos dos roubos são praticados “fora do bairro”.

É considerado um ambiente seguro como afirmam os **E3** e **E4** para as pessoas que lá vivem, todavia, “as pessoas que vão a primeira vez ao bairro ou não estão familiarizadas, devido à fama sentem-se inseguras” como indica o **E3**.

Outro aspeto consensual entre os **E2**, **E3**, **E4** e **E6** é o tráfico de droga, algo já antigo que é referência quase automática quando se fala no bairro da Cruz Vermelha.

• **Análise do conteúdo à questão n.º 2**

Na tabela n.º 16 apresenta-se a análise de conteúdo à questão n.º 2: “Quais os problemas sociais do Bairro da cruz Vermelha (BCV)?”:

Tabela 16 - Análise de conteúdo à questão n.º 2

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	<ul style="list-style-type: none"> - (...) grande parte da população está desempregada e a auferir rendimentos sociais. - (...) aliteracia e a aversão patente da população no ensino. - (...) o facto da política de realojamento social que existiu (e persiste) não ser a mais adequada.
Entrevistado 2	<ul style="list-style-type: none"> - (...) propensão para enveredar pela vida do crime como forma de subsistência, em detrimento dos estudos e/ou trabalho legal (...) elevada hostilidade de muitos moradores para com a presença da polícia, porquanto é uma ameaça ao funcionamento dos seus esquemas criminosos.

Entrevistados	Resposta
	- O absentismo escolar é elevado e desde muito cedo os jovens do Bairro tendem a desenvolver atividades ilícitas. - (...) elevada disfuncionalidade familiar, resultando em menores de tenra idade entregues a si próprios, sem controlo nem rumo.
Entrevistado 3	- Baixa escolaridade dos adultos, maioritariamente, que provoca empregos mais instáveis, precariedade no trabalho, trabalhos temporários, pouco especializados o que leva a muito desemprego. - No passado havia muito abandono escolar (...) hoje em dia isso reduziu-se consideravelmente (...) esses jovens que hoje têm 25/30 anos que não concluíram a escolaridade mínima, o 9º ano, vão ter dificuldades de inserção no mercado de trabalho ou vão ter trabalhos muito mal remunerados e precários e isso vai potenciar desemprego, falta de autonomia financeira, dificuldade de autonomização face aos pais e de adquirir casa e, conseqüentemente, a eventual procura de fontes alternativas como o tráfico.
Entrevistado 4	- O realojamento clássico (...) associado a não fazerem quase nada, a maior parte destas pessoas são quase como subsídio-dependentes e a partir daí entram naquilo que é o submundo (...) não só o tráfico ou crime, mas o pequeno negócio e faz com que de repente não haja novos horizontes para quererem sair.
Entrevistado 5	- (...) toxicodependência (...) quem frequenta aquela zona apercebe-se de muita gente toxicodependente ali perto do novo Continente por detrás da Escola Dom José I embora essa parte também esteja a ficar diferente pois existem ali outros tipos de habitações, temos a nova esquadra que abriu.
Entrevistado 6	- (...) o alcoolismo. - (...) o consumo de haxixe (...) as crianças crescem a verem isso e acabam por seguir essa via do “dinheiro fácil” e também acaba por isso ser uma das únicas maneiras que têm de se “fazer à vida”.

No que concerne a esta questão, as respostas são similares em alguns aspetos. Relativamente aos problemas sociais, existe uma grande parte da população desempregada como afirma os **E1** e **E3**, a auferir rendimentos sociais e “quase subsídio-dependentes” de acordo com o **E4** o que pode levar à entrada na vida do submundo, empregos mais instáveis, precariedade no trabalho, trabalhos temporários, pouco especializados. Jovens com aversão ao ensino como referenciam os **E1**, **E2**, **E3** e **E6**, e com tendência para seguir uma vida de delinquência e baixa escolaridade dos adultos.

Evidenciado pelos **E1** e **E4** temos a política de realojamento social “não ser a mais adequada”.

Seguidamente, exposto pelos **E5** e **E6** a “toxicodependência” e “alcoolismo”, o “consumo de haxixe” e ainda, comprovado pelo **E2** “elevada hostilidade de muitos moradores para com a presença da polícia” dado que são considerados “uma ameaça ao funcionamento dos seus esquemas criminosos”.

- **Análise do conteúdo à questão n.º 3**

Na tabela n.º 17 apresenta-se a análise de conteúdo à questão n.º 3: “Quais os problemas criminais do Bairro da Cruz Vermelha (BCV)?”:

Tabela 17 - Análise de conteúdo à questão n.º 3

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	<ul style="list-style-type: none"> - O principal foco de criminalidade do BCV está relacionado com o estupefaciente (...) tráfico e consumo (...) faz parte do quotidiano diário do BCV e das intervenções policiais que ocorrem no território. - (...) ocorrência de crimes conexos (...) crimes contra as pessoas e contra a propriedade, por forma a conseguir numerário e produtos para aquisição de estupefacientes (...) existências de roubos, agressões e furtos.
Entrevistado 2	<ul style="list-style-type: none"> - O maior flagelo criminal no BCV é, indubitavelmente, o tráfico de estupefacientes. - Estruturas criminosas bastante complexas e organizadas (...) usando o bairro como "mercado", existindo vários pontos de venda à porta e mesmo no interior de alguns prédios. - (...) vários indivíduos residentes no Bairro que estão referenciados a diversos tipos de ilícitos, como furtos, roubos, burlas, recetação, violência doméstica e crimes contra a autoridade pública.
Entrevistado 3	<ul style="list-style-type: none"> - Aquilo que é por todos falado é a questão do tráfico (de drogas). - Na comunidade em si, há questões de violência doméstica, pequenos conflitos entre vizinhos etc. - (...) lavagem de dinheiro.
Entrevistado 4	<ul style="list-style-type: none"> - O mundo do crime aqui dentro nitidamente passa pelo tráfico de droga pesada (...) principalmente a heroína e a cocaína (...), depois (...) problemas associados a outros consumos, álcool, adições também ligadas à violência doméstica.
Entrevistado 5	<ul style="list-style-type: none"> - A questão ali quase que caracterizadora do bairro é realmente o tráfico de droga (...) algo dominante no BCV até aos dias de hoje (...) notou-se muito depois do realojamento da população do Casal Ventoso.
Entrevistado 6	<ul style="list-style-type: none"> - O mais conhecido é o tráfico de droga. - Existe também branqueamento de capitais, pois existem pessoas que acabam por ter o seu negócio legítimo para poderem justificar o dinheiro que têm. - (...) desavenças com a polícia (...) por vezes a abordagem não é a mais adequada à situação e surge a revolta por parte dos criminosos.

No que diz respeito à terceira questão observamos um claro consenso entre todos os entrevistados. De entre os problemas criminais que o bairro da Cruz Vermelha possui, o tráfico e consumo de estupefacientes é a componente caracterizadora do bairro, como afirmam todos os entrevistados, onde “estruturas criminosas bastante complexas e organizadas” usam “o bairro como “mercado”, existindo vários pontos de venda à porta e mesmo no interior de alguns prédios” como afirma o **E2**. Depois, temos outros problemas como indica o **E1** “ocorrência de crimes conexos (...) contra as pessoas e contra a propriedade, por forma a conseguir numerário e produtos para aquisição de estupefacientes (...) existências de roubos, agressões e furtos”, afirmações estas também suportadas pelos **E2**, **E3** e **E4**. A violência doméstica, patenteada pelos **E2** e **E4**, recetação e crimes contra a autoridade pública.

Lavagem de dinheiro e branqueamento de capitais como expõem os **E3** e **E6** e, como afirma o **E6**, “desavenças com a polícia” pois “por vezes a abordagem não é a mais adequada à situação e surge a revolta por parte dos criminosos”.

- **Análise do conteúdo à questão n.º 4**

Na tabela n.º 18 apresenta-se a análise de conteúdo à questão n.º 4: “Como caracteriza a maioria das pessoas responsáveis pelos distúrbios no Bairro da Cruz Vermelha (BCV)?”:

Tabela 18 - Análise de conteúdo à questão n.º 4

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	- (...) aquelas que se dedicam ao tráfico de estupefacientes, nas suas várias vertentes – vendedor, responsável pelo dinheiro e “vigia” e os familiares e amigos desses. - (...) a maioria da população do BCV, que passa a maior parte do tempo no território, devido a não possuírem qualquer atividade profissional.
Entrevistado 2	- Não respondeu.
Entrevistado 3	- (...) baixa escolaridade, não inserção no mercado de trabalho, falta de competências sociais, profissionais, emocionais, desocupação no geral.
Entrevistado 4	- Hoje em dia, há um ciclo novo, existe aqui uma comunidade que está a trazer grandes problemas para a questão das drogas que é a comunidade cigana (...) criam efetivamente, problemas ainda piores, quer do ponto de vista do realojamento e depois do problema da criminalidade.
Entrevistado 5	- (...) sobretudo jovens que vejo, alguns deles ligados à toxicodependência. - (...) alguns pais, acabam por ter alguma responsabilidade nisto pois existe falta de apoio familiar no incentivo a uma educação escolar melhor.
Entrevistado 6	- (...) pessoas no desemprego e com falta de oportunidades, com muitos jovens à mistura.

Relativamente à questão n.º 4, apesar do **E2** não ter respondido penso que os restantes entrevistados traduziram bem a realidade no que toca à caracterização das pessoas responsáveis pelos distúrbios no bairro da Cruz Vermelha.

As pessoas que se dedicam ao tráfico, os familiares e amigos desses como afirma o **E1**, a população que não possui qualquer atividade profissional, pessoas no desemprego, com baixa escolaridade, desocupadas no geral, como expõem os **E1**, **E3** e **E6**. Através das respostas dos **E1**, **E5** e **E6** também com jovens à mistura, alguns deles ligados à toxicodependência como afirma o **E5**. Apenas referido pelo **E4**, a comunidade cigana.

- **Análise do conteúdo à questão n.º 5**

Na tabela n.º 19 apresenta-se a análise de conteúdo à questão n.º 5: “Como é feita a cooperação com outras instituições?”:

Tabela 19 - Análise de conteúdo à questão n.º 5

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	- (...) cooperação interinstitucional reveste uma enorme importância. - (...) existência de grupos sociais e comunitários permite cruzar informações e partilhar preocupações do território (...) para concretizar essa partilha de informações decorrem diversas reuniões, permitindo dessa forma uma relação informal e resolução de problemas pontuais, sociais e criminais sem a carga burocrática.
Entrevistado 2	- Não respondeu.
Entrevistado 3	- Não respondeu.
Entrevistado 4	- (...) grande parte das vezes funciona nitidamente com interesses/estratégias de cada um destes organismos. - (...) a cooperação, hoje em dia, faz-se melhor. - As polícias acabam por coabitar com a PSP, pois, por exemplo, o comandante da Polícia Municipal vem da escola da polícia, é PSP, e acabam por falar de “igual para igual”, acaba por ser algo muito natural, apenas quando se dão as mudanças de comandantes de esquadra é que naqueles primeiros tempos é diferente.
Entrevistado 5	- Nós cooperamos com a “Escola Segura”, essa que conhecem bem este tipo de bairros (...) faz um acompanhamento de proximidade efetivo e há aqui alunos de agregados familiares que acompanham desde muitos novos. - (...) outra instituição que cooperamos muito é a “Raízes”.
Entrevistado 6	- Não respondeu.

Respeitosamente à questão n.º 5, apesar da maioria dos entrevistados não ter respondido, penso que alcançámos aqui algumas informações úteis que espelham a cooperação realizada entre as diversas instituições.

Começando pelo **E1** que afirma que a “cooperação interinstitucional reveste uma enorme importância” e que existe o cruzamento de informações e partilha de preocupações do bairro através de reuniões. O **E4** vem reforçar esta teoria afirmando que “a cooperação, hoje em dia, faz-se melhor”, sendo diferente “apenas quando se dão mudanças de comandantes de esquadra”. O **E5** enfatiza a cooperação feita com a “Escola Segura” que “faz um acompanhamento de proximidade efetivo”, ainda, “alguns alunos de agregados familiares que acompanham desde muito novos” e também com outras instituições como a “Raízes”.

• **Análise do conteúdo à questão n.º 6**

Na tabela n.º 20 apresenta-se a análise de conteúdo à questão n.º 6: “Portugal utiliza um modelo desajustado de realojamento social? E relativamente ao bairro da Cruz Vermelha?”:

Tabela 20 - Análise de conteúdo à questão n.º 6

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	<p>- (...) o modelo de realojamento social utilizado em grande parte do território é completamente desajustado.</p> <p>- O modelo implementado é propício à criação de “guetos”, na medida em que juntam população com características próprias e semelhantes num mesmo local</p> <p>- Vejamos o exemplo do BCV. Criado (principalmente) com a junção da Musgueira Norte com a Musgueira Sul, locais onde já existiam problemas sociais e problemas criminais graves</p> <p>- A política e opção de juntar a população num só local (...) uma correta integração da população na sociedade (...) intensifica o sentimento bairrista e a união da população contra qualquer elemento externo à mesma.</p>
Entrevistado 2	- Não respondeu.
Entrevistado 3	<p>- A nível do país em geral é-me difícil pronunciar. Sobre o projeto “Alta de Lisboa” tem de obrigatoriamente correr bem” (...) Porque do ponto de vista sociológico qual é a alternativa que nos resta?</p> <p>- A Alta de Lisboa teve esse propósito, só que houve um lapso, já admitido por muita gente que foi, no caso da Cruz Vermelha e da zona geográfica da Cruz Vermelha foi feito ali um gueto.</p> <p>- (...) não acho que o modelo de realojamento social seja desajustado, o modelo é positivo, não é perfeito, demora é muito tempo, agora houve ali no caso da Cruz Vermelha um equívoco ou um erro tremendo urbanístico.</p> <p>- Este realojamento do bairro da Cruz Vermelha deste núcleo habitacional, acho que vai reduzir um pouco de pressão, vai diluir um bocado mais.</p>
Entrevistado 4	<p>- O realojamento está mal feito, de uma forma geral, aqui tentámos criar um modelo que foi não tentar juntar e centralizar tudo e espalhar os realojamentos no intuito de não criar os famosos guetos.</p> <p>- (...) o caso da comunidade cigana que eu penso que essa teria de ser objeto de um tratamento completamente diferenciado e não integrado pois eles não têm integração possível porque é uma questão cultural e não abdicam dela.</p> <p>- (...) o realojamento é feito com base em números, saber se têm fogos e se existir são colocados lá, sem mais nem menos (...) o bairro da Cruz Vermelha foi chamado o “Kosovo” devido às guerras da ex-Jugoslávia e o que acontecia ali era parecido.</p>
Entrevistado 5	<p>- Do que conheço relativamente à Alta de Lisboa, em termos de realojamento, não foi bem-sucedido (...) tentou-se misturar a população residente com outra nova que adquiriu casa (...) mas não se conseguiu isso porque não se criaram nem equipamentos novos a nível escolar, de facto outras pessoas que ali vivem de outro nível social ou da classe média ou até classe média alta, não têm ali os filhos na escola e essa desejável mistura não se fez.</p> <p>- A política de realojamento falha quando não acompanha (...) Tinha de haver uma política de exigências (...) aquele realojamento e, no geral, todo o tipo de realojamentos desta categoria, deviam ter depois equipas (...) que fizessem acompanhamento.</p>
Entrevistado 6	- No geral penso que sim.

	<p>- Os problemas muitas vezes entre população do mesmo bairro, rivalidades são o espelho disso mesmo (...) foi tudo aqui metido um bocado “à balda”.</p> <p>- Tudo isto contribui para os problemas sociais e criminais porque o BCV sempre teve tráfico e sempre vai continuar a ter, cerca de 25% das pessoas que ali vivem aderem ao tráfico e isto vai aumentar pois cada vez existem menos oportunidades e mais necessidades.</p>
--	---

No que tange à questão n.º 6, não obstante o **E2** não ter respondido, a resposta dos restantes entrevistados é consensual. Portugal, mais precisamente o bairro da Cruz Vermelha, utiliza um modelo desajustado de realojamento social, apenas o **E3** afirma que não considera “o modelo de realojamento social seja desajustado” e sim que “houve (...) no caso da Cruz Vermelha um equívoco ou um erro tremendo urbanístico”.

Como assegura o **E1**, o modelo de realojamento social atualmente existente “é propício à criação de guetos” pois existe a junção de “população com características próprias e semelhantes num mesmo local” o que “intensifica o sentimento bairrista e a união da população contra qualquer elemento externo à mesma”. O **E3** reforça esta afirmação declarando que “no caso da Cruz Vermelha e da zona geográfica da Cruz Vermelha foi feito ali um gueto”, afirmação esta também fortificada pelo **E4** que admite que “o realojamento é feito com base em número” e, posteriormente “são colocados lá sem mais nem menos” e ainda, mais precisamente em relação ao bairro da Cruz Vermelha, é apelidado até de “Kosovo” “devido às guerras da ex-Jugoslávia e o que acontecia ali era parecido”. O **E5** declara que o realojamento social na Alta de Lisboa, no bairro da Cruz Vermelha, “não foi bem-sucedido”, afirmando que “pessoas que ali vivem de outro nível social ou da classe média ou até classe média alta, não têm ali os filhos na escola e essa desejável mistura não se fez”, tese esta reforçada pelas palavras do **E6** “foi tudo aqui metido um bocado “à balda”.

O **E4** afirma que existe um problema específico com a comunidade cigana pois esta “teria de ser objeto de um tratamento completamente diferenciado e não integrado pois eles não têm integração possível porque é uma questão cultural e não abdicam dela”, uma realidade em diversos pontos territoriais de Portugal.

O **E6** fala ainda que “cerca de 25% das pessoas que ali vivem aderem ao tráfico e isto vai aumentar pois cada vez existem menos oportunidades e mais necessidades”, isto está diretamente relacionado como o que o **E3** traz à tona, uma questão deveras importante, expõe que “Este realojamento do bairro da Cruz Vermelha deste núcleo habitacional, acho que vai reduzir um pouco de pressão, vai diluir um bocado mais”, aqui o entrevistado refere-se ao realojamento das pessoas do bairro da Cruz Vermelha para

uma nova zona que deve estar quase a ser feita pois as novas casas já estão construídas, a norte da Rua Tito de Moraes, ainda que na Alta de Lisboa, algo importante aqui a frisar é que o tráfico de droga que é feito no atual bairro da Cruz vermelha vai colidir com o tráfico de droga existente nas ruas Tito de Moraes e Manuel Lopes, um problema que importa ter em atenção pois num futuro próximo pode vir a dar “dores de cabeça”, ainda pra mais, com a afirmação feita pelo **E6** de que “cerca de 25% das pessoas que ali vivem aderem ao tráfico e isso vai aumentar”, mais uma vez, será isto uma segunda falha de realojamento?.

- **Análise do conteúdo à questão n.º 7**

Na tabela n.º 21 apresenta-se a análise de conteúdo à questão n.º 7: “Desde a implementação das equipas do Programa Escola Segura (EPES), considera que estas são fundamentais para garantir a segurança e vigilância nas áreas escolares, prevenção da delinquência juvenil e deteção de problemas que possam interferir na vida dos cidadãos?”:

Tabela 21 - Análise de conteúdo à questão n.º 7

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	- Mais importante (...) a EPES tem contruído imenso na consciencialização dos mais jovens e no estreitar dos laços de confiança com a PSP. - Em estabelecimentos escolares de ZUS, a EPES através da sua presença constante, acções de sensibilização e formações temáticas, tem permitido “educar” os jovens.
Entrevistado 2	- (...) considero um serviço policial indispensável para fomentar nos mais novos uma cultura de responsabilidade, ambição e respeito. - (...) permite conhecer muito bem os alunos e o seu agregado familiar, professores e diretores dos estabelecimentos de ensino, acompanhar situações de absentismo escolar, problemas comportamentais e, através dessa consistência, ganhar a confiança dos alunos e fazer parte da solução dos seus problemas.
Entrevistado 3	- (...) o trabalho destas equipas é muito profícuo e positivo. - (...) os agentes são muito próximos, estão muito disponíveis (...) é um recurso muito importante para as escolas quando existem situações tensas e complexas, sejam com alunos, encarregados de educação, entre outros, as equipas são muito solicitadas, são muito rápidos. - (...) são sensíveis e têm uma perspetiva pedagógica, procuram prevenir, sensibilizar, procuram dar a imagem de um polícia que não é só sancionatório e repressivo, mas também como um rosto conhecido.
Entrevistado 4	- A Escola Segura, trouxe a polícia para o seio da escola e ali há um bom respeito, alguém fardado, que tem uma pistola à cintura, e eles sabem perfeitamente nos bairros quem é quem.
Entrevistado 5	- (...) foi uma das melhores criações que houve a nível dessa cooperação entre as escolas e as entidades policiais. - (...) equipas estáveis que conhecem e criam relação com os alunos, professores e as direções das escolas e, de facto, estão muito presentes.

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 6	- Podem ser fundamentais para quem quer mudar, para quem não quer mudar não ajuda.

No que toca à questão n.º 7 mais uma vez temos respostas consensuais quanto à necessidade destas equipas, ao profícuo e positivo trabalho que realizam como indica o **E4**, “uma das melhores criações a nível dessa cooperação entre as escolas e as entidades policiais” como indica o **E5**, “agentes muito próximos”, palavras do **E3**, até um “serviço policial indispensável” segundo o **E2**, que possuem “acções de sensibilização e formações temáticas, tem permitido “educar” os jovens” como afirma o **E1**.

Portanto, fica aqui frisado o excelente trabalho destas equipas que acompanham desde cedo os jovens nas escolas, um acompanhamento de proximidade no intuito de retirar o melhor dos mesmos e fazer com que sigam o caminho correto, isto é, não seguirem para uma vida de delinquência. Bem como equipas essenciais na manutenção da segurança das áreas escolares e arredores, “as equipas são muito solicitadas” e “são muito rápidos” como indica o **E3**.

No entanto, importa ter atenção ao mencionado pelo **E6**, que “podem ser fundamentais para quem quer mudar, para quem não quer mudar não ajuda”, isto comprova que não existem “milagres”, ou seja, por mais que estas equipas se esforcem no intuito de retirar o melhor dos jovens, só depende deles, eles sabem o que é correto e o que é incorreto, as equipas estão aqui para ajudar apenas, a decisão final compete aos jovens.

- **Análise do conteúdo à questão n.º 8**

Na tabela n.º 22 apresenta-se a análise de conteúdo à questão n.º 8: “Considera o papel de vigilância das EPAV (Equipas de Proximidade e Apoio à vítima), como preventoras da violência doméstica, apoio às vítimas de crime e acompanhamento pós-vitimação, como fundamental para manter a segurança e o bem-estar da população do BCV?”:

Tabela 22 - Análise de conteúdo à questão n.º 8

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	- (...) no que diz respeito a ações levadas a cabo pela EPAV, só se verificava sucesso nas ações de pós-vitimização, e conseqüente prevenção, de crimes de violência doméstica (...) fazia com que houvesse uma diminuição de ocorrência de episódios de violência em cada caso concreto. - Verificava-se que existia uma consciencialização das conseqüências do comportamento adotado.
Entrevistado 2	- O trabalho feito pelas EPAV no âmbito da violência doméstica é fulcral para devolver às vítimas algum conforto, proteção e apoio. - O acompanhamento pós-vitimização possibilita entender as necessidades das vítimas, registar o comportamento dos agressores e agir em ambos os sentidos (...) proteger a vítima (...) promover junto dos tribunais medidas relativamente ao próprio agressor (...) apreensões, medidas de coação ou medidas de afastamento.
Entrevistado 3	- (...) não estou familiarizado com estas equipas, não conheço a fundo o seu trabalho, não me consigo pronunciar sobre este assunto.
Entrevistado 4	- É fundamental em todas as valências (...) dentro dos centros de dia com os mais velhos, junto da comunidade e da população escolar aquela que é mais problemática (...) vai chegando devagar a todas as casas (...) atuando desde o auxílio a problemas sociais das pessoas que de repente não têm condições para pagar rendas e que são desalojados. - (...) é um trabalho árduo, diário, de consistência e persistência onde é fundamental que as equipas se encontrem vocacionadas para aquele tipo de trabalho para que o sucesso exista.
Entrevistado 5	- Não tenho grande conhecimento dessas equipas (...) nas escolas sentimos que essas equipas são insuficientes (...) os problemas a esse nível de violência são crescentes. - (...) antigamente chegaram a existir assistentes sociais que trabalhavam connosco, uma figura que era essencial nesses problemas crescentes e que não temos neste momento, nem psicóloga, nem assistente social.
Entrevistado 6	- O papel dessas equipas falha no BCV. - É raro vêr-se a presença das mesmas. - (...) no BCV as pessoas pedem mais rapidamente ajuda ao vizinho do que a pessoas de fora.

Em relação a questão n.º 8, metade dos entrevistados respondeu negativamente a esta questão, no sentido que ou “o papel dessas equipas falha no BCV” com afirma o **E6**, “não tenho grande conhecimento dessas equipas” como expõe o **E5** ou “não estou familiarizado com essas equipas” como declara o **E3**.

Sem dúvida que as Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima (EPAV) são de extrema importância, todavia, mesmo exposto pelos **E1** e **E2** “só se verificava sucesso nas ações de pós-vitimização, e conseqüente prevenção” e “O acompanhamento pós-vitimização possibilita entender as necessidades das vítimas (...)” as suas ações apenas ocorrem em “pós vitimização”, existe aqui uma lacuna quanto à prevenção. Apesar de serem equipas que consigam “proteger a vítima (...) promover junto dos tribunais medidas relativamente ao próprio agressor (...) apreensões, medidas de

coação ou medidas de afastamento” como indica o **E2** e com “um trabalho árduo, diário, de consistência e persistência” como afirma o **E4**, estas equipas não chegam a toda a gente, não chegam onde deviam chegar, a prevenção falha e “no BCV as pessoas pedem mais rapidamente ajuda ao vizinho do que a pessoas de fora”, portanto, com esta afirmação feita pelo **E6** entendemos que algo não está bem e tem de ser mudado, em termos de prevenção como já referido mas também na cooperação com outras entidades pois o **E5** afirma que “nas escolas sentimos que essas equipas são insuficientes” e “os problemas a esse nível de violência são crescentes”, desta forma, recomendamos maior envolvimento pois hoje em dia, não só jovens, mas focando-nos neles,, cada vez mais existe o bullying e o cyberbullying também é realidade e a prevenção e cooperação entre entidades são das melhores armas, workshops nas escolas, cartazes pelo bairro, propaganda nas redes sociais, tudo isto são formas de chegar ao público alvo, a quem realmente necessita de ajuda da parte das Equipas de Proximidade e Apoio a Vitima.

- **Análise do conteúdo à questão n.º 9**

Na tabela n.º 23 apresenta-se a análise de conteúdo à questão n.º 9: “O policiamento de proximidade/comunitário são uma estratégia sólida no combate à criminalidade organizada nas ZUS em geral, e no BCV em particular?”:

Tabela 23 - Análise de conteúdo à questão n.º 9

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	- Acredito que sim. - (...) apenas persistindo na presença e proximidade será possível conseguir criar laços de confiança e integração da PSP na comunidade. - No BCV, conseguindo esse objetivo, deixaremos de ser considerados como um corpo estranho na comunidade, conseguindo demonstrar que o combate à criminalidade é responsabilidade de todos e é para o objetivo comum de segurança da mesma (...) contribuindo assim para o combate aos focos criminais que tanta insegurança causa no BCV.
Entrevistado 2	- (...) o MIPP ²⁵ consegue obter informações privilegiadas quanto ao Modus Operandi de alguns esquemas criminosos existentes nas ZUS (...) Por si só (...) não consegue erradicar a criminalidade organizada atenta à sua complexidade operativa. - (...) revela-se uma ferramenta muito importante para a recolha de informações e transmissão de um sentimento de segurança e confiança fortes para com a população.
Entrevistado 3	- Queria aqui realçar o excepcional projeto da polícia municipal, o policiamento comunitário, muito interessante, muito consistente, muito presente, onde os agentes estão muito próximos das pessoas (...) o policiamento comunitário (...) fundamental esta proximidade com as comunidades, muito úteis na prevenção

²⁵ Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade.

Entrevistados	Resposta
	<p>e na gestão do dia a dia, e é importante nestas comunidades que as autoridades marquem presença.</p> <p>- O policiamento de proximidade, no que toca à infiltração de forças policiais no intuito de adquirir informação isso é uma visão muito repressiva do meu ponto de vista, mas se tivermos uma perspetiva de queremos fazer parte da comunidade, ser úteis, servir, promover a mesma, ser facilitadores na resolução de conflitos, isto é outra perspetiva.</p> <p>- (...) mais do que coercivo, estar presente.</p>
Entrevistado 4	<p>- No combate ao crime não é.</p> <p>- (...) policiamento diferente e é bom que ele seja lido como um policiamento diferente em que essa colagem nunca seja feita porque quando for feita eles são identificados como polícias e o trabalho deles passa a não existir e não poder existir dentro destes bairros.</p> <p>- Não é uma estratégia sólida na prevenção, apesar de poder ser utilizado para ser aproximar muito dos jovens e aí sem dúvida é preventivo porque lhes traz novos horizontes e outras perspetivas de vidas.</p>
Entrevistado 5	<p>- Penso que seja fundamental (...) presença acaba por ser dissuasora e também a ligação que vão estabelecendo com as pessoas.</p> <p>- (...) importante também a construção da nova esquadra.</p>
Entrevistado 6	<p>- (...) é importante a existência do policiamento de proximidade e comunitário para dar a conhecer que nem todos os polícias são iguais.</p> <p>- (...) no caso (...) do Comissário Luís Gonçalves eu tinha uma ligação com ele, uma ligação com respeito.</p>

No que concerne à questão n.º 9, 5/6 da amostra respondeu positivamente. O policiamento de proximidade/comunitário são ferramentas importantes tanto na prevenção como no combate da criminalidade organizadas nas ZUS em geral, e no BCV em particular. Afirma o **E1** que “persistindo na presença e proximidade será possível conseguir criar laços de confiança e integração da PSP na comunidade”, desta forma, “deixaremos de ser considerados como um corpo estranho na comunidade”, conseqüentemente, “conseguindo demonstrar que o combate à criminalidade é responsabilidade de todos e é para o objetivo comum de segurança da mesma”. Completando esta declaração, o **E2** afirma que “revela-se uma ferramenta muito importante para a recolha de informações”, pois a proximidade com a comunidade existe. Relativamente ao policiamento comunitário o **E3** expõe que é “muito consistente, muito presente, onde os agentes estão muito próximos das pessoas”, já em relação ao policiamento de proximidade este entrevistado considera ser “muito repressivo”, porém, “se tivermos uma perspetiva de queremos fazer parte da comunidade, ser úteis, servir, promover a mesma, ser facilitadores na resolução de conflitos, isto é outra perspetiva”. O **E5** concorda afirmando “Penso que seja fundamental” e traz à tona a importância da “construção da nova esquadra naquela zona”. O **E6**, por sua vez, traz-nos uma visão mais realista em termos de ação, declarando que é importante “para dar a conhecer que nem todos os polícias são iguais”, inerente a esta afirmação esta a realidade que

continua a existir de que nem todos os policias cumprem devidamente o seu trabalho, sabemos que em parte e verdade pois os abusos policiais existem, todavia, é de louvar a afirmação do **E6** que considera, apesar de tudo, importante o policiamento de proximidade/comunitário.

Um ponto importante aqui expor é a opinião, contraditória relativamente aos outros entrevistados, do **E4**, afirma que “No combate ao crime não é” e que “Não é uma estratégia sólida na prevenção”. Todavia, devido aos factos aqui apresentados, levam-nos a discordar com o suportado pelo **E4**.

- **Análise do conteúdo à questão n.º 10**

Na tabela n.º 24 apresenta-se a análise de conteúdo à questão n.º 10: “No que se baseia uma estratégia sólida no combate à criminalidade organizada nas ZUS?”:

Tabela 24 - Análise de conteúdo à questão n.º 10

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	- (...) existência de um policiamento orientado pelas informações, aliado a uma forte componente preventiva com ocupação de terreno e construção de laços de confiança por intermédio do MIPP (...) inviabiliza a existência de incivildades e ilícitos criminais, bem como combate à existência de “guetos” e o sentimento de bairro com hostilidade permanente para com as forças de segurança.
Entrevistado 2	- Não respondeu.
Entrevistado 3	- Não respondeu.
Entrevistado 4	- (...) estratégia global em que tem de haver uma cooperação muito grande entre os diversos organismos (...) e principalmente as diversas organizações policiais. - Portanto cooperação e mais operações musculadas pois essas muitas das vezes é que fazem a diferença. Isto é um tipo de guerra, de “braço de ferro” em que alguém vai ter de perder esta guerra, e só se ganha numa questão de insistência, se formos persistentes diariamente a fazer isto, as pessoas vão chegar a um ponto que dizem “já chega” e acabam por ir para outro sítio.
Entrevistado 5	- A estratégia de combate ao crime organizado nas ZUS tem de envolver as escolas pois muitas das coisas começam no seio escolar ou chegam (...) a escola tem aqui um papel fundamental na prevenção. - (...) aliança entre a polícia e as escolas e outras instituições. - (...) a educação é a base para o combate ao crime.
Entrevistado 6	- O respeito e a educação. - (...) é difícil o combate ao crime, o fim nunca vai existir, podem estar a acabar com o crime numa porta e está a começar crime noutra (...) a solução que vejo é a infiltração no meio, teria de me infiltrar para subtrair o máximo de informação, para depois ter operações como aconteceram à meia dúzia de anos em que muita gente do BCV foi presa.

Quanto à questão n.º 10, apesar da amostra ser representada por 4/6, reunimos informação necessária para entender o que uma estratégia necessita para um eficaz combate a criminalidade organizada nas ZUS.

Enquanto o **E6** afirma “respeito e educação”, complementado pelo **E5** “a educação é uma base para o combate ao crime”, também afirma “a solução que vejo é a infiltração”, remete-nos para o policiamento de proximidade já aqui falado, reforçado pelo **E1** “um policiamento orientado pelas informações” no combate as “incivilidades e ilícitos criminais, bem como combate a existência de “guetos” e o sentimento de bairro com hostilidade permanente para com as forças de segurança”, por “intermédio do MIPP”.

O **E4** traz à tona a cooperação, “principalmente as diversas organizações policiais”. Sem dúvida que o combate ao crime tem de ser baseado em cooperação, troca de informações, entre organismos, entre entidades policiais, no intuito de facilitar o mesmo, permitindo um eficaz combate, consolida ainda o **E4** “mais operações musculadas” pois “Isto é um tipo de guerra, de “braço de ferro” em que alguém vai ter de perder esta guerra” e conseqüentemente “chegar a um ponto que dizem “Já chega” e acabam por ir para outro sítio”. Aqui prende-se uma questão fulcral, será que por vezes estamos a resolver o problema ou a deslocar o mesmo? saberemos que quando a situação do tráfico no Casal Ventoso está fraco é porque no BCV fica forte, ou na Serafina, quando o Casal Ventoso começa a ficar forte é porque no BCV está fraco, ou seja, vamos sentindo, de alguma forma, os lugares pois sabemos onde eles são. Devemos então, não esquecendo a educação e dando especial atenção às escolas devido à sua natural importância “aliança entre a polícia e as escolas e outras instituições” como afirma o **E5**, basear a nossa estratégia também numa cooperação interinstitucional.

- **Análise do conteúdo à questão n.º 11**

Na tabela n.º 25 apresenta-se a análise de conteúdo à questão n.º 11: “Qual o contributo das Zonas Urbanas Sensíveis para a criminalidade organizada?”:

Tabela 25 - Análise de conteúdo à questão n.º 11

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	- As ZUS são zonas propícias à existência de criminalidade organizada (...) o local e população propiciam um sentimento de segurança e zona de conforto aos autores de crimes. - Esse sentimento de segurança advém da proteção que é dada aos mesmos, ao sentimento de bairro, pactos de silêncio e acções concertadas contra toda e qualquer actuação das forças de segurança (...) consequentemente, transforma-se numa safety zone para aqueles que se dedicam ao cometimento de crimes.
Entrevistado 2	- Não respondeu.
Entrevistado 3	- Não respondeu.
Entrevistado 4	- Aqui, a nível de criminalidade, quando estive numa altura em que o tráfico de droga era efetivamente pesado tem um peso significativo. - No geral, nas ZUS, tem sempre um peso elevadíssimo, porque, no fundo, estão a atrair as piores pessoas nos piores lugares. - (...) ressaltar aqui determinados tipos de crime organizado que é o roubo, sequestro, tráfico de armas, de drogas, não se trata do crime do colarinho branco com certeza.
Entrevistado 5	- Há contributo das pessoas de lá (...) o crime não é praticado nos próprios bairros, mas sim fora.
Entrevistado 6	- Hoje em dia, qualquer bairro que visitemos há tráfico, há crime, por menor que seja há. - (...) $\frac{3}{4}$ do crime, ou entre 65% e $\frac{3}{4}$ se passa nas ZUS, o restante é praticado fora dos bairros.

No que concerne a questão n.º 11, 4/5 dos entrevistados responderam, conseguimos reunir informação suficiente para uma análise.

Seguindo a linha de raciocínio dos entrevistados entendemos que existe uma conexão quase automática entre criminalidade organizada e ZUS pois “As ZUS são zonas propícias à existência de criminalidade organizada” como indica o **E1**, “tem sempre um peso elevadíssimo” reforçando o **E4**, pois “Hoje em dia, qualquer bairro que visitemos há tráfico, há crime, por menor que seja há” completando o **E6**.

Todavia, apesar do contributo ser elevado, nem todo o crime é praticado dentro dos bairros. Relativamente aos mesmos, “ $\frac{3}{4}$ do crime, ou entre 65% e $\frac{3}{4}$ se passa nas ZUS, o restante é praticado fora dos bairros” afirmação feita pelo **E6**, e nas ZUS os crimes praticados são principalmente “o roubo, sequestro, tráfico de armas, de drogas, não se trata do crime do colarinho branco com certeza” frisa o **E4**.

O **E1** traz nos ainda o conceito de “safety zone” visto que as ZUS “propiciam um sentimento de segurança e zona de conforto aos autores de crimes” pois existe “proteção que é dada aos mesmos, ao sentimento de bairro, pactos de silêncio e acções

concertadas contra toda e qualquer actuação das forças de segurança”. O **E5** afirma ainda que “Há contributo das pessoas de lá (...) o crime não é praticado nos próprios bairros, mas sim fora”, retiramos daqui a conclusão que quando o crime não é praticado dentro das ZUS, a sua população propicia a este tipo de vida acaba por praticar o crime fora, a título de exemplo temos o próprio bairro da Cruz Vermelha, como notícias de jovens, por exemplo, que praticaram crimes de roubo, assalto, na zona do Lumiar, perto do centro comercial.

Portanto, as ZUS certamente contribuem, em termo elevado para a criminalidade organizada, devido aos problemas sociais existentes muita gente procura na vida do crime uma alternativa de dinheiro fácil com esperança de uma boa vida, devido também às características da população lá existente, pessoas sem ofício, sem ligação profissional a qualquer emprego publico ou privado, baixa escolaridade, entre outros, levam a que sejam escolhidas alternativas no intuito de contornar estas realidades, sendo a criminalidade organizada uma delas.

- **Análise do conteúdo à questão n.º 12**

Na tabela n.º 26 apresenta-se a análise de conteúdo à questão n.º 12: “Adotando uma perspetiva futura, quais considera serem as tendências do crime no bairro da Cruz Vermelha?”

Tabela 26 - Análise de conteúdo à questão n.º 12

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	- (...) os problemas criminais tenderão a ser os mesmos, mormente o tráfico e consumo de estupefacientes, roubos e furtos variados, aliado aos crimes contra a autoridade pública devido à resistência aquando de intervenções policiais.
Entrevistado 2	- Não respondeu.
Entrevistado 3	- (...) tenho dúvidas que a tendência do crime seja a de diminuir (...) é capaz de assumir roupagens ligeiramente diferentes (...) uma versão mais urbana, não desaparece, mas reinventa-se roupagens e realidades mais camufladas e, eventualmente, mais complexas de identificar e combater (...) o crime vai-se diluir.
Entrevistado 4	- (...) penso que existe uma tendência para diminuir. - (...) construções de novas esquadras, neste momento temos neste território os nossos serviços de informação secreta o SIS (...) hoje em dia já temos um Regimento Sapador de Bombeiros, a divisão de trânsito também está sediada dentro do nosso território (...) este tipo de organismos para aqui numa ótica de diminuição do crime. - (...) os guetos, os bairros problemáticos, desaparecem com a chegada de pessoas novas, com a limpeza das ruas, com criar dignidade e criar zonas que não sejam mortas, que haja luz à noite, conforto.

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 5	- (...) o bairro está a mudar ligeiramente, a zona encontra-se mais qualificada (...) supermercados, a esquadra, outras construções sem serem as de realojamento, também aquele jardim o “Parque Oeste” que foi construído nas proximidades, os arruamentos, as pinturas que fizeram nas paredes, nos murais, etc (...) a zona tem perspectivas para ficar melhor e o crime tem tendência a baixar pois cada vez assistimos mais a factores dissuasores disso mesmo.
Entrevistado 6	- O crime no BCV vai aumentar (...) vai passar por modificações, não vai ser tanto visível. - O crime no BCV está constantemente a mudar e a adaptar-se. - O covid-19 é algo que veio amenizar as coisas, o preço do haxixe aumentou na rua. - Quando as pessoas começarem a estar vacinadas, isto vai voltar ao que era, ou pior, porque muita gente que vivia da venda e se recolheu para casa passou por dificuldades e agora, mais do que nunca, precisa de dinheiro, outra gente que nunca esteve ligada ao tráfico vai querer aderir porque passou mal financeiramente. - (...) o crime vai sempre aumentar, as crianças, a nova geração, está a crescer e cresceu a ver o tráfico, muitos deles cresceram com dificuldades e até hoje estão com dificuldades (...) estes jovens menores porque caso sejam “apanhados” com alguma coisa não vão presos ou a pena é bem mais baixa.

Em relação à questão n.º 12, existem opiniões contraditórias que necessitam claramente de ser alvo de análise.

O **E6** apesar de ter preferido não revelar a sua identidade sabemos que é alguém com antecedentes criminais relativamente ao bairro da Cruz Vermelha, afirma que “O crime no BCV vai aumentar” no entanto “vai passar por modificações, não vai ser tanto visível” pois “O crime no BCV está constantemente a mudar e a adaptar-se”, defende as suas declarações baseando-se que devido à atual pandemia vivida muitas pessoas passaram maus bocados financeiramente e necessitam de as ultrapassar, deste modo, mais pessoas vão-se ligar à vida de crime, vêm nesta vida uma alternativa “rápida” de ultrapassar os seus problemas. O **E6** refere ainda um ponto importante sobre os jovens, que estes que “cresceram com dificuldades e até hoje estão com dificuldades”, portanto, existe tendência para a delinquência juvenil, frisando que são usados no tráfico de estupefacientes jovens menores pois “caso sejam “apanhados” com alguma coisa não vão presos ou a pena é bem mais baixa”.

Contrariamente, o **E3**, **E4** e **E5** suportam a ideia de que o crime vai diminuir, entre diversas razões desde as novas construções como “novas esquadras” como afirma o **E4** “serviços de informação secreta o SIS (...) hoje em dia já temos um Regimento Sapador de Bombeiros, a divisão de trânsito também esta sediada dentro do nosso território”, suportado pelo **E5** “a zona encontra-se mais qualificada (...) supermercados, a esquadra, outras construções sem serem as de realojamento, também aquele jardim

o “Parque Oeste” que foi construídos nas proximidades, os arruamentos, as pinturas que fizeram nas paredes, nos murais, etc”, como o **E3** a vincar que “é capaz de assumir roupagens ligeiramente diferentes (...) realidades mais camufladas e, eventualmente, mais complexas de identificar e combater”. O **E1** por sua vez sustenta que “os problemas criminais tenderão a ser os mesmos, mormente o tráfico e consumo de estupefacientes, roubos e furtos variados, aliado aos crimes contra a autoridade pública”.

Em suma, a clara maioria dos entrevistados suporta que a tendência do crime é realmente diminuir devido às razões acima expostas, a zona está a tornar-se mais qualificada, novas construções, alterações ao ambiente, todavia, como já aqui antes falamos importa ter outra componente deveras importante nesta análise, a construção do “novo” bairro da Cruz Vermelha. Sabemos que muitas famílias vão ser realojadas para lá, o que pode diluir o crime no “original” bairro da Cruz Vermelha, porém, é facto que o crime vai continuar tanto no “original” bairro como no “novo”, importa então distinguir ambos estes lugares no intuito de referir as tendências do crime no bairro da Cruz Vermelha. Em relação ao “original” é claro que a tendência do crime é diminuir, pois, a zona vai-se diluir em termos populacionais, entre outras razões acima referidas. Relativamente ao “novo” bairro, já não se pode dizer o mesmo pois já existe tráfico naquela zona tanto na Rua Tito de Moraes como na Rua Manuel Lopes entre outras ruas acima, o tráfico do “original” bairro que vai passar para o “novo” bairro vai colidir com o tráfico já existente nas ruas acima citadas, tendo isto por base podemos afirmar que através da colisão destes dois tráficos vão surgir problemas entre a população dos dois bairros que podem dar origem a um aumento de tensões entre a população que lá vive, tendo as forcas responsáveis pelo combate ao tráfico, nomeadamente policiais, de elaborar estratégias tendo em conta todo este novo panorama que está pra chegar.

Não obstante, importa analisar o que foi referido pelo **E6** pois entende-se que muitas pessoas vão querer recriar, recuperar as suas economias e podem ver no tráfico uma solução, contudo, acreditamos que com o esforço das entidades responsáveis em termos de prevenção do crime isto pode ser combatido e muito pode ser evitado, alcançando com sucesso o desejável e contribuindo para a segurança e o bem estar de todos.

Continuamente na linha de análise de entrevistas, iremos passar para a análise das questões individuais direcionadas a certos entrevistados devido à natureza das suas funções profissionais.

De seguida, partimos para a análise das questões individuais, direcionadas a cada entrevistado especificamente.

Na tabela n.º 27 apresenta-se a análise de conteúdo à questão “Qual o grau de hostilidade da população do BCV para com a PSP? A que se deve?”. Esta questão foi direcionada aos **E1** e **E6**.

Tabela 27 - Análise de conteúdo à questão “Qual o grau de hostilidade da população do BCV para com a PSP? A que se deve?”

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	<ul style="list-style-type: none"> - (...) grande hostilidade da população do BCV para com a PSP. - (...) forte sentimento bairrista (...) população se une contra as intervenções policiais (...) Essas intervenções passam por impedir a efetivação de abordagens e detenções, cercando os profissionais da PSP, havendo registos vários de situações de agressões aos mesmos e tentativas de invasão à esquadra. - O sentimento bairrista advém do histórico e origem do BCV (...) onde o problema de estupefaciente (...) sempre existiu, havendo a proteção da população.
Entrevistado 6	<ul style="list-style-type: none"> - Há cerca de 2 ou 3 anos (...) a forma de abordar era totalmente diferente da que é hoje (...) correr para o prédio (...) ali (...) violência e na esquadra mais violência havia. - (...) irónico era que as pessoas que ligavam para a polícia, maioria das vezes moradores do BCV, mesmo tendo chamado a polícia não gostavam das agressões que viam e essas situações é que fazem com que a população se torna hostil para com a polícia. - Outra questão aqui importante é a educação, haviam polícias que depois de jantar vinham embriagados e desfardados para ao pé da população do bairro e começavam a dizer “macacos” e “ilha dos macacos”, ou seja, atitudes racistas (...) existe muito abuso de poder.

No que tange a esta questão, ambas as partes (**E1** e **E6**), confirmam através das suas declarações que o grau de hostilidade entre a população do BCV e a PSP é elevado. Segundo o **E1** o “forte sentimento bairrista (...) população se une contra as intervenções policiais”, realidade esta que se estende à grande maioria das ZUS, ainda, “Essas intervenções passam por impedir a efetivação de abordagens e detenções, cercando os profissionais da PSP”, ou seja, vemos aqui como uma possível solução as operações mais musculadas devido à atuação da população do BCV, constatando ainda que este problema se deve ao “histórico e origem do BCV (...) onde o problema de estupefaciente (...) sempre existiu, havendo a proteção da população”, ou seja, a população une-se contra a PSP, característica anteriormente referida em relação à população das ZUS.

Por um lado, enquanto o **E1** fala de “registos vários de situações de agressões aos mesmos e tentativas de invasão à esquadra”, referindo-se as agressões aos polícias, o **E6** afirma que “existe muito abuso de poder”, contrariando o anteriormente referido pelo **E1**. Em termos analíticos são esperadas estas constatações de ambas as partes e, no fundo, adotando uma perspetiva realista é facto que ambos. **E1** e **E6**, têm razão no que afirmam, pois, as situações de agressões aos agentes da PSP existem, em Portugal inteiro não só no BCV, até, hoje em dia, a própria polícia perdeu ligeiramente a autoridade relativamente a estas pessoas, faço-me entender pois qualquer intervenção policial é referida como racismo ou abuso de poder, os media, através dos seus meios, propagam estas ideias o que incentiva a revolta contra a polícia e acaba por proteger os criminosos, dificultando a missão policial. Todavia, por outro lado o **E6** também tem razão, existe abuso de poder policial, é uma realidade que necessita de ser combatida, seja através de cursos de controlo de emoções (pois a profissão de polícia exige isso mesmo), específicos para agentes que está a atuar nestas zonas, relativamente ao estudo de caso, no bairro da Cruz Vermelha em particular. Em suma, o grau de hostilidade da população do BCV com a PSP é elevado devido, entre outras razões, a antecedentes históricos relativos ao problema do estupefaciente.

Na tabela n.º 28 apresenta-se a análise de conteúdo à questão e “Como é que a PSP efetiva a manutenção da ordem e tranquilidades públicas no BCV?”. Esta questão foi direcionada aos **E1** e **E2**.

Tabela 28 - Análise de conteúdo à questão “Como é que a PSP efetiva a manutenção da ordem e tranquilidades públicas no BCV?”

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	- (...) prima pelo policiamento preventivo. - (...) fruto das características próprias e únicas do BCV (...) sempre que é necessária uma intervenção policial para reposição da manutenção da ordem e tranquilidade públicas, tal só é possível com dispositivo policial capaz de fazer face às vicissitudes criadas pela população, logo com recursos humanos suficientes e/ou específicos (p.e. Equipas de Intervenção Rápida, Equipas de Prevenção e Reação Imediata e, em última instância, meios da Unidade Especial de Polícia).
Entrevistado 2	- Através de um policiamento frequente e ostensivo, com fiscalizações frequentes a pessoas, viaturas e estabelecimentos. - (...) o MIPP (Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade) tem uma missão importante na prevenção e resolução de conflitos através da recolha de informação (...) poderá fazer ativar recursos, sejam policiais, sejam de outras entidades, para fazer face às necessidades e problemas sociais detetados.

Portanto, relativamente a esta questão, notamos, através das respostas do **E1** e **E2**, que a presença da PSP no bairro da Cruz Vermelha faz-se sentir, é algo existente e necessário. Numa primeira mão, como refere o **E1** “prima pelo policiamento preventivo”, todavia, “sempre que é necessária uma intervenção policial para reposição da manutenção da ordem e tranquilidade públicas, tal só é possível com dispositivo policial capaz de fazer face às vicissitudes criadas pela população”, através de um conjunto de equipas específicas para o problema suscitado. Reforça esta tese o **E2** referindo “um policiamento frequente e ostensivo, com fiscalizações frequentes a pessoas, viaturas e estabelecimentos”, ressalta ainda a importância do MIPP (Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade), importante na prevenção de conflitos devido à natureza do mesmo, mais especificamente, a componente de recolha de informação que, posteriormente, “poderá fazer ativar recursos (...) para fazer face às necessidades e problemas sociais detetados”.

Na tabela n.º 29 apresenta-se a análise de conteúdo à questão e “Quais as dificuldades que as forças de segurança, nomeadamente PSP, encontram ao intervir nas ZUS em geral, e no BCV em particular?”. Esta questão foi direcionada ao **E1**.

Tabela 29 - Análise de conteúdo à questão “Quais as dificuldades que as forças de segurança, nomeadamente PSP, encontram ao intervir nas ZUS em geral, e no BCV em particular?”

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	<p>- (...) são locais de difícil intervenção policial essencialmente por força da população (...) sentimento de aversão e conseqüente clima de confrontação com a autoridade fazem parte de toda e qualquer intervenção policial.</p> <p>- No caso particular do BCV (...) acresce o facto da arquitetura do bairro representar uma vicissitude acrescida na atuação policial (...) muitos pontos negros criados pela arquitetura do bairro, impossibilitando a detecção de incivildades e ilícitos criminais, dificultando a intervenção policial, criando ainda situações de perigo para os profissionais da PSP (pontos de vigilância à PSP, arremesso de objetos, pontos de fuga e esconderijos).</p>

Em relação a esta questão, o **E1**, devido à sua experiência profissional, retratou as dificuldades que as forças de segurança, nomeadamente PSP, encontram ao intervir nas ZUS em geral, e no BCV em particular de forma nítida.

Mais uma vez, quando refere “são locais de difícil intervenção policial essencialmente por força da população”, temos aqui a confirmação da característica inerente às ZUS de que a população se revolta contra as forças da autoridade, dificultando a atuação policial.

Particular do bairro da Cruz Vermelha, “acresce o facto da arquitetura do bairro representar uma vicissitude acrescida na actuação policial” pois existem “muitos pontos negros criados pela arquitetura do bairro, impossibilitando a detecção de incivildades e ilícitos criminais, dificultando a intervenção policial, criando ainda situações de perigo para os profissionais da PSP (pontos de vigilância à PSP, arremesso de objetos, pontos de fuga e esconderijos)”, ou seja, já aqui apresentamos declarações sobre as falhas arquitetónicas existentes nos realojamentos em Portugal, mais precisamente no caso do bairro da Cruz Vermelha existiu uma grande falha arquitetónica e de realojamento, junto a isto, estradas só com uma saída, dificultam a intervenção das forças policiais. Deste modo, a existência de obras, remodelações nos edifícios, seria uma boa estratégia para remediar o problema existente, no intuito de se alcançar um mais efetivo trabalho por parte das forças policiais.

Na tabela n.º 30 apresenta-se a análise de conteúdo à questão e “Como se efetiva o MIPP (Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade) no BCV?”. Esta questão foi direcionada aos **E1** e **E2**.

Tabela 30 - Análise de conteúdo à questão “Como se efetiva o MIPP (Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade) no BCV?”

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	<ul style="list-style-type: none"> - (...) no BCV é algo de difícil implementação. - Um dos pilares do MIPP e pontos fulcrais para o seu funcionamento assenta na construção de elos de confiança entre a população e a PSP (...) Atento ao clima de constante desconfiança e aversão à PSP tal é difícil de conquistar. - (...) existem pessoas que tentam colaborar e estreitar laços. - A maior dificuldade assenta no medo de represálias. O ser visto a falar com a PSP ou a entrar na esquadra tem consequências internas. Essas pessoas são rotuladas de “chibos” e traidores, sofrendo inclusive agressões. - A título meramente exemplificativo (...) constávamos que até para efetivar denúncias e pequenas participações, alguns moradores do BCV deslocavam-se a outras esquadras para não serem vistos pelos pares.
Entrevistado 2	<ul style="list-style-type: none"> - (...) promove o acompanhamento das vítimas de violência doméstica, contacta com os cidadãos, recolhe informações, dá conselhos no âmbito da segurança e coordena com outras entidades a intervenção em algumas situações que mereçam atenção, do ponto de vista social e securitário.

Em termos de análise, tendo em conta o exposto pelos **E1** e **E2**, concluímos que a efetivação do MIPP é algo que possui sólidas premissas para continuar a ser realizado pois “promove o acompanhamento das vítimas de violência doméstica, contacta com os cidadãos, recolhe informações, dá conselhos no âmbito da segurança e coordena com outras entidades a intervenção em algumas situações que mereçam atenção, do ponto de vista social e securitário” como afirma o **E2**. Todavia, no que concerne ao bairro da Cruz Vermelha “é algo de difícil implementação” como afirma o **E1** pois “Um dos pilares

do MIPP e pontos fulcrais para o seu funcionamento assenta na construção de elos de confiança entre a população e a PSP” e “Atento ao clima de constante desconfiança e aversão à PSP tal é difícil de conquistar”. Como foi antes aqui referido pelo **E1**, o relacionamento entre a PSP e a população do bairro da Cruz Vermelha é elevadamente hostil, dificultando a efetivação do MIPP. Ainda, segundo o **E1** “A maior dificuldade assenta no medo de represálias (...) Essas pessoas são rotuladas de “chibos” e traidores, sofrendo inclusive agressões”, portanto temos aqui uma realidade que precisa e já está a ser combatida. A construção da nova esquadra n.º 41 na Rua Maria Ribeiro, Lumiar, possui uma entrada virada para o novo “Continente” o que facilita a entrada de veículos e permite que o problema acima também seja combatido pois é um “ponto cego” relativamente aos moradores do bairro da Cruz Vermelha.

Na tabela n.º 31 apresenta-se a análise de conteúdo à questão e “O MIPP visa uma ampliação da actuação policial em articulação e colaboração direta com a comunidade, no âmbito da resolução da pequena e média criminalidade, na prevenção de crimes e incivildades, causadores de desconforto e do sentimento de menor segurança da população. Considera que se tem efetivado o desenvolvimento das relações com a comunidade do BCV? As forças de segurança têm conseguido combater, seguindo as diretivas deste programa, de forma mais eficaz a pequena e média criminalidade?”. Esta questão foi direccionada aos **E1** e **E2**.

Tabela 31 - Análise de conteúdo à questão “O MIPP visa uma ampliação da actuação policial em articulação e colaboração direta com a comunidade, no âmbito da resolução da pequena e média criminalidade, na prevenção de crimes e incivildades, causadores de desconforto e do sentimento de menor segurança da população. Considera que se tem efetivado o desenvolvimento das relações com a comunidade do BCV? As forças de segurança têm conseguido combater, seguindo as diretivas deste programa, de forma mais eficaz a pequena e média criminalidade?”

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	<p>- Não obstante as dificuldades (...) o MIPP tem conseguido florescer e granjear a confiança da população através dos contactos efetuados em sede de reuniões interinstitucionais (...) permitiu conquistar a confiança da população representada pelas instituições, logo uma maior partilha de informação e preocupações.</p> <p>- A recolha e tratamento dessa informação (...) permite um policiamento direccionado e diminuição da ocorrência de ilícitos e incivildades.</p>
Entrevistado 2	<p>- No BCV há muitos cidadãos que não se reveem nas atividades ilegais que no bairro têm lugar e querem colaborar com a polícia para diminuir o impacto negativo destas atividades.</p> <p>- O MIPP, por ter equipas fixas, desenvolve um trabalho consistente, contínuo e muito dedicado no bairro, o que faz estes cidadãos depositarem confiança na Polícia, mantendo-se, assim, uma estreita e quase permanente comunicação entre alguns membros da comunidade e a PSP. Dessa comunicação advêm informações úteis que permitem direccionar o policiamento, descobrir os autores de crimes, prevenir outros problemas e alimentar as informações policiais sobre certos assuntos.</p>

As respostas a esta questão findam a análise relativamente ao MIPP. Ambos os entrevistados **E1** e **E2** elucidaram o MIPP e as suas componentes, em “sede de reuniões interinstitucionais” dá-se “maior partilha de informação e preocupações” onde existe partilha de informação e essa “informação (...) permite um policiamento direcionado e diminuição da ocorrência de ilícitos e incivildades” e, desta forma, “tem conseguido florescer e granjear a confiança da população” como constata o **E1**. Reforça estas observações o **E2** afirmando que “No BCV há muitos cidadãos que não se reveem nas atividades ilegais que no bairro têm lugar e querem colaborar com a polícia para diminuir o impacto negativo destas atividades”, isto é, apesar da grande hostilidade vivida entre a PSP e a população do BCV, é facto que nem todos são hostis à PSP, existe cooperação com as forças policiais. Devido ao desenvolvimento de “um trabalho consistente, contínuo e muito dedicado no bairro, o que faz estes cidadãos depositarem confiança na Polícia, mantendo-se, assim, uma estreita e quase permanente comunicação entre alguns membros da comunidade e a PSP”, mais um facto que prova a realidade anteriormente referida e, com isto, “advêm informações úteis que permitem direcionar o policiamento, descobrir os autores de crimes, prevenir outros problemas e alimentar as informações policiais, como argumenta o **E2**.

Em suma, tendo toda esta informação por base, verifica-se que o MIPP tem conseguido ser bem-sucedido.

Na tabela n.º 32 apresenta-se a análise de conteúdo à questão e “Possui a população jovem do Bairro da Cruz Vermelha características que a podem levar para uma vida de delinquência?”. Esta questão foi direcionada ao **E3**.

Tabela 32 - Análise de conteúdo à questão “Possui a população jovem do Bairro da Cruz Vermelha características que a podem levar para uma vida de delinquência?”

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 3	<p>- (...) hoje em dia cada vez menos (...) mas de facto os jovens do Bairro da Cruz Vermelha têm sim características que os podem levar a uma vida de crime, o eventual abandono ou insucesso escolar, algum absentismo, por vezes a falta de presença dos pais (...) o que não quer dizer que todos enveredem ou acabem nessa vida.</p> <p>- (...) há menos natalidade o que vai reduzir o número de jovens que leva a uma realidade social que está a mudar.</p> <p>- (...) existem estas características nos jovens com potencial de puderem ter acesso e enveredarem por caminhos de delinquência sempre de risco pois muitas vezes os processos não são estanques (...) falta de competência, de trabalho regular de não terem fontes de financiamento regulares é sempre um potencial para ou episodicamente ou permanentemente puderem estar em situações de limbos ou sobrevivência e isso aumenta muito o risco (...) é necessária continuidade e visionamento.</p>

Em relação a esta questão, apesar de apenas termos um entrevistado a responder, para quem acompanha o dia-a-dia do BCV ou, pelo menos, sabe o que lá se passa, entende que a população jovem do BCV tem, certamente, tendências para levar uma vida de delinquência, ou já leva.

Como afirma o **E3**, razões que levam para uma vida de delinquência são “abandono ou insucesso escolar, algum absentismo, por vezes a falta de presença dos pais”, são estes problemas da população que vive neste bairro. O insucesso escolar é visível, muitos jovens na rua, muitos deles que não mostram interesse pela escola, com notas nem sempre suficientes ou razoáveis, os pais também acabam, como indica o **E3**, por ter culpa nisto pois, como antes referido aqui, tese defendida por Becker (1963) de que “o facto de se rotular os adolescentes como delinquentes demonstra apenas uma atitude defensiva levada a cabo pelos adultos, como forma de utilizar os jovens como bodes expiatórios dos erros cometidos pelos próprios adultos”, completando que “não existem crianças delinquentes mas, sim, pais delinquentes”, sustento, em parte, esta tese e que se deveriam fazer mais atividades, por parte da CML²⁶ ou organizações que trabalham nesta área, no intuito de envolver mais as famílias e transparecer os melhores valores para seguir, como afirmou o **E4** (Engenheiro Nuno Martins), o que aconteceu há uns anos atrás no BCV, no sentido de diminuir a delinquência juvenil, “bandidos que partiam tudo e o sítio que apedrejavam mais era o Lar, um centro de idosos onde os próprios avós desses jovens lá estavam, ninguém percebia bem porquê, e, numa determinada altura, o comissário, junto de todos os agrupamentos escolares daqui disse “arranjem-me os piores elementos, alunos, mais bandidos que hajam aqui” e arranjaram fardas da PSP e durante dois dias os jovens andaram pelas ruas, completamente vestidos de polícia, a fazer uma ação preventiva, isto há uns 15 ou 16 anos atrás em que a polícia era algo que estava distante de poder ser falada dentro destas casas porque era um mundo em que eram considerados os maus que prendiam as pessoas, e havia ali uma mensagem interessante que era as fardas iam, as calças não tinham bainhas e era necessário fazer algo com o nome do polícia, isso eram uma incumbência da mãe ou do agregado familiar e eram interessante pois através dos jovens conseguiram chegar às famílias”, ações como estas são muito importantes pois “a mensagem passou e hoje jovens que estiveram naquela ação foram para a escola superior de polícia”. O **E3** indica ainda que “há menos natalidade” o que, claramente, vai ajudar no sentido de misturar a população pois as novas pessoas que chegam, de média ou classe social média/alta

²⁶ Câmara Municipal de Lisboa.

vão ter filhos também e contribuir para o diluir da tal população juvenil problemática original do BCV.

Como alternativa, e assim que o **E3** nos traz a próxima questão alvo de análise, pois há “sempre um potencial para ou episodicamente ou permanentemente puderem estar em situações” de uma vida de delinquência, portanto, segundo este, “é necessária continuidade e visionamento”, afirmação deveras acertada pois não se pode querer que o tráfico acabe se o esforço não for suficiente, não chega enquanto são jovens até aos 15/16 anos, é necessário, por exemplo, direcioná-los para uma escola profissional para que tirem um curso, tenham uma profissão, fiquem efetivos num trabalho, no sentido de se ter “certeza” que não voltam/entram na vida de crime.

Na tabela n.º 33 apresenta-se a análise de conteúdo à questão e “De que modo a mediateca pode ser considerada um lugar de prevenção para a delinquência juvenil?”. Esta questão foi direcionada ao **E3**.

Tabela 33 - Análise de conteúdo à questão “De que modo a mediateca pode ser considerada um lugar de prevenção para a delinquência juvenil?”

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 3	<ul style="list-style-type: none"> - Nós podemos considerar que é muito útil, mas os jovens podem não o considerar. - (...) achamos que sim. - (...) dentro do espaço mediateca procura-se que seja um espaço seguro, educativo, onde a lei da rua não impere, onde existam regras onde eles se adaptem às regras, onde eles procurem resolver os seus conflitos dialogando ou de uma forma mais construtiva do que agressiva e não pela lei do mais forte, mas com equilíbrio. - (...) se forem capazes de se ajustar ao nosso contexto, saberem respeitar as regras, saberem estar, acreditamos que noutros contextos também vão ter essas capacidades e depois podem ter a liberdade de decidirem se o vão fazer ou não e de tomar consciência das consequências. - (...) a Mediateca acaba por ser um meio essencial. - (...) a própria família pode dar mensagens completamente distintas das nossas, nós estamos com eles uma hora ou duas por dia e a família está 15/20 horas e têm o seu exemplo e a sua prática. - Estes contextos com população juvenil são muito complexos e desafiantes e nem toda a gente consegue extrair deles o comportamento desejado (...) gostam de lá estar comportam-se e procuram saber estar.

Analisando esta questão, é certo que, e segundo as palavras do **E3**, “achamos que sim”, todavia, “os jovens podem não o considerar”, isto é algo intrínseco à própria situação pois não podemos moldar os jovens no sentido de os obrigar a seguir uma vida que não seja de delinquência, porém, “a Mediateca acaba por ser um meio essencial” pois “dentro do espaço mediateca procura-se que seja um espaço seguro, educativo, onde a lei da rua não impere, onde existam regras onde eles se adaptem às regras, onde eles

procurem resolver os seus conflitos dialogando ou de uma forma mais construtiva do que agressiva e não pela lei do mais forte, mas com equilíbrio”, ou seja, valores base/sólidos para diminuir para o mínimo a tendência dos jovens de seguir uma vida de delinquência, ainda pra mais, “Estes contextos com população juvenil são muito complexos e desafiantes e nem toda a gente consegue extrair deles o comportamento desejado”, portanto, organizações como a mediateca possuem, e como já se viu triunfar através de diversos jovens que lá frequentaram, hoje em dia, seguiram para a faculdade, terminaram os cursos e estão a trabalhar, são fundamentais para o combate à delinquência juvenil.

Todavia, existe a outra face da moeda, “a própria família pode dar mensagens completamente distintas” pois, segundo o **E3** (Coordenador do Serviço Mediateca) “nós estamos com eles uma hora ou duas por dia e a família está 15/20 horas e têm o seu exemplo e a sua prática”, serve isto para reforçar o que anteriormente referi como “não se pode moldar os jovens”, eles é que escolhem, a mediateca serve como um “guia” que os oriente até à vida adulta e os face crescer e terem capacidade suficiente para puderem tomar as suas decisões sabendo as consequências que vão enfrentar no futuro.

Na tabela n.º 34 apresenta-se a análise de conteúdo à questão e “Que características possui o Bairro da Cruz Vermelha para ser considerado uma Zona Urbana Sensível?”. Esta questão foi direcionada ao **E3**.

Tabela 34 - Análise de conteúdo à questão “Que características possui o Bairro da Cruz Vermelha para ser considerado uma Zona Urbana Sensível?”

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 3	<ul style="list-style-type: none"> - (...) pobreza, a baixa escolaridade, falta de emprego, serem bairros municipais, com origem de zonas degradadas, barracas que existiram antigamente. - A questão da droga (...) ciclos de pobreza (...) muitas famílias sensíveis e com situações muito frágeis e disfuncionais que potenciam uma acumulação (...) muita gente junta. - (...) tem todas as características para ser considerada uma Zonas Urbana Sensível. - As pessoas também foram abandonadas muito tempo, no sentido de esquecidas, não investidas.

No que concerne a esta questão, a conclusão aqui pode vir primeiro, segundo o E3, o BCV “tem todas as características para ser considerada uma Zonas Urbana Sensível”, desde “pobreza, a baixa escolaridade, falta de emprego, serem bairros municipais, com origem de zonas degradadas, barracas que existiram antigamente”, também relativo à

população, “As pessoas foram abandonadas muito tempo, no sentido de esquecidas, não investidas”, ainda, e característica primordial do BCV, “A questão da droga”, potencializa este facto, “ciclos de pobreza (...) muitas famílias sensíveis e com situações muito frágeis e disfuncionais que potenciam uma acumulação (...) muita gente junta”, portanto, a população contribui como sendo promotora de insegurança também, tudo isto são características bases que podemos ter em conta para caracterizar o BCV como uma ZUS.

Entre as características das ZUS anteriormente referidas:

- Baixos níveis de escolaridade da população do bairro;
- Abandono escolar significativo;
- Inserção precoce dos jovens no mundo do trabalho;
- Pouca participação ativa nos setores primário e terciário;
- Precariedade dos vínculos laborais, salários baixos;
- Sentimento de inimizabilidade, autonomia e fuga ao controlo das autoridades;
- Elevado grau de dependência social;
- Estratégias de sobrevivência muito desenvolvidas, designadamente a pluriatividade, empregos clandestinos, prática de ilícitos criminais, delinquência juvenil, tráfico de estupefacientes, furtos, roubos e recetação;
- Construções de barracas, imóveis degradados, sem segurança ou condições de higiene, como deficientes ou sem saneamento básico, fraca iluminação pública;
- Arruamentos degradados, espaços públicos vandalizados.

No BCV, todas estas características estão presentes. Sendo assim, tendo por base o que foi exposto pelo **E3** (e tudo o exposto pelos outros entrevistados) e o estudo teórico

aqui realizado, confirma-se que se reúnem as características para considerar o BCV uma ZUS.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Entramos assim no sexto e último capítulo de desenvolvimento deste estudo de caso. Neste, iremos começar por uma súmula do estudo, atravessando a ponte de ligação para a resposta às Questões Derivadas (QD) e à Questão Central (QC), recomendações e tendências futuras findando com as limitações encontradas durante a realização desta dissertação.

Nesta dissertação académica decidimos dividir o trabalho numa parte teórica e numa parte prática onde foi feito um estudo no terreno sobre o tema em questão.

Em suma, começámos a nossa investigação no capítulo “ancoragem teórica”, onde definimos alguns conceitos como criminalidade organizada, não tem ideologia e visa o lucro por meios ilícitos, este é um facto importante a ter em consideração pois todas as atividades desenvolvidas pelos grupos de crime organizado visam fins financeiros e que os principais subtipos de crime organizado são o tráfico de droga, armas, seres-humanos e o branqueamento de capitais, ao conceito de Zonas Urbanas Sensíveis/Bairros problemáticos, que podem ser caracterizados por população com baixa escolaridade, não inserção no mercado de trabalho, falta de competências sociais, profissionais, emocionais, desocupação no geral, edifícios degradados e espaços públicos vandalizados, criminalidade, tráfico, práticas ilícitas no geral, abandono escolar e delinquência juvenil, também a definição de guetos, zonas onde habitam um determinado tipo de etnia ou raça, geograficamente isolados da população, onde subsistem problemas sociais e criminais com a população adulta e juvenil e “Hotspots” ou “Pontos Quentes”, locais perigosos que geram criminalidade e podem ter características urbanas ou suburbanas em que ocorre um grande fluxo de cidadãos e que quando são frequentados verifica-se a existência de atos ilícitos.

De seguida entrámos no capítulo “Os pilares da segurança interna e da atuação policial”, onde abordámos sobre “prevenção da criminalidade”, que compreende estratégias e medidas que procuram reduzir o risco de ocorrência de crimes e os seus potenciais efeitos nocivos sobre os indivíduos e a sociedade, incluindo o medo do crime, intervindo para influenciar as suas múltiplas causas”. Abordámos também o conceito de “ordem pública”, um pilar basilar para se viver em segurança e liberdade na sociedade, respeitando os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, desenvolvido pelas forças de segurança através de uma panóplia de execuções visando o bem-estar da sociedade, a paz e a justiça, também tocámos no conceito “investigação criminal”,

sustentando que está na base da descoberta da verdade material, sendo o processo de investigação, levado a cabo pelos OPC, que tende a recolher, examinar e efetivar as provas relevantes, em termos penais, para o caso, de seguida sobre “tecnologia e inteligência policial”, onde afirmámos que a inteligência ao serviço da segurança interna consiste num conjunto de notícias, indícios ou dados, indispensáveis à manutenção da tranquilidade pública, garante de segurança e conservação da paz na sociedade, tendo como objetivo principal a prevenção da criminalidade, é uma vertente claramente instrumental da atividade policial e, no final deste capítulo debatemos sobre “cooperação nacional e internacional”, duas esferas vitais para executar um sólido combate à criminalidade organizada e cada vez mais serão pois vivemos num mundo em constante evolução com a criminalidade progressivamente a diversificar-se em termos evolutivos onde existe uma constante necessidade de acompanhamento por parte das forças e serviços de segurança e outros organismos responsáveis pelo combate a estas ameaças, pois as técnicas utilizadas pelos piratas informáticos ou também conhecidos “*hackers*”, por exemplo, são cada vez mais complexas e avançadas, e estes partem em vantagem relativamente aos órgãos de justiça que podem encontrar dificuldades para alcançar o desenvolvimento cada vez maior das tecnologias. Terminando assim este capítulo e os cinco pilares elencados da segurança interna e da atuação policial.

Depois, iniciámos no capítulo “O policiamento comunitário de proximidade nas ZUS: o papel das forças de segurança”. Constatámos que o Policiamento de Proximidade, veio renovar profundamente a maneira como olhamos para o papel das polícias atualmente. Em termos estratégicos, visa essencialmente a proatividade, através da presença dos elementos policiais no terreno. Esta visão deveu-se à vontade política para aproximar as polícias aos cidadãos, de associar às polícias uma imagem amigável, de resolver os problemas da ordem pública e da segurança com estratégias imaginativas e eficazes. Já o Policiamento Comunitário, é onde se constituem novas parcerias entre as pessoas e a polícia, fundamentando-se na ideia de que a polícia e a comunidade têm que trabalhar em conjunto para identificar e definir as prioridades e encontrar soluções para os problemas da atual sociedade. Em termos estratégicos, visa desenvolver e implementar novas formas de organização policial, técnicas de proximidade e visibilidade, bem como estabelecer programas específicos focados em problemas concretos e em grupos mais vulneráveis. A comunidade passa a estar envolvida na dinâmica da segurança, constituindo este envolvimento um verdadeiro princípio de uma cidadania ativa. Posteriormente a expusemos alguns programas de

policiamento comunitário de proximidade das forças de segurança portuguesa, nomeadamente, Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana.

Desta forma, entramos na segunda parte desta investigação, o estudo sobre o bairro da Cruz Vermelha, Lumiar, Lisboa, introduzimos a zona, onde se localiza o bairro, uma introdução histórica e depois conseguimos expor a realidade do bairro, expor os problemas sociais, criminais, tendências futuras sobre o mesmo, a realidade do tráfico de droga lá vivido, tudo isto através da análise das respostas dos questionários e de seis entrevistados e consulta de bibliografia. Relativamente ao questionário “A Criminalidade nas ZUS”, debatemos, numa primeira fase, a delinquência juvenil, os problemas que suscita, relacionando-a com as ZUS, analisando ainda dados recolhidos de um estudo feito a uma escola, a amostra envolveu jovens de ZUS e jovens que vivem fora das ZUS e, como pudemos ver, a percentagem média de jovens que tem tendências para uma vida de delinquência é baixa, mais precisamente cerca 8%, o que não inviabiliza a realidade de que têm de continuar a ser empenhados esforços para baixar ainda mais este número. Neste capítulo debatemos também sobre a insegurança. O sentimento de segurança possui diversas definições por diversos autores como sendo um conjunto de manifestações de inquietação, de perturbação ou medo cristalizadas sobre o crime. Analisámos o questionário sobre “O sentimento de (In)segurança à população residente nas ZUS”, podemos afirmar que, por norma, uma pessoa residente numa ZUS classifica como médio (6,22 de 1-10) o nível de crime na zona em que vive, dando especial atenção a ZUS como Bairro da Cruz Vermelha, Alta de Lisboa, Lumiar (antiga Musgueira) e Galinheiras que são as ZUS onde existe, segundo os participantes, maior nível de crime. Em contrapartida, no que toca a pessoas que residem fora das ZUS, podemos afirmar que considera, por norma, baixo o nível de crime da zona em que vive.

Passamos, como antes referido, a responder às Questões Derivadas (QD) e à Questão Central (QC).

Em primeiro lugar, a QD1, “Qual o tipo de população residente na ZUS do bairro da Cruz Vermelha?”, o tipo de população residente nas ZUS é a base para caracterizar uma zona como sendo ZUS. As características da população residente na ZUS do bairro da Cruz Vermelha incluem baixo nível de escolaridade, pouca participação ativa nos setores primário e terciário, precariedade dos vínculos laborais, salários baixos, sentimento de inimizabilidade, autonomia e fuga ao controlo das autoridades,

população com elevado grau de dependência social, estratégias de sobrevivência muito desenvolvidas, como a pluriatividade, empregos clandestinos, população ligada à prática de ilícitos criminais, delinquência juvenil e, ainda, grande parte da população desempregada e a auferir rendimentos sociais.

Seguidamente, QD2, “Quais as dificuldades que as forças de segurança encontram ao intervir na ZUS do bairro da Cruz Vermelha?”, as dificuldades encontradas pelas forças de segurança provém do próprio local ser de difícil intervenção devido à população, sentimento de aversão e conseqüente clima de confrontação com a autoridade que fazem parte de toda e qualquer intervenção policial e, reportada por muitos profissionais da área, a arquitetura do bairro que representam uma adversidade acrescida na actuação policial, muitos pontos negros criados pela arquitetura do bairro, impossibilitando a detecção de incivildades e ilícitos criminais, dificultando a intervenção policial, criando ainda situações de perigo para os profissionais da PSP (pontos de vigilância à PSP, arremesso de objetos, pontos de fuga e esconderijos).

Depois, temos a QD3, “Que características possui o Bairro da Cruz Vermelha para ser considerado uma Zona Urbana Sensível?, o bairro da Cruz Vermelha possui características que o identificam como sendo uma ZUS, entre elas, população com baixa escolaridade, não inserção no mercado de trabalho, falta de competências sociais, profissionais, emocionais, desocupação no geral, edifícios degradados e espaços públicos vandalizados, criminalidade, tráfico, práticas ilícitas no geral, abandono escolar e delinquência juvenil.

Encontramo-nos assim em posição para responder à Questão Central (QC): “Quais os principais desafios que a ZUS do bairro da Cruz Vermelha enfrenta relativamente à criminalidade organizada?”, existe uma conexão quase automática entre criminalidade organizada e a ZUS do bairro da Cruz Vermelha, devido, primordialmente, ao tráfico de estupefacientes. Deste modo um dos principais desafios que esta ZUS enfrenta é o tráfico de drogas. Sabemos que muitas famílias vão ser realojadas para a nova zona (perto da Rua Tito de Moraes), o que pode diluir o crime no “original” bairro da Cruz Vermelha, porém, é facto que o crime (incluindo o tráfico de estupefacientes) vai continuar tanto no “original” bairro como no “novo”, importa então distinguir ambos estes lugares no intuito de referir as tendências do crime no bairro da Cruz Vermelha.

Em relação ao “original”, a tendência do crime é realmente diminuir devido à zona, está a tornar-se mais qualificada, novas construções, alterações ao ambiente, novas

construções como a nova esquadra da PSP, os serviços de informação (SIS), o Regimento Sapador de Bombeiros, a divisão de trânsito, supermercados (o novo Continente do Lumiar) e ainda o jardim “Parque Oeste” que foi construído nas proximidades.

Relativamente ao “novo” bairro, já não se pode dizer o mesmo pois já existe tráfico naquela zona tanto na Rua Tito de Moraes como na Rua Manuel Lopes entre outras ruas acima, o tráfico do “original” bairro que vai passar para o “novo” bairro vai colidir com o tráfico já existente nas ruas acima citadas, tendo isto por base podemos afirmar que através da colisão destes dois tráficos vão surgir problemas entre a população dos dois bairros que podem dar origem a um aumento de tensões entre a população que lá vive, tendo as forças responsáveis pelo combate ao tráfico, nomeadamente policiais, de elaborar estratégias tendo em conta todo este novo panorama que está pra chegar.

Não obstante, muitas pessoas vão querer recriar, recuperar as suas economias, durante esta crise pandémica e podem ver no tráfico uma solução, contudo, acreditamos que com o esforço das entidades responsáveis em termos de prevenção do crime isto pode ser combatido e muito pode ser evitado, alcançando com sucesso o desejável e contribuindo para a segurança e o bem-estar de todos.

Outro desafio prende-se com o a delinquência juvenil. Tendo por base os dados obtidos no questionário online sobre a delinquência juvenil, a percentagem média de jovens que têm tendências para uma vida de delinquência é baixa, mais precisamente cerca 8%, informação está que vai corroborar a realidade relativa aos jovens do bairro da Cruz Vermelha, hoje em dia cada vez menos, mas de facto os jovens do bairro da Cruz Vermelha têm características que os podem levar a uma vida de crime, o eventual abandono ou insucesso escolar, algum absentismo, por vezes a falta de presença dos pais, o que não quer dizer que todos enveredem ou acabem nessa vida. Devendo ser feito um contínuo visionamento aos jovens mesmo quando entrem em idade adulta no intuito de alcançarem um emprego estável, permanente, reduzindo ao máximo possível as hipóteses para enveredarem numa vida de delinquência. Neste caso, a mediateca pode ser considerada um instrumento de combate à delinquência juvenil no bairro da Cruz Vermelha, pois neste espaço procuram-se transmitir valores de segurança, valores educativos, onde a lei da rua não impere, onde existam regras onde os jovens se adaptem às regras, onde procurem resolver os seus conflitos dialogando ou de uma forma mais construtiva do que agressiva e não pela lei do mais forte, mas com

equilíbrio”, ou seja, valores base/sólidos para diminuir para o mínimo a tendência dos jovens de seguir uma vida de delinquência.

O seguinte desafio respeita ao sentimento de segurança/insegurança. Tendo base os dados obtidos através do questionário online realizado sobre a caracterização da zona onde vivem entendemos que, relativamente ao sentimento de segurança, não se sentem nem “Muito Seguro” nem “Muito Inseguro”, mas sim tende para o “Nem Seguro/Nem Inseguro”, servindo esta informação de reforço para a situação vivida na ZUS do bairro da Cruz Vermelha. Nesta ZUS, devido ainda ao sentimento de inimizabilidade perante as forças policiais e no que toca à criminalidade organizada, o local e população propiciam um sentimento de segurança e zona de conforto aos autores de crimes. Esse sentimento de segurança advém da proteção que é dada aos mesmos, ao sentimento de bairro, pactos de silêncio e acções concertadas contra toda e qualquer actuação das forças de segurança, conseqüentemente, transforma-se numa safety zone para aqueles que se dedicam ao cometimento de crimes. Deste modo, são necessárias medidas para ultrapassar o sentimento de segurança que os criminosos possuem.

Outro desafio reporta-se ao grau de hostilidade da população da ZUS do bairro da Cruz Vermelha para com as forças de segurança, em particular com a PSP. O grau de hostilidade é elevado, existe um forte sentimento bairrista, a população une-se contra as intervenções policiais, aquando das intervenções policiais nesta ZUS, as intervenções da população passam por impedir a efetivação destas abordagens e detenções, cercando os profissionais da PSP, existindo registos de várias situações de agressões aos polícias e tentativas de invasão à esquadra. Vemos aqui como uma possível solução as operações mais musculadas devido à atuação da população do BCV, problemas este que se deve ao histórico e origem do BCV, onde o problema do estupefaciente sempre existiu. A aposta no policiamento comunitário, devido as suas características de união entre a população e as forças de segurança para alcançar os fins da sociedade pode ser considerado uma solução para este desafio.

O próximo desafio é referente ao abuso policial. Existe abuso de poder policial, é uma realidade que necessita de ser combatida, seja através de cursos de controlo de emoções (pois a profissão de polícia exige isso mesmo), específicos para agentes que estão a atuar nesta zona.

O seguinte desafio relaciona-se com a arquitetura da ZUS do bairro da Cruz Vermelha, representa uma vicissitude acrescida na atuação policial, muitos pontos negros criados pela arquitetura do bairro, impossibilitando a detecção de incivildades e ilícitos criminais, dificultando a intervenção policial, criando ainda situações de perigo para os profissionais da PSP (pontos de vigilância à PSP, arremesso de objetos, pontos de fuga e esconderijos) e potenciando a existência de criminalidade.

Por fim, incluído nos principais desafios que a ZUS do bairro da Cruz Vermelha enfrenta relativamente à criminalidade está a questão do realojamento social. A ZUS do bairro da Cruz Vermelha utiliza um modelo desajustado de realojamento social, propício à criação de guetos, que intensifica o sentimento bairrista e a união da população contra qualquer elemento externo à mesma. A própria caracterização do bairro como “Kosovo” referente às guerras da ex-Jugoslávia é uma prova que o realojamento foi feito com base em números e que as pessoas foram lá metidas “sem mais nem menos”, sem se medirem as consequências que estão a ser vividas hoje. A população cigana acaba por ser um problema específico, teria de ser objeto de um tratamento completamente diferenciado e não integrado pois eles não têm integração possível porque é uma questão cultural e não abdicam dela. Esta questão já se encontra a ser combatida com, como já antes referido, à migração de parte da população do bairro da Cruz Vermelha para as novas casas junto da Rua Tito Morais e Rua Manuel Lopes.

Em suma, os principais desafios que a ZUS do bairro da Cruz Vermelha enfrenta relativamente à criminalidade organizada são: o tráfico de estupefacientes, realidade identificadora do próprio bairro que está a ser combatida através de, por exemplo, a migração de parte da população da zona de localização do atual bairro, a delinquência juvenil, vários jovens vêm na vida do crime uma saída, faltando apoio familiar, opções, absentismo escolar, propícios a uma vida no submundo da criminalidade, outro desafio é o sentimento de segurança/insegurança, sentimento de inimizabilidade perante as forças policiais e no que toca à criminalidade organizada, o local e população propiciam um sentimento de segurança e zona de conforto aos autores de crimes, tornando-se “safety zones” para estes mesmos, de seguida, outro desafio, é o elevado grau de hostilidade da população para com a PSP, realidade vivida nesta ZUS, existe um forte sentimento bairrista, a população une-se contra as intervenções policiais, ainda, outro desafio prende-se o abuso policial, uma realidade que necessita de ser combatida, ainda, como outro desafio, temos a arquitetura da ZUS do bairro da Cruz Vermelha que

representa uma vicissitude acrescida na atuação policial e, por fim, temos o realojamento social, a o bairro da Cruz Vermelha utiliza um modelo desajustado de realojamento social, propício à criação de guetos, que intensifica o sentimento bairrista e a união da população contra qualquer elemento externo à mesma.

6.1. LIMITAÇÕES E SUGESTÕES FUTURAS

Relativamente às limitações encontradas na realização desta dissertação académica, foram algumas. Em primeiro lugar importa frisar que vivemos tempo de pandemia o que dificulta o acesso a bibliotecas no intuito da requisição de livros.

Outra limitação foi, em parte, o facto de estar a estagiar na NATO (STRIKFORNATO) ao mesmo tempo da realização da dissertação e das aulas, todavia, com algum esforço esta dificuldade foi amenizada.

Mencionar ainda, da parte da Polícia de Segurança Pública que, infelizmente, devido à demasiada burocracia existente não foi possível, até a data de conclusão da dissertação, receber todos os resultados das entrevistas. Um subcomissário (atual na esquadra do Bairro da Cruz Vermelha) ficou à espera de autorização superior para poder providenciar os resultados da entrevista, o que nunca chegou a acontecer.

Por fim, a nível de bibliografia para estudar, pelo menos escrita em português, não existe muita.

No que toca a sugestões futuras, o alargamento do estudo a outras ZUS, no intuito de um estudo comparado seria uma boa opção.

REFERÊNCIAS

- Allum, F. *et al*, (2010). *Defining and Defying Organized* (1ª Edição). New York: Routledge.
- Alta de Lisboa*. Acedido a 8 de março de 2021 em https://pt.wikipedia.org/wiki/Alta_de_Lisboa.
- Antunes, Gonçalo. (2015). *Da Musgueira à Alta de Lisboa, Recomposição Social e Urbana* (1ª Edição). Lisboa: Chiado Editora.
- Becker, H. S. (1963). *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. New York, The Free Press.
- Booth, Kenn. (2005). *Critical Security Studies and World Politics Boulder*. Lynne Rienner Publishers.
- Brantingham, P.J. & Faust, F.L. (1976). A conceptual model of crime Prevention. *Crime and Delinquency*.
- Caiado, Ricardo. (2013). *O sentimento de insegurança e a sua interação com a criminalidade*. Dissertação, Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa. Acedido a 19 de março de 2021 em <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/282/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Ricardo%20Caiado%2028JUN13.pdf>
- Cardoso, Pedro. (1993). *As Informações em Portugal. Nação e Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Carvalho, J.S. (2009). *Segurança Nacional e as Forças Armadas*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa.
- Carvalho, L., & Soares, P. (2018). Cooperação na luta contra o crime organizado transnacional. *Revista Projeção*, 9(1), pp. 90-102.

Castro, Bruno. (2019). *Cooperação policial internacional e o combate ao crime organizado transnacional*. Dissertação, Mestrado Integrado em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa. Acedido a 20 de abril de 2021 em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/30389/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20-%20INSTITUTO%20SUPERIOR%20DE%20CI%C3%84NCIAS%20POLICIAIS%20E%20SEGURAN%C3%87A%20INTERNA%20-%20final.pdf>

Constituição da República Portuguesa. (2020). Porto Editora.

Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional. (2000). Acedido a 15 de março de 2021 em https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao_nu_criminalidade_organizada_transnacional.pdf

Costa, Mário Júlio de Almeida. (2000). *Direito das Obrigações* (3ª Edição). Coimbra: Editora Almedina.

Cunha, Danilo. (2014). *Criminalidade Organizada: antigos padrões, novos agentes e tecnologias*. Ponto Urbe. Acedido em 25 de março de 2021 em <https://journals.openedition.org/pontourbe/1752#bibliography>

Cusson, Maurice. (2011). *Criminologia* (3ª Edição). Casa das letras.

Davin, João. (2007). *A Criminalidade Organizada Transnacional, A Cooperação Judiciária e Policial na EU* (2ª Edição). Sine loco. Editora Almedina.

Dias, Mário Gomes. (2005). *Segurança Interna*. In *II Colóquio de Segurança Interna*. Coimbra: Editora Almedina.

Dicionário de Língua Portuguesa. Porto Editora. Acedido a 4 de abril de 2021 em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/gueto>

- Elias, L. (2008). A gestão da prevenção criminal. In M.M. G. Valente, M.T.P. Martins (Coord.), *Estudos de homenagem ao professor doutor Arthur Anselmo*. Coimbra, Portugal: Edições Almedina.
- Elias, L. (2011). *Segurança na Contemporaneidade – Internacionalização e Comunitarização*. Tese. Doutoramento em Ciência Política – Políticas Públicas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Acedido a 10 de março de 2021 em <https://run.unl.pt/bitstream/10362/14011/1/doutoramento%20Luis%20Elias%20Seguran%C3%A7a%20Contemporaneidade.pdf>
- Felizardo, T. (2012). *Policiamento e prevenção da criminalidade em bairros problemáticos*. Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Ciências Militares, Academia Militar, Lisboa. Acedido a 9 de março de 2021 em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/8603/1/656%20Felizardo%20-%20Policiamento%20e%20Preven%C3%A7%C3%A3o%20da%20Criminalidade%20em%20Bairros%20Problem%C3%A1ticos.pdf>
- Felson, M., & Cohen, L. E. (1980). *Human Ecology and Crime: A Routine Activity Approach*.
- Fernandes, L. F. (2014). *Intelligence e Segurança Interna*. Lisboa: ISCPSI.
- Figueiredo Dias, Jorge. (2001). *Temas básicos da doutrina penal: sobre os fundamentos da doutrina penal sobre a doutrina geral do crime*. Coimbra editora.
- Fraga, Luís Alves de. (2001). *Reflexões sobre o mundo atual, Problemas sociais contemporâneos* (1ª Edição). Porto: Campo das Letras.
- Freixo, M. (2011). *Metodologia Científica: Fundamento, Métodos e técnicas* (3ª Edição). Lisboa: Instituto Piaget.

Gabinete do Secretário-Geral. *Relatório Anual de Segurança Interna 2020*.
Acedido a 18 de maio de 2021 em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAABAAzNDQ1NAUABR26oAUAAAA%3D>

Gabinete do Secretário-Geral. *Relatório Anual de Segurança Interna 2019*.
Acedido a 7 de maio de 2021 em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAABAAzNDA0sAAAQJ%2BleAUAAAA%3D>

Gebalis. (2021). *Zona Norte Ocidental*. Acedido a 18 de março de 2021 em <https://www.gebalis.pt/moradores/OmeuBairro/DadosdeBairro/Paginas/Zona-Norte-Ocidental.aspx>

Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (5ª edição) São Paulo: Atlas.

Guarda Nacional Republicana. *O Policiamento Comunitário e os Programas Especiais da GNR*. Acedido a 9 de junho de 2021 em https://www.gnr.pt/ProgEsp_main.aspx

Guedes Valente, Manuel. (2004). *Dos órgãos de Polícia Criminal – Natureza; Intervenção; Cooperação*. Lisboa: Editora Almedina.

Katane, D. (2002). *Police, Population et Quartiers. Une Sémantique à Questionner*. Les Cahiers de la Sécurité Intérieure – Quartiers Sensibles Ici et Ailleurs

Lenzi, T. (2021), Significado de Teoria do Crime.

Malheiros, et al. (2007). *Espaços e expressões de conflito e tensão entre autóctones, minorias migrantes e não migrantes na Área Metropolitana de Lisboa*. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Maslow. A. (1943). *A Theory of Human Motivation*. Acedido a 19 de março de 2021 em

https://www.academia.edu/9415670/A_Theory_of_Human_Motivation_Abraham_H_Maslow_Psychological_Review_Vol_50_No_4_July_1943

Medeiros, Rúben Manuel Martins de. (2001). *Estudo Exploratório das Informações na PSP*. Lisboa: ISCPSI.

Miranda, Jorge. (1994). A Ordem Pública e os Direitos Fundamentais. *Revista da Polícia Portuguesa*, 1(88), p. 5.

Natarajan, M. (2011). *International Crime and Justice*. Cambridge: CUP.

National Crime Prevention Council. (2021). *Crime Prevention Basics*. Acedido a 12 de junho de 2021 em <https://www.morgantonncc.gov/index.php/component/jdownloads/send/11-crime-prevention/32-crime-prevention-101-basics>

Oliveira, J. F. (2006) *As políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento*. Coimbra: Almedina.

Pais, L. G., Felgueiras, S., Rodrigues, A., Santos, J., & Varela, T. (2014). Protesto político e atividade policial: A perceção dos media. Acedido a 26 de novembro de 2021 em http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_216_a02.pdf

Pereira, E. (2014). *Investigação, Verdade e Justiça: A investigação como ciência na lógica do Estado de Direito*. Porto Alegre: Núria Fabris.

Polícia de Segurança Pública. *Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade*. Acedido a 6 de junho de 2021 em <https://www.psp.pt/Pages/atividades/MIPP.aspx>

Procuradoria-geral Distrital de Lisboa [PGDL] (2019). Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro: Medidas de Combate à Criminalidade Organizada. *Diário da República*. Acedido a 6 de abril de 2021 em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=147&tabela=leis&so_miolo=

Procuradoria-geral Distrital de Lisboa [PGDL] (2019). Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto: Lei de Segurança Interna. *Diário da República*. Acedido a 5 de abril de 2021 em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1012&tabela=leis&nversao=%20lei

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa [PGDL] (2020). Decreto de Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro: Código de Processo Penal. *Diário da República*. Acedido a 23 de março em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=199&tabela=leis

Ratcliffe, J. (2008). *Intelligence-led policing*. Cullompton.

Rodrigues, C. & Oliveira V. (2012). Medo de crime, integração social e desordem: Uma análise da sensação de insegurança e do risco percebido na capital de Minas Gerais. *Teoria & Sociedade*. 156-184. Acedido a 2 de abril de 2021 em https://www.academia.edu/39350904/MEDO_DE_CRIME_INTEGRA%C3%87%C3%83O_SOCIAL_E_DESORDEM_UMA_ANALISE_DA_SENSA%C3%87%C3%83O_DE_INSEGURAN%C3%87A_E_DO_RISCO_PERCEBIDO_NA_CAPITAL_DE_MINAS_GERAIS

Saunders, M. (2019). Research Methods for Business Students”. Acedido a 22 de novembro de 2021 em https://www.researchgate.net/publication/330760964_Research_Methods_for_Business_Students_Chapter_4_Understanding_research_philosophy_and_approaches_to_theory_development

Sousa Brito, Ana Bárbara (2019). *Apontamentos sobre Teoria do Crime*. Universidade Nova de Lisboa.

Sousa, F *et al.* (2014). A ameaça do Crime Organizado Transnacional em Portugal. *Revista de Ciências Militares*. 2(1), pp. 13-19.

Taranta, Â. (2008). Conceito de Ordem Pública e bons costumes nos contratos. *Verbo Jurídico*. Acedido a 24 de abril de 2021 em https://www.verbojuridico.net/doutrina/civil/civil_ordempublicabonscostumes.pdf.

Tavares, G. (2013). *Proximidade Policial nos bairros problemáticos: Repercussões efetivas na comunidade*. Dissertação, Mestrado Integrado em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa. Acedido a 5 de abril de 2021 em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/32238/1/Tavares.pdf>

Torres, J. (2005). *A investigação Criminal na PSP: O Modelo Actual e Perspetivas de Evolução ao Encontro do Conceito de Polícia Técnica de Proximidade*. Curso de Direção e Estratégia Policial. Lisboa: ISCPSI.

Tratado da União Europeia. (2007). Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho de 24 de outubro de 2008 relativa à luta contra a criminalidade organizada. *Jornal da União Europeia*. 42-45. Acedido a 9 de março de 2021 em https://www.cmvm.pt/pt/CMVM/branqueamento/Documents/DECIS%C3%83O-QUADRO%202008_841.pdf

United Nations Office on Drugs and Crime. Acedido a 27 de março de 2021 em <https://www.unodc.org/>

Wacquant, L. (2004). What is a ghetto? Building a sociological concept. *Revista de Sociologia e Política*, 23. Acedido a 20 de março de 2021 em <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/RLVYZrzFXcfYpvmGn8r76zK/?lang=pt>

Wilson, James Q., & Kelling George L. (1982). The Police and Neighborhood Safety. *Broken Windows*. Acedido a 13 de junho de 2021 em

https://media4.manhattan-institute.org/pdf/_atlantic_monthly-broken_windows.pdf

APÊNDICES

LISTA DE APÊNDICES

- Apêndice A1** - Entrevista n.º 1
- Apêndice A2** - Entrevista n.º 2
- Apêndice A3** - Entrevista n.º 3
- Apêndice A4** - Entrevista n.º 4
- Apêndice A5** - Entrevista n.º 5
- Apêndice A6** - Entrevista n.º 6
- Apêndice A7** - Questionário “Delinquência Juvenil”
- Apêndice A8** - Questionário “O sentimento de (in)segurança”

Entrevistas:

- **Apêndice A1 - Entrevista n.º 1**

Caracterização do entrevistado:

NOME: Luís Silva Gonçalves

GÉNERO: Masculino

FUNÇÃO: Comissário da Polícia de Segurança Pública

1. Como considera, em poucas palavras, o ambiente vivido no BCV (Bairro da Cruz Vermelha)?

O ambiente no BCV, em traços gerais, caracteriza-se como sendo calmo, no entanto altamente inconstante e volátil, na medida em que qualquer ação (quer policial quer por quezílias da população) é tendente à verificação de desordens e atitudes violentas.

2. Quais os problemas sociais do BCV?

No BCV constata-se que grande parte da população está desempregada e a auferir rendimentos sociais.

Outro grande problema social deve-se à aliteracia e a aversão patente da população no ensino (facto comprovado pelo ranking dos estabelecimentos de ensino do território).

Acrescenta-se ainda o facto da política de realojamento social que existiu (e persiste) não ser a mais adequada.

3. Quais os problemas criminais do BCV?

O principal foco de criminalidade do BCV está relacionado com o estupefaciente.

O tráfico e consumos de substâncias psicotrópicas faz parte do quotidiano diário do BCV e das intervenções policiais que ocorrem no território.

O consumo de estupefacientes gera também a ocorrência de crimes conexos, nomeadamente crimes contra as pessoas e contra a propriedade, por forma a conseguir numerário e produtos para aquisição de estupefacientes, verificam-se assim a existência de roubos, agressões e furtos (em viaturas, residências, garagens/arrecadações e estabelecimentos comerciais).

4. Qual o grau de hostilidade da população do BCV para com a PSP? A que se deve?

Existe uma grande hostilidade da população do BCV para com a PSP.

É patente um forte sentimento bairrista, em que a população se une contra as intervenções policiais.

Essas intervenções passam por impedir a efetivação de abordagens e detenções, cercando os profissionais da PSP, havendo registos vários de situações de agressões aos mesmos e tentativas de invasão à esquadra.

O sentimento bairrista advém do histórico e origem do BCV (o BCV é o resultado da fusão da Musgueira norte e sul), onde o problema de estupefaciente (tráfico e consumo) sempre existiu, havendo a proteção da população.

5. Como caracteriza as pessoas responsáveis pela maioria dos distúrbios causados no BCV?

Em traços gerais, as pessoas responsáveis pelos distúrbios são aquelas que se dedicam ao tráfico de estupefacientes, nas suas várias vertentes – vendedor, responsável pelo dinheiro e “vigia” – e os familiares e amigos desses.

No entanto, tal como referido, o sentimento bairrista que une até aqueles que são inimigos dentro do BCV, compele a que todos aqueles que estão no BCV se unam contra a intervenção da PSP.

Em sùmula, não podemos caracterizar e afirmar que apenas as pessoas que se dedicam a ilícitos criminais são as responsáveis pelos distúrbios, mas sim a maioria da população do BCV, que passa a maior parte do tempo no território, devido a não possuírem qualquer atividade profissional.

6. Como é que a PSP efetiva a manutenção da ordem e tranquilidades públicas no BCV?

O policiamento implementado no BCV, à semelhança de qualquer outro território a cargo da PSP, prima pelo policiamento preventivo.

No entanto, fruto das características próprias e únicas do BCV, e sendo uma Zona Urbana Sensível, sempre que é necessária uma intervenção policial para reposição da manutenção da ordem e tranquilidade públicas, tal só é possível com dispositivo policial capaz de fazer face às vicissitudes criadas pela população, logo com recursos humanos suficientes e/ou específicos (p.e. Equipas de Intervenção Rápida, Equipas de Prevenção e Reação Imediata e, em última instância, meios da Unidade Especial de Polícia).

7. Que tipo de prevenção é efetuada por parte da PSP nas ZUS?

A prevenção efetuada pela PSP assenta na implementação de policiamento preventivo, orientado pelas informações recolhidas.

Tal permite orientar o policiamento para locais de maior índice criminal.

Para a concretização de um policiamento preventivo eficaz e eficiente, o trabalho desenvolvido na pesquisa e tratamento de informação é essencial, nomeadamente pelas equipas afetas ao MIPP (recolha de informação local) e por outras valências e serviços específicos da PSP.

8. Como é feita a cooperação com outras instituições?

No BCV a cooperação interinstitucional reveste uma enorme importância.

A existência de grupos sociais e comunitários permite cruzar informações e partilhar preocupações do território.

Para concretizar essa partilha de informações decorrem diversas reuniões, permitindo dessa forma uma relação informal e resolução de problemas pontuais, sociais e criminais sem a carga burocrática (e tempo despendido) que teria se fosse feito pelos canais técnicos normais.

9. Portugal utiliza um modelo desajustado e ineficaz de realojamento social?

Na minha opinião, o modelo de realojamento social utilizado em grande parte do território é completamente desajustado.

O modelo implementado é propício à criação de “guetos”, na medida em que juntam população com características próprias e semelhantes num mesmo local.

Vejamos o exemplo do BCV. Criado (principalmente) com a junção da Musgueira Norte com a Musgueira Sul, locais onde já existiam problemas sociais e problemas criminais graves.

A política e opção de juntar a população num só local, torna quase impossível qualquer intervenção de natural social para uma correta integração da população na sociedade.

Da mesma forma intensifica o sentimento bairrista e a união da população contra qualquer elemento externo à mesma, onde se inclui a PSP.

10. Quais as dificuldades que as forças de segurança, nomeadamente PSP, encontram ao intervir nas ZUS em geral, e no BCV em particular?

As Zonas Urbanas Sensíveis são locais de difícil intervenção policial essencialmente por força da população.

O sentimento de aversão e conseqüente clima de confrontação com a autoridade fazem parte de toda e qualquer intervenção policial.

No caso particular do BCV, além do já referido que é transversal a todas as ZUS, acresce o facto da arquitetura do bairro representar uma vicissitude acrescida na actuação policial.

Existem muitos pontos negros criados pela arquitetura do bairro, impossibilitando a detecção de incivildades e ilícitos criminais, dificultando a intervenção policial, criando ainda situações de perigo para os profissionais da PSP (pontos de vigilância à PSP, arremesso de objetos, pontos de fuga e esconderijos).

11. Como se efetiva o MIPP (Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade) no BCV?

O MIPP no BCV é algo de difícil implementação.

Um dos pilares do MIPP e pontos fulcrais para o seu funcionamento assenta na construção de elos de confiança entre a população e a PSP (representados pelos profissionais afetos ao MIPP).

Atento ao clima de constante desconfiança e aversão à PSP tal é difícil de conquistar.

Apesar de a maioria da população ser adversa à presença da PSP, existem pessoas que tentam colaborar e estreitar laços.

A maior dificuldade assenta no medo de represálias. O ser visto a falar com a PSP ou a entrar na esquadra tem consequências internas. Essas pessoas são rotuladas de “chibos” e traidores, sofrendo inclusive agressões.

A título meramente exemplificativo e que demonstra claramente esse medo de represálias, constávamos que até para efetivar denúncias e pequenas participações, alguns moradores do BCV deslocavam-se a outras esquadras para não serem vistos pelos pares.

12. O MIPP visa uma ampliação da actuação policial em articulação e colaboração direta com a comunidade, no âmbito da resolução da pequena e média criminalidade, na prevenção de crimes e incivildades, causadores de desconforto e do sentimento de menor segurança da população. Considera que se tem efetivado o desenvolvimento das relações com a comunidade do BCV? As forças de segurança têm conseguido combater, seguindo as diretivas deste programa, de forma mais eficaz a pequena e média criminalidade?

Não obstante as dificuldades de implementação e criação de elos com a população, o MIPP tem conseguido florescer e granjear a confiança da população através dos contactos efetuados em sede de reuniões interinstitucionais.

Esse contacto permitiu conquistar a confiança da população representada pelas instituições, logo uma maior partilha de informação e preocupações.

A recolha e tratamento dessa informação, com contactos locais e personalizados (caso a caso), permite um policiamento direcionado e diminuição da ocorrência de ilícitos e incivildades que contribuem para o incremento do sentimento de segurança.

13. Desde a implementação das equipas do Programa Escola Segura (EPES), considera que estas são fundamentais para garantir a segurança e vigilância nas

áreas escolares, prevenção da delinquência juvenil e deteção de problemas que possam interferir na vida dos cidadãos?

Mais importante que garantir a segurança e vigilância de áreas escolares, a EPES tem contribuído imenso na consciencialização dos mais jovens e no estreitar dos laços de confiança com a PSP.

Em estabelecimentos escolares de ZUS, a EPES através da sua presença constante, acções de sensibilização e formações temáticas, tem permitido “educar” os jovens, sensibilizar para comportamentos de risco e criminais, bem como contrariar a ideia predefinida e transmitida (seio familiar e de bairro) que a PSP é o “inimigo”.

14. Considera o papel de vigilância das EPAV (Equipas de Proximidade e Apoio à vítima), como preventoras da violência doméstica, apoio às vítimas de crime e acompanhamento pós-vitimação, como fundamental para manter a segurança e o bem-estar da população do BCV?

Da experiência que tive no BCV, no que diz respeito a acções levadas a cabo pela EPAV, só se verificava sucesso nas acções de pós-vitimação, e consequente prevenção, de crimes de violência doméstica.

O acompanhamento e contactos efetuados com as vítimas e agressores, fazia com que houvesse uma diminuição de ocorrência de episódios de violência em cada caso concreto.

Verificava-se que existia uma consciencialização das consequências do comportamento adotado.

15. O policiamento de proximidade/comunitário são uma estratégia sólida no combate a criminalidade organizada nas ZUS em geral, e no BCV em particular?

Acredito que sim.

A insistência e persistência fazem parte do MIPP, e apenas persistindo na presença e proximidade será possível conseguir criar laços de confiança e integração da PSP na comunidade.

No BCV, conseguindo esse objetivo, deixaremos de ser considerados como um corpo estranho na comunidade, conseguindo demonstrar que o combate à criminalidade é responsabilidade de todos e é para o objetivo comum de segurança da mesma.

Destruindo esses estereótipos, a população deixará de ter medo das represálias de parte da comunidade, colaborando com a PSP no garante da segurança de todos, contribuindo assim para o combate aos focos criminais que tanta insegurança causa no BCV.

16. No que se baseia uma estratégia sólida no combate à criminalidade organizada nas ZUS?

Considero que é essencial para a estratégia de combate à criminalidade organizada nas ZUS a existência de um policiamento orientado pelas informações, aliado a uma forte componente preventiva com ocupação de terreno e construção de laços de confiança por intermédio do MIPP.

A ocupação de terreno com uma forte componente de policiamento preventivo e equipas MIPP, inviabiliza a existência de incivildades e ilícitos criminais, bem como combate a existência de “guetos” e o sentimento de bairro com hostilidade permanente para com as forças de segurança.

17. Qual o contributo das Zonas Urbanas Sensíveis para a criminalidade organizada?

As ZUS são zonas propícias à existência de criminalidade organizada uma vez que o local e população propiciam um sentimento de segurança e zona de conforto aos autores de crimes.

Esse sentimento de segurança advém da proteção que é dada aos mesmo, ao sentimento de bairro, pactos de silêncio e acções concertadas contra toda e qualquer actuação das forças de segurança que, conseqüentemente, transforma-se numa *safety zone* para aqueles que se dedicam ao cometimento de crimes.

18. Adotando uma perspectiva futura, quais considera serem as tendências do crime no bairro da Cruz Vermelha?

Com base numa análise aos 4 anos que estive no comando da Esquadra do bairro da Cruz Vermelha, e situação atual do referido bairro em que não se verificam alterações

aos problemas de gênese, considero que os problemas criminais tenderão a ser os mesmos, mormente o tráfico e consumo de estupefacientes, roubos e furtos variados, aliado aos crimes contra a autoridade pública devido à resistência aquando de intervenções policiais.

- **Apêndice A2- Entrevista n.º 2**

Caracterização do entrevistado:

NOME: Catarina Tomeno

GÉNERO: Feminino

FUNÇÃO: Comissário da Polícia de Segurança Pública

1. Como considera, em poucas palavras, o ambiente vivido no BCV (Bairro da Cruz Vermelha)?

O ambiente vivido no BCV é relativamente tranquilo, tendo, algumas vezes, situações de desordens ou conflitos rapidamente resolvidos com a intervenção da PSP. A par destas situações pontuais, está o tráfico de estupefacientes, disseminado em vários pontos do Bairro, e que faz de muitos moradores verdadeiros reféns de todo o processo, resultando em sentimento de insegurança.

2. Quais os problemas sociais do BCV?

Há problemas sociais facilmente identificáveis no BCV, nomeadamente, a propensão para enveredar pela vida do crime como forma de subsistência, em detrimento dos estudos e/ou trabalho legal, assim como a elevada hostilidade de muitos moradores para com a presença da polícia, porquanto é uma ameaça ao funcionamento dos seus esquemas criminosos.

O absentismo escolar é elevado e desde muito cedo os jovens do Bairro tendem a desenvolver atividades ilícitas para promover o seu sustento e adquirir bens, que de forma lícita seriam bem mais difíceis de alcançar.

Existe uma elevada disfuncionalidade familiar, resultando em menores de tenra idade entregues a si próprios, sem controlo nem rumo, em muito prejudicando o seu saudável desenvolvimento.

3. Quais os problemas criminais do BCV?

O maior flagelo criminal no BCV é, indubitavelmente, o tráfico de estupefacientes. Existem estruturas criminosas bastante complexas e organizadas que se dedicam ao tráfico de estupefacientes, usando o bairro como "mercado", existindo vários pontos de venda à porta e mesmo no interior de alguns prédios. A par disto, temos vários indivíduos residentes no Bairro que estão referenciados a diversos tipos de ilícitos, como furtos, roubos, burlas, recetação, violência doméstica e crimes contra a autoridade pública.

4. Como é que a PSP efetiva a manutenção da ordem e tranquilidades públicas no BCV?

Através de um policiamento frequente e ostensivo, com fiscalizações frequentes a pessoas, viaturas e estabelecimentos, para potenciar ao máximo a visibilidade da PSP. A par disto, o MIPP (Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade) tem uma missão importante na prevenção e resolução de conflitos através da recolha de informação que faz nas suas ações. A essa informação poderá fazer ativar recursos, sejam policiais, sejam de outras entidades, para fazer face às necessidades e problemas sociais detetados.

5. Como se efetiva o MIPP (Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade) no BCV?

O MIPP promove o acompanhamento das vítimas de violência doméstica, contacta com os cidadãos, recolhe informações, dá conselhos no âmbito da segurança e coordena com outras entidades a intervenção em algumas situações que mereçam atenção, do ponto de vista social e securitário.

6. O MIPP visa uma ampliação da actuação policial em articulação e colaboração direta com a comunidade, no âmbito da resolução da pequena e média criminalidade, na prevenção de crimes e incivildades, causadores de desconforto e do sentimento de menor segurança da população. Considera que se tem efetivado o desenvolvimento das relações com a comunidade do BCV? As forças de segurança têm conseguido combater, seguindo as diretivas deste programa, de forma mais eficaz a pequena e média criminalidade?

No BCV há muitos cidadãos que não se reveem nas atividades ilegais que no bairro têm lugar e querem colaborar com a polícia para diminuir o impacto negativo destas

atividades. O MIPP, por ter equipas fixas, desenvolve um trabalho consistente, contínuo e muito dedicado no bairro, o que faz estes cidadãos depositarem confiança na Polícia, mantendo-se, assim, uma estreita e quase permanente comunicação entre alguns membros da comunidade e a PSP. Dessa comunicação advêm informações úteis que permitem direccionar o policiamento, descobrir os autores de crimes, prevenir outros problemas e alimentar as informações policiais sobre certos assuntos.

7. Desde a implementação das equipas do Programa Escola Segura (EPES), considera que estas são fundamentais para garantir a segurança e vigilância nas áreas escolares, prevenção da delinquência juvenil e deteção de problemas que possam interferir na vida dos cidadãos?

As EPES, também integradas no policiamento de proximidade, assumem as mesmas características das equipas MIPP, porém, direccionadas para eventos escolares e assuntos relacionados. Mantemos a premissa do trabalho contínuo, de equipas fixas e procedimentos consolidados, o que permite conhecer muito bem os alunos e o seu agregado familiar, professores e diretores dos estabelecimentos de ensino, acompanhar situações de absentismo escolar, problemas comportamentais e, através dessa consistência, ganhar a confiança dos alunos e fazer parte da solução dos seus problemas. Conhecer as rotinas de cada escola ajuda igualmente a identificar possíveis ameaças à comunidade estudantil e possibilita a prevenção de crimes e incividades. Assim, considero um serviço policial indispensável para fomentar nos mais novos uma cultura de responsabilidade, ambição e respeito.

8. Considera o papel de vigilância das EPAV (Equipas de Proximidade e Apoio à vítima), como preventoras da violência doméstica, apoio às vítimas de crime e acompanhamento pós-vitimação, como fundamental para manter a segurança e o bem-estar da população do BCV?

O trabalho feito pelas EPAV no âmbito da violência doméstica é fulcral para devolver às vítimas algum conforto, protecção e apoio, até porque, não raras vezes, as vítimas não têm mais a quem recorrer para reencontrar o seu equilíbrio emocional e recuperar confiança para voltar a viver novamente. O acompanhamento pós-vitimização possibilita entender as necessidades das vítimas, registar o comportamento dos agressores e agir em ambos os sentidos: ora proteger a vítima, ora promover junto dos Tribunais medidas

relativamente ao próprio agressor, como apreensões, medidas de coação ou medidas de afastamento.

9. O policiamento de proximidade é uma estratégia sólida no combate a criminalidade organizada nas ZUS em geral, e no BCV em particular?

Como já referido, através do estreito relacionamento com alguns membros da comunidade, o MIPP consegue obter informações privilegiadas quanto ao Modus Operandi de alguns esquemas criminosos existentes nas ZUS. Por si só, o MIPP não consegue erradicar a criminalidade organizada atenta a sua complexidade operativa. Porém, e porque muito do trabalho policial de qualidade se faz através de informações, o MIPP revela-se uma ferramenta muito importante para a recolha de informações e transmissão de um sentimento de segurança e confiança fortes para com a população.

- **Apêndice A3 - Entrevista n.º 3**

Caracterização do entrevistado:

NOME: Constante Dias Rodrigues

GÉNERO: Masculino

FUNÇÃO: Coordenador de Serviço Mediateca do Bairro da Cruz Vermelha

1. Como considera, em poucas palavras, o ambiente vivido no BCV (Bairro da Cruz Vermelha)?

O BCV é um grande aglomerado urbano de realojamento de famílias que vieram nomeadamente grande parte da Musgueira Norte, porém, a realidade do BCV original era maioritariamente mais comunidade de origem africana enquanto que as “Musgueiras” eram maioritariamente comunidade “branca”. O realojamento considerável de famílias da Musgueira ali na zona geográfica do BCV veio alterar ligeiramente a configuração sociológica da comunidade, portanto, muitas vezes no BCV existe esta divisão, pois havia uma certa rivalidade, não só racial, como os bairros são muito apropriados da sua realidade como também questões ligadas ao tráfico e etc. Desta forma, a Cruz Vermelha possui uma grande quantidade de pessoas da ex Musgueira Norte e uma menor quantidade de pessoas da original Cruz Vermelha onde o núcleo habitacional vai ser em breve prazo demolido e as famílias vão ser realojadas. Relativamente à segurança no Bairro, nós sentimo-nos seguros no bairro, já temos um sentido de pertença, e muitas das pessoas conhecem-nos, eu aliás sinto-me eventualmente mais seguro no bairro do que fora do bairro. Por vezes, alguns jovens podem ter alguns comportamentos desviantes, pequenos roubos, pequenos furtos, etc, muitas vezes vão fazê-lo fora do bairro talvez ali mais para o lado do Lumiar do que propriamente aqui no bairro, o que é uma dimensão relevante. E depois também, pelo que é conhecido e afamado, existe tráfico nas ruas e estas onde existe tráfico também são muito vigiadas, são muito observadas, quere-se chegar ao cliente e este controlo feito pelas entidades responsáveis acaba por tornar o bairro mais seguro, no sentido em que não se vai fazer mal aos clientes que vêm de fora porque isso é mau para o

“business”, embora as pessoas quando vão a primeira vez ao bairro ou não estão tão familiarizadas, devido à fama sentem-se inseguras, sentem receio. Muitas vezes o que eu digo aos pais de jovens que vão à Mediateca inscrever os jovens novos principalmente para apoio escolar é que eles ali sinto que estão mais seguros do que se calhar pudessem estar no Lumiar, junto ao metro, etc, ou seja, não estamos livres mas eventualmente a probabilidade de sermos roubados no Lumiar é muito maior do que ali no bairro ao pé da instituição pois no geral toda a gente conhece toda a gente e toda a gente sabe e isso acaba por ser um fator de “segurança” ou de percepção de segurança.

2. Quais os problemas sociais do BCV?

Baixa escolaridade dos adultos, maioritariamente, que provoca empregos mais instáveis, precariedade no trabalho, trabalhos temporários, pouco especializados o que leva a muito desemprego. No passado havia muito abandono escolar, hoje em dia com a obrigatoriedade de estar na escola até aos 18 anos isso reduziu-se consideravelmente, embora, nem todos, ainda hoje não é uma garantia de que um jovem de 18 anos conclua o 9º ano, ou seja, hoje é mais raro, antigamente era muito comum e esses jovens que hoje têm 25/30 anos que não concluíram a escolaridade mínima, o 9º ano, vão ter dificuldades de inserção no mercado de trabalho ou vão ter trabalhos muito mal remunerados e precários e isso vai potenciar desemprego, falta de autonomia financeira, dificuldade de autonomização face aos pais e de adquirir casa e, conseqüentemente, a eventual procura de fontes alternativas como o tráfico, ou seja, todo este desfasamento de treino académico face às suas expectativas.

3. Quais os problemas criminais do BCV?

Aquilo que é por todos falado é a questão do tráfico (de drogas), uma atividade económica muito relevante e de sustento de muitas famílias e muitas vezes quase que uma inevitabilidade em algumas circunstâncias pois é um mercado há uma procura, tem alta rentabilidade e, portanto, essa é a dimensão. Na comunidade em si, há questões de violência doméstica, pequenos conflitos entre vizinhos etc, mas muitas vezes essas atividades ilícitas são feitas fora do bairro, nomeadamente os roubos, não dentro do bairro pois há muito maior probabilidade das pessoas saberem pois lá sabe-se tudo porque aquilo é uma aldeia, um bairro em que as pessoas estão muito na rua, vêm muita coisa. O tráfico é um processo permanente pois de facto as pessoas precisam de sobreviver, precisam de frutos de rendimento. Relativamente à vida de crime no bairro,

temos a perceção se compensa até estarmos no “ativo”, isto é, até sermos “apanhados”, porém aqui a questão é que às vezes não há alternativa, observa um jovem de 17, 18, 20 anos sem competências que não vai trabalhar a carregar caixotes pois não está para isso, não sabe acatar orientações, não tem disciplina pessoal, ao acordar e isto são ciclos que muitas vezes acontecem desde a infância, os pais não os acordam para ir para a escola, os próprios pais ficam a dormir sem hora para acordarem. Portanto há aqui esta questão nuclear da espinha dorsal que de facto destrutura muito os jovens de estarem a estudar 10, 15, 20 anos da sua vida e entrarem no mercado de trabalho. Mas como disse a malta precisa de viver, quer dinheiro, e depois são apanhados e isto é um negócio que tem uma carreira curta, no geral, é difícil aqueles que se mantêm no “business” intactos mais do que 5 anos, é muito, muito raro e, portanto, a malta “vai dentro” depois volta e depois “vai dentro” outra vez pois não existiram alternativas, é muito complexo. Mas pelo que tenho acesso e eles me contam, são reféns acabam por ficar presos a esta vida e depois não o sabem gozar (o dinheiro), não podem sair do “business”, isto é um mercado que é preciso estar “sempre em cima” não podem ir tirar, por exemplo, um mês de férias, por muitos LSD’s que comprem a certa altura já não cabe mais em casa (o dinheiro), é complexo isto, pois acaba por ser um mercado muito competitivo com fatores sempre externos, polícia, ladrões. Por isso também é preciso muita competência e sabedoria para se gerir um negócio e nomeadamente este e, de facto, nós vemos os filmes de “gangsters” e os erros que eles fazem são os erros que esta malta faz, a lavagem de dinheiro, o ter muito dinheiro e começar com os sinais exteriores de riqueza assim do nada e é uma questão de tempo até “levar uma martelada”, acaba por ser linear, exigente e é preciso muita disciplina.

4. Como caracteriza as pessoas responsáveis pela maioria dos distúrbios causados no BCV?

É mais do mesmo, as mesmas características, baixa escolaridade, não inserção no mercado de trabalho, falta de competências sociais, profissionais, emocionais, desocupação no geral.

5. Desde a implementação das equipas do Programa Escola Segura (EPES), considera que estas são fundamentais para garantir a segurança e vigilância nas áreas escolares, prevenção da delinquência juvenil e deteção de problemas que possam interferir na vida dos cidadãos?

Devido à experiência que tenho e as que conheço aqui mais próximas das escolas aqui da Cruz Vermelha e do Alto do Lumiar é de que o trabalho destas equipas é muito profícuo e positivo. Estão muitos presentes, os agentes são muito próximos, estão muito disponíveis e pelo que observo é um recurso muito importante para as escolas quando existem situações tensas e complexas, sejam com alunos, encarregados de educação, entre outros, as equipas são muito solicitadas, são muito rápidos. Os agentes que conheço e que vêm às reuniões de instituições são muito próximos e isso é um fator muito importante, procuram muito estabelecer relações de proximidade seja com a escola, professores, técnicos das associações e com os jovens e isso é um recurso muito importante, são sensíveis e têm uma perspetiva pedagógica, procuram prevenir, sensibilizar, procuram dar a imagem de um polícia que não é só sancionatório e repressivo mas também como um rosto conhecido que não só transmitem segurança mas para os jovens é muito importante um rosto familiar, que não atue só pela força mas pelo diálogo, pela compreensão, o que não quer dizer que não possa recorrer mas não é isso que é suposto em primeira instância, ou seja, uma abordagem diferente daquilo que possa ser “standard”. Se isto é causa para eles mudarem de mentalidade? Isto já é mais complexo, pois o jovem com abandono escolar, baixa escolaridade... não há milagres, isto não vai lá por perceber pois a malta percebe que aquilo (vida de crime) não é bom, mas mesmo assim as pessoas não têm alternativas ou não criaram alternativas, seja por responsabilidade própria. Por vezes isto acaba por ser uma inevitabilidade, ou a própria família vive disso e por muito que o jovem queira sair disso, é complexo. Muitas vezes estes crimes surgem como um “biscate”, vou levar ali um produto e recebo uns “trocós” e o perigo acaba por ser relativo, um dinheiro fácil, muitos jovens... é complexo, gostamos de ter uns ténis, um telemóvel. Tudo isto pois as mentes que não são treinadas, acabam por poder levar esta vida.

6. Considera o papel de vigilância das EPAV (Equipas de Proximidade e Apoio à vítima), como preventoras da violência doméstica, apoio às vítimas de crime e acompanhamento pós-vitimação, como fundamental para manter a segurança e o bem-estar da população do BCV?

Eu não acompanho o dia a dia nas esquadras, não acompanhamos todos os serviços, tudo o que existe e na questão dos jovens muitas vezes estas questões não estão tão presentes, mas, não estou familiarizado com estas equipas, não conheço a fundo o seu trabalho, não me consigo pronunciar sobre este assunto.

7. Possui a população jovem do Bairro da Cruz Vermelha características que a podem levar para uma vida de delinquência?

Relativamente aos jovens, hoje em dia cada vez menos, mas muita permanência na rua, que o covid-19 veio alterar, apesar de também estarmos em casa e termos menos visão da realidade. Os jovens hoje em dia estão mais por casa, há mais tecnologias que acaba por ser outro problema, outro desafio, mas de facto os jovens do bairro da Cruz Vermelha têm sim características que os podem levar a uma vida de crime, o eventual abandono ou insucesso escolar, algum absentismo, por vezes a falta de presença dos pais. Características de delinquência vários jovens poderão ter, o que não quer dizer que todos enveredem ou acabem nessa vida, mas muitos deles, os originais que vivem no Bairro da Cruz Vermelha, muitos deles têm essas características. Porém, há menos natalidade o que vai reduzir o número de jovens que leva a uma realidade social que está a mudar, nos últimos 10 anos tem mudado muito e está a melhorar porque cada vez mais os jovens se inserem em meio escolar e isso faz muita diferença. Mas para concluir existem estas características nos jovens com potencial de puderem ter acesso e enveredarem por caminhos de delinquência sempre de risco pois muitas vezes os processos não são estanques, “acaba-se a juventude acaba o risco”, não, esta instabilidade toda, falta de competência, de trabalho regular de não terem fontes de financiamento regulares é sempre um potencial para ou episodicamente ou permanentemente puderem estar em situações de limbos ou sobrevivência e isso aumenta muito o risco, ou seja, é necessária continuidade e visionamento, muitos jovens até podem arranjar um trabalho aos 18/20 anos estão a trabalhar 1/2 anos, não ficam como efetivos e então voltam outra vez ao processo, se não encontram trabalho imediato, a economia não está favorável, ou seja, estão sempre em situações de risco pois não criam família, não criam laços, não têm coisas para pagar, ou se têm ainda faz mais expressão. Uma situação muito sensível.

8. Como evoluiu, em termos de crime, a situação nas ZUS?

Não acho que seja nem mais nem menos. Muito do crime não acontece no bairro, o tráfico sim de facto e é permanente e estrutural à zona da Alta de Lisboa em vários pontos, uns com mais intensidade do que outros com menos, porém também soube através de parceiros de cá e outros polícias de crimes lá na zona, sequestros, extorsão, mas não estamos tão familiarizados com isso, crimes pesados, entre outros, eu até desconhecia quando fui informado. Mas também existem conflitos, desentendimentos,

discussões... agora a malta andar-se a roubar uns aos outros, até cooperaram para algumas coisas na vida do crime praticado fora do bairro. Existem rivalidades, de vez em quando há uma rixa, existem situações de vez em quando que ora movidas pelo tráfico ou outras situações pessoais mas há equilíbrio porque a malta se respeita, acaba por haver aqui um “equilíbrio de forças”, pelo menos visível e hoje o território acaba por estar mais partilhado e isso também dispersa de certo modo e o bairro acaba por ser um território que se começa a abrir à cidade, está a ser inundado pela cidade, a cidade está a chegar ao território, era quase uma aldeia, uma coisa aparte. Antigamente a perceção das pessoas era que não estavam em Lisboa, mas hoje em dia não, está a cidade a chegar e estão a ser engolidas pela cidade porque a construção à volta está a crescer imenso, há novos moradores, a população está-se a diluir.

9. Portugal utiliza um modelo desajustado e ineficaz de realojamento social?

A nível do país em geral é-me difícil pronunciar. Sobre o projeto “Alta de Lisboa”, há uns tempos numa conferência alguém dizia “O projeto “Alta de Lisboa” tem de obrigatoriamente correr bem” e porque? Na Europa, nos anos 60 quando começaram estes processos, depois da segunda guerra mundial, em grandes cidades europeias como Paris entre outros, existiram grandes massas de realojamento nos arredores da cidade, bairros e bairros, milhares e milhares de pessoas longe de tudo e que depois 20, 30 ou 40 anos depois foram e ainda hoje são um barril de pólvora porque há uma grande concentração de pessoas todas juntas, todas pobres, longe de tudo, completamente à margem de todos e que foram um bocado metidas “à balda” todas juntas. Mas e porque é que efetivamente o projeto “Alta de Lisboa” tem de obrigatoriamente correr bem? Porque do ponto de vista sociológico qual é a alternativa que nos resta? Ou seja, ou se faz só bairros de ricos e temos os condomínios e está tudo perfeito, ou se faz só bairros de pobres e já se percebeu que dá no crime, ou já se percebeu que se têm de procurar uma mistura que é um bocado o que a Alta de Lisboa procurou fazer o que não é virgem, a experiência dos Olivais, outra zona da cidade, onde houve uma heterogeneidade muito interessante e hoje em dia percebe que habitação social, municipal e percebe a população mais diferenciada mas que está muito diluída o que é um caso positivo no meu ponto de vista. A Alta de Lisboa teve esse propósito, só que houve um lapso, já admitido por muita gente que foi, no caso da Cruz Vermelha e da zona geográfica da Cruz Vermelha foi feito ali um gueto, até do ponto de vista urbanístico, se vir toda a Alta de Lisboa vão ser avenidas, toda geométrica, e aberto e nesta zona da Alta de Lisboa “não entra” um autocarro, o trabalho

policial é assim dificultado, ruas com uma saída e uma entrada e no caso do núcleo urbano e urbanístico da Cruz Vermelha foi um disparate autêntico, não só uma grande concentração de pessoas, face a outras que estão mais em “ilhas”, quando o projeto Alta de Lisboa estiver concluído vão estar muito mais diluídas, enquanto a Cruz Vermelha foi um aglomerado e mais do que isso fechado! Aquilo é uma ilha, é quase uma ilha de gauleses, não entram, não saem, não existem ruas a atravessarem, avenidas, passam à volta, aquilo é uma ilha que só perpetua o crime. Portanto, no caso da Cruz Vermelha foi feito esse erro arquitetónico, não só uma aglomeração de pessoas, mas uma aglomeração fechada. Não invalida que noutras áreas da Alta de Lisboa não existe tráfico, mas de facto existem mais ilhas, está mais disperso e se reduz bastante, a concentração de pessoas do mesmo estrato social se for positivo está tudo bem, se for negativo está tudo mal. Para concluir, não acho que o modelo de realojamento social seja desajustado, o modelo é positivo, não é perfeito, demora é muito tempo, agora houve ali no caso da Cruz Vermelha um equívoco ou um erro tremendo urbanístico, de projeção que hoje em dia é mais do que evidente e as próprias pessoas da SGAL, quem promove e implementa o projeto têm essa consciência e isso vai ser um problema durante um tempo. Este realojamento do bairro da Cruz Vermelha deste núcleo habitacional, acho que vai reduzir um pouco de pressão, vai diluir um bocado mais, todavia, isto são processos que demoram meio século, uma, duas, três gerações e enquanto não chegarem os novos moradores e continuar-se o aumento destes últimos anos do ritmo de construção de novas habitações para venda no mercado, isso ajuda a diluir, ajuda a criar oportunidades, ajuda a criar emprego, e ajudam a inserir estes núcleos urbanos socialmente desfavorecidos e marginalizados e sempre com situações muito fragilizadas e apesar das crises que tivemos, económicas, que atrasaram uma década, pelo menos, o processo, temos esperança que o projeto continue.

10. De que modo a mediateca pode ser considerada um lugar de prevenção para a delinquência juvenil?

Nós podemos considerar que é muito útil, mas os jovens podem não o considerar. No geral, nós Mediateca achamos que sim, que esta instituição pode ser um lugar de prevenção para a delinquência juvenil, que dentro do espaço mediateca procura-se que seja um espaço seguro, educativo, onde a lei da rua não impere, onde existam regras onde eles se adaptem às regras, onde eles procurem resolver os seus conflitos dialogando ou de uma forma mais construtiva do que agressiva e não pela lei do mais forte, mas com equilíbrio. Isto pode ser designado como prevenção primária da

toxicodependência e de comportamentos desviantes, pequenas coisas, assimilação de regras, respeito pelo outro, saber estar com o outro, porém sabemos também que eles no espaço mediateca são uma coisa e fora são outra. O nosso contributo é que eles tenham capacidade de se ajustar ao contexto, se forem capazes de se ajustar ao nosso contexto, saberem respeitar as regras, saberem estar, acreditamos que noutros contextos também vão ter essas capacidades e depois podem ter a liberdade de decidirem se o vão fazer ou não e de tomar consciência das consequências. Deste modo, a Mediateca acaba por ser um meio essencial, fundamental, mesmo que por vezes os jovens entrem na vida criminal, muitas vezes ter acesso a outros processos pode-lhes ajudar no processo de reflexão pois a vida é longa, mesmo que tenhamos feito um disparate, porém, por vezes o que ouvem em casa é precisamente o contrário, “Isto não tem mal nenhum!”, “Ninguém vos apanha!”, “São só uns “trocós”!”, ou seja, a própria família pode dar mensagens completamente distintas das nossas, nós estamos com eles uma hora ou duas por dia e a família está 15/20 horas e têm o seu exemplo e a sua prática, mais tarde o adulto pode tomar as decisões mais ou menos conscientes, agora isto é um processo permanente, nós queremos ser essa influência positiva, queremos trazer dimensões que puxem por eles e que os desafiem a fazerem mais pelas suas vidas mas tudo isto é um processo muito complexo. Por vezes, sabemos, às vezes, oficiosamente, que muitos deles têm comportamentos desviantes fora do contexto mediateca, mas a nossa intervenção no espaço é que eles procurem enquadrar e adquirir competências de estar. Estes contextos com população juvenil são muito complexos e desafiantes e nem toda a gente consegue extrair deles o comportamento desejado. Nós, no geral, não temos razões de queixa e quando há algum episódio também se resolve, eles sabem disso e também como gostam de lá estar comportam-se e procuram saber estar, isso faz toda a diferença, não é um espaço obrigatório, é um espaço que gostam, onde se divertem, onde estão os amigos e quando fazem algum disparate querem resolvê-lo depressa para poderem voltar e isso é importante.

11. Que características possui o Bairro da Cruz Vermelha para ser considerado uma Zona Urbana Sensível?

A pobreza, a baixa escolaridade, falta de emprego, serem bairros municipais, com origem de zonas degradadas, barracas que existiram antigamente e este investimento que a sociedade fez em habitação foi um upgrade muito grande. Muitas das famílias do bairro da Musgueira Norte dos anos 60 não vieram só de Alcântara, mas também das províncias, são pessoas humildes, honestas, que não tinha recursos para comprar uma

habitação em Lisboa. A questão da droga, começa a aparecer nos anos 70 e mais nos anos 80 e há famílias completamente estruturadas neste sentido. A habitação municipal trouxe uma qualidade de vida média de vida muito importante para as famílias, de dignidade e tudo mais, porém, claro que há famílias que aproveitaram ainda mais para se desenvolver mas há outras que estão ainda com ciclos de pobreza muito enraizados e que vai demorar mais tempo, como se fala nas ciências sociais relativamente ao fenómeno de pobreza, há ciclos de pobreza que se perpetuam, por questões intelectuais, às vezes pessoas com déficite intelectuais que depois têm filhos, estes ciclos que as pessoas depois não saem destes ciclos de dependência e estão sempre em meios muito disfuncionais e há ciclos que se quebram, neste caso através da educação ou através do trabalho, famílias estruturadas. Mas, de facto, são realidades sensíveis, que habitam em zonas urbanas sensíveis, com muitas famílias sensíveis e com situações muito frágeis e disfuncionais que potenciam uma acumulação e se o fizermos vamos ter muita gente junta, já quando se dilui e mistura, não se sente tanto, não marcam a agenda, de certo modo, não marcam o ritmo. Portanto, de facto, tem todas as características para ser considerada uma Zonas Urbana Sensível e, por exemplo, aqui na Alta de Lisboa, na zona da Cruz Vermelha que está muito ligada ao Lumiar, sente-se a cidade a chegar e sente-se tudo a acontecer à volta, mas quando se passa o “Parque Oeste” já se vive num marasmo, a cidade ainda vai demorar se calhar uns 5 anos a la chegar, ou seja, tão perto e tão longe. Os decisores políticos olham para aquilo que têm interesse onde estão os votantes ou o dinheiro e esta zona da cidade estava completamente excluída, completamente esquecida e agora que se começou a ser necessário urbanizar é que se começou a dar atenção e isto vai por fases. As pessoas também foram abandonadas muito tempo, no sentido de esquecidas, não investidas. O projeto “Alta de Lisboa” começa em 2000 mais grosseiramente, as barracas acabam em 2001, a última barraca da Musgueira a ser demolida foi em abril de 2001, só que tudo demora o seu tempo, enquadrar serviços, vias públicas, transportes, novos moradores, de facto, a cidade está a chegar aqui e na zona da Ameixoeira, relativamente perto, já vemos muita diferença, menos diluído, tem menos habitação.

12. O policiamento de proximidade e o policiamento comunitário são uma estratégia sólida no combate a criminalidade organizada nas ZUS em geral, e no BCV em particular?

A polícia municipal tem um projeto de policiamento comunitário e a PSP tem um projeto de policiamento de proximidade e isto são duas intervenções, daquilo que observo aqui,

ligeiramente diferentes ou até consideravelmente diferentes, com ideais semelhantes mais diferentes na sua forma de ação. Queria aqui realçar o excepcional projeto da polícia municipal, o policiamento comunitário, muito interessante, muito consistente, muito presente, onde os agentes estão muito próximos das pessoas e mais do que a prevenção da criminalidade temos a presença na utilidade das pessoas, na resolução do pequeno conflito, na mediação e no ser útil às pessoas dos seus problemas do dia a dia que não são só criminalidade, necessidades por vezes básicas, gestão do condomínio, questões funcionais, uma dimensão qualquer do lixo ou de higiene urbana ou uma situação escolar, por vezes são pequenas coisas onde os agente necessitam de autonomia pois muitas vezes as estruturas policiais são muito complexas, grandes e muito burocráticas em que ninguém pode fazer nada, não se podem mexer fora das “guidelines”, porém há que lembrar que estas comunidades são orgânicas, são vivas, não dá para aplicarmos sempre “guidelines”, são pessoas que necessitam de interação, inteligência emocional, relacionamento. O policiamento comunitário acaba por ser muito importante, fundamental esta proximidade com as comunidades, muito úteis na prevenção e na gestão do dia a dia, e é importante nestas comunidades que as autoridades marquem presença e que o espaço público não seja controlado por gangues ou por criminosos, mas esteja disponível para todos os cidadãos. O policiamento de proximidade, no que toca à infiltração de forças policiais no intuito de adquirir informação isso é uma visão muito repressiva do meu ponto de vista, mas se tivermos uma perspetiva de queremos fazer parte da comunidade, ser úteis, servir, promover a mesma, ser facilitadores na resolução de conflitos, isto é outra perspetiva, mais presente, a existência de atores e não só observadores, caminhar no meio das pessoas, participar nos eventos da comunidade. Isto são rostos e mais do que isso o que acontecia nestas comunidades, nas barracas era que o Estado e as forças de autoridade não estavam, ou seja, necessário garantir a presença de todos e não só de alguns, no espaço público, gerando confiança, segurança, o ir correr para o parque tranquilamente. Tudo isto é importante, mais do que coercivo, estar presente. Não existe apenas a necessidade de que as pessoas se “comportem bem”, queremos que as mesmas interajam, compreendam os processos, que se tratem bem, que se valorizem e que se desenvolvam pois não estamos aqui só para não transgredir a lei, estamos aqui para viver. Deste modo, como estratégia de combate ao crime, um pilar basilar, temos a educação. O estudar horas fio, durante anos, é preciso muita disciplina pessoal. Salienta aqui a questão das alternativas, que, desde muito cedo, lhes (aos jovens) são retiradas ou reduzidas e mais tarde sofre-se as consequências. Hoje em dia, jovens com

12º ano é de se notar a diferença, o “upgrade” emocional e intelectual relativamente aos que não o têm pois passam mais tempo nas escolas e acabam também por perceber as consequências negativas que a vida do crime pode trazer. Desta forma, sem dúvida que se torna aqui nuclear esta questão da educação, do acesso e permanência na educação, lutar para que os jovens tenham acesso a ambientes de educação, permaneçam no ambiente escolar, construam competências, porque pode ser inevitável, não é que eles (jovens) não percebam que é mau, que não tenham amigos que vão presos...mas nós sabemos isso, como sabemos que existem cancros no pulmão e fumamos, que se não fizermos exercícios físicos podemos ter problemas cardiovasculares mas mesmo assim muita gente evita fazer, todavia existem outras questões por trás que nos impelem a fazer o que é errado.

13. Adotando uma perspetiva futura, quais considera serem as tendências do crime no Bairro da Cruz Vermelha?

Nos próximos 10, 15, 20 anos, tenho dúvidas que a tendência do crime seja a de diminuir. O que penso é que é capaz de assumir roupagens ligeiramente diferentes, ou seja, nestes bairros há uma vantagem, é que tudo é feito muito “às claras” já se formos a outras zonas da cidade e mais urbanas, tudo é mais “refundido”, tudo é mais “incógnito”. Um dos propósitos da Mediateca quando foi criada em 1994 era tirar a malta da rua é tirar a malta de casa, temos os desafios das consolas, videojogos, maior interação virtual, tendo assim uma realidade mais urbana, os jovens não saem tanto a rua e, provavelmente, o crime poderá assumir uma versão mais urbana, não desaparece, mas reinventa-se roupagens e realidades mais camufladas e, eventualmente, mais complexas de identificar e combater. No fundo, com a inserção urbana, o crime vai-se diluir, as pessoas vão circular e assumir roupagens diferentes, não sei se mais controlado, mas penso que pudemos ter muita gente com cadastro, já a população juvenil vários têm pois estão muitos expostos a esta dimensão e todos se conhecem, e com indícios criminais o que não quer dizer que o cometam todo aqui. E, portanto, acho que daqui a 50 anos, a cidade vai estar aqui em plena e algumas gerações vão saindo, algumas estruturam-se e compram casa fora porque aqui não têm habitação e isso vai diluindo a população, todavia, demora o seu tempo.

- **Apêndice A4 - Entrevista n.º 4**

Caracterização do entrevistado:

NOME: Nuno Martins

GÉNERO: Masculino

FUNÇÃO: Engenheiro/Diretor de Projeto da SGAL da Alta de Lisboa

1. Como considera, em poucas palavras, o ambiente vivido no BCV (Bairro da Cruz Vermelha)?

Hoje é um bairro que está mais tranquilo independentemente de ter uma carga muito grande, cerca de 800 família residente faz com que seja um bairro onde há um aglomerado muito grande de pessoas realojadas em que o facto de ter sido sempre a história do tráfico de droga sempre existir neste bairro faz com que seja um bairro ainda problemático. Mas como disse está um bairro muito mais tranquilo fruto das diversas operações policiais musculadas que fizeram que como de repente o tráfico se reduzisse e a normalidade ao bairro vai chegando.

2. Quais os problemas sociais do BCV?

O realojamento clássico. Nós acreditamos que numa primeira fase de realojamento 30% das pessoas procuram efetivamente mudar de vida porque não se identificam com aquilo que era a história do bairro, aquilo que viram nos pais e nos avós e ingressam no mercado de trabalho, conseguem estudar porque têm hipótese e vão abrindo novos horizontes. O problema do realojamento está associado a não fazerem quase nada, a maior parte destas pessoas são quase como subsídio-dependentes e a partir daí entram naquilo que é o submundo. O submundo tem a ver com tudo, não só o tráfico ou crime, mas o pequeno negócio e faz com que de repente não haja novos horizontes para quererem sair. Hoje as coisas vão melhorando, nas terceiras gerações que estão a provar efetivamente a mudança de ciclo em que quase existe uma vergonha daquilo que era o passado dos avós, ou seja, não querem voltar, o voltar é algo remoto que os

envergonha. Existia muita gente que tinha um trabalho honesto, mas também outra muita gente que vivia do crime.

3. Quais os problemas criminais do BCV?

O mundo do crime aqui dentro nitidamente passa pelo tráfico de droga pesada, depois existem, naturalmente, problemas associados a outros consumos, álcool, adições também ligadas à violência doméstica, mas se formos a ver aquilo que realmente traz carga negativa e traz o crime para dentro deste bairro era sem dúvida nenhuma o tráfico das drogas pesadas principalmente a heroína e a cocaína que era feita a uma escala muito grande e isso, naturalmente, traria as piores pessoas para dentro do bairro afastando ou ainda tornando mais presas as pessoas do bairro porque não saíam à rua. Hoje é uma das coisas que conseguimos entender os ciclos de mudança dos bairros em função do tipo de pessoas que estão na rua, quando vemos pessoas mais idosas a sair à rua é porque as pessoas sentem-se novamente confortáveis e seguras, já quando os idosos desaparecem é porque a altura é musculada e os problemas estão a existir, percebe-se perfeitamente em todo lado onde andamos onde é que eles estão onde não estão, quem são e quem não são.

4. Como caracteriza as pessoas responsáveis pela maioria dos distúrbios causados no BCV?

A história deste tipo de bairros é quase como um bocado daquela hierarquia da prisão, os piores, os mais ruins são os que vão instruir a sua superioridade através do medo e existiam vários núcleos, por zonas existiam os líderes, da Musgueira Norte, os líderes da Musgueira Sul, em todos os aglomerados de barracas haviam líderes, e eram líderes porque detinham a posse do tráfico dessas zonas do território e outros tráficos de armas, tudo o que fosse ilícito aparecia aqui. Hoje em dia, há um ciclo novo, existe aqui uma comunidade que está a trazer grandes problemas para a questão das drogas que é a comunidade cigana, uma comunidade completamente anarca, o facto de se unir muito faz com que depois se torne muito difícil a atuação policial e a forma como se impõem perante os territórios. Esta área de Lisboa não tinha comunidade cigana e as vezes as migrações de determinadas pessoas para zonas de realojamento que não têm a ver com o território criam efetivamente, problemas ainda piores, quer do ponto de vista do realojamento e depois do problema da criminalidade.

5. Como é feita a cooperação com outras instituições?

Em grande parte das vezes funciona nitidamente com interesses/estratégias de cada um destes organismos. Existem interesses em termos operacionais, o interesse de deixar as coisas correrem para depois quando forem apanhados” serem em grande quantidade, não há um efeito preventivo, mas, por vezes, a ausência de prevenção e a deslocalização de comandos de esquadra fazem com que depois quando entram no comandante até haver novamente uma readaptação ao território as coisas continuam a “engordar”. A cooperação, hoje em dia, faz-se melhor, por exemplo, antigamente tínhamos a polícia municipal, que gostavam de “beber uns copos” e andar a passar multas aos ciganos e aos feirantes, hoje em dia, a polícia municipal mudou completamente o paradigma dentro da cidade, tem já a valência de trânsito também, o policiamento comunitário, uma polícia totalmente administrativa, mas muito mais presente. As polícias acabam por coabitar com a PSP, pois, por exemplo, o comandante da Polícia Municipal vem da escola da polícia, é PSP, e acabam por falar de “igual para igual”, acaba por ser algo muito natural, apenas quando se dão as mudanças de comandantes de esquadra é que naqueles primeiros tempos é diferente. Nós conseguimos instituir aqui um projeto piloto que é o policiamento comunitário, liderado pela PM a Polícia Militar em que acaba por fazer um policiamento de proximidade genuíno e verdadeiro porque as pessoas têm de perceber que quando a polícia chega não é a segurança pública, não é porque há crime, é preventivo e acabam por estabelecer um elo de ligação com a PSP e, assim, as coisas vão funcionando. Nós tivemos uma vez uma ação muito engraçada com o comissário Vítor Rodrigues, dos primeiros comandantes de esquadra em que só existia jovens, bandidos que partiam tudo e o sítio que apedrejavam mais era o Lar, um centro de idosos onde os próprios avós desses jovens lá estavam, ninguém percebia bem porquê, e, numa determinada altura, o comissário, junto de todos os agrupamentos escolares daqui disse “arranjem-me os piores elementos, alunos, mais bandidos que hajam aqui” e arranjaram fardas da PSP e durante dois dias os jovens andaram pelas ruas, completamente vestidos de polícia, a fazer uma ação preventiva, isto há uns 15 ou 16 anos atrás em que a polícia era algo que estava distante de poder ser falada dentro destas casas porque era um mundo em que eram considerados os maus que prendiam as pessoas, e havia ali uma mensagem interessante que era as fardas iam, as calças não tinham bainhas e era necessário fazer algo com o nome do polícia, isso eram uma incumbência da mãe ou do agregado familiar e eram interessante pois através dos jovens conseguiram chegar às famílias aquilo foi uma ação que, por vezes, podemos achar algo tonto mas a

mensagem passou e hoje jovens que estiveram naquela ação foram para a escola superior de polícia. E esta foi uma delas, existiram outras pequenas ações tomadas durante todo o tempo que foram invertendo aqui o ciclo, problemas e a ideia de que hoje a polícia continua a ser o “bicho mau” quando vêm as “ramonas” a chegar e sabem que vai haver uma operação musculada com a brigada de intervenção rápida, aí sabem que a coisa vai doer, mas já não é aquela ideia de que a polícia são uns bandidos, uns sacanas que só nos fazem mal e, acima de tudo estamos a falar de uma comunidade que a maior parte foi confrontada com alguém da família que já esteve preso também e são coisas que não querem que volte a acontecer.

6. Portugal utiliza um modelo desajustado e ineficaz de realojamento social?

O realojamento está mal feito, de uma forma geral, aqui tentámos criar um modelo que foi não tentar juntar e centralizar tudo e espalhar os realojamentos no intuito de não criar os famosos guetos, para que haja ali, efetivamente, um relacionamento social entre pessoas que vivem a sua vida do trabalho, que vão para os empregos, deixar os filhos à escola e criam outro tipo de realidades, outro tipo de convivências. O realojamento social, mesmo assim, não é bem feito porque muitas das vezes não prevê a preocupação efetiva do realojamento, este que efeito com base em números, existe um universo de tantos fogos de realojamento em Lisboa, que se precisarem de casa perguntasse quantas famílias são e vão, ou seja, não há aqui o cuidado de saber se é uma pessoa idosa, sabemos que o realojamento clássico ao fim do mês de estar a funcionar não há elevadores, então vamos colocar os idosos no rés do chão ou nos primeiro andares na pior das hipóteses para não os prender dentro de casa pois com o tempo eles não conseguem sair, o haver uma preocupação de tentar entender num determinado agrupamento de fogos qual é que é o perfil da população e que tipo de população é que se encaixa ali sem que crie, de repente, um choque e ruído nas pessoas que não têm um efeito ou não se identificam como convivência social, o caso da comunidade cigana que eu penso que essa teria de ser objeto de um tratamento completamente diferenciado e não integrado pois eles não têm integração possível porque é uma questão cultural e não abdicam dela mas talvez a solução fosse juntá-los e depois exigir deles, não é “eu por ser cigano posso partir e se partir não tenho de pagar nada e o desgraçado que é de raça branca ou negra, que trabalha, porque parte a seguir aparece-lhe uma multa e está desgraçado”, há protecionismo que não devem existir. Hoje, acredito cada vez mais que não existe qualquer tipo de preocupação do ponto de vista social, o realojamento é feito com base em números, saber se tem fogos

e se existir são colocados lá, sem mais nem menos. O BCV foi um erro de realojamento pois foram juntos dois bairros rivais, o bairro da Musgueira Norte com a Musgueira Sul, esta última tipicamente africana e a Musgueira Norte branca em que eram bairros totalmente rivais que foram juntos no mesmo bairro e depois o BCV foi chamado o “Kosovo” devido às guerras da ex-Jugoslávia e o que acontecia ali era parecido.

7. Desde a implementação das equipas do Programa Escola Segura (EPES), considera que estas são fundamentais para garantir a segurança e vigilância nas áreas escolares, prevenção da delinquência juvenil e deteção de problemas que possam interferir na vida dos cidadãos?

Nos aqui temos um conhecimento muito grande relativamente ao tema do policiamento comunitário, que é a polícia municipal a exercer essa função. É importante porque, no fundo, é um mecanismo de uma forma airosa que arranjam para que um professor que está numa escola destas possa ir trabalhar a achar que não lhe vai acontecer alguma coisa, porque a ameaça é constante, o insucesso escolar de uma criança é motivo para dizer que é culpa do professor, a ausência de educação da criança nunca é do pai, mas sim do professor porque a escola não educa, ou seja, criam aqui diversos problemas graves. A Escola Segura, trouxe a polícia para o seio da escola e ali há um bom respeito, alguém fardado, que tem uma pistola à cintura, e eles sabem perfeitamente nos bairros quem é quem. Para polícia municipal falam de uma determinada maneira porque sabem que atuam de uma determinada maneira e que estão limitados à sua atuação, já se é PSP ou Escola Segura, é um organismo de segurança pública que a atuação pode ser imediata, então há outro tipo de respeito. Todavia, para estas coisas resultares é necessário um planeamento grande, têm de ser identificadas as escolas que têm uma massa de alunos mais críticos e problemáticos e que vêm desse tipo de famílias também.

8. Considera o papel de vigilância das EPAV (Equipas de Proximidade e Apoio à vítima), como preventoras da violência doméstica, apoio às vítimas de crime e acompanhamento pós-vitimação, como fundamental para manter a segurança e o bem-estar da população do BCV?

Penso que seja fundamental o policiamento de proximidade, mas este policiamento de proximidade é feito em duas vertentes, liderado pela polícia municipal como um projeto

piloto relativamente à aproximação das unidades de polícia aos bairros e depois quando as coisas se complicavam, então há à presença da PSP. É fundamental em todas as valências porque depende também muito do perfil de cada elemento que integra esse policiamento comunitário porque eles também se impõem no bairro através da proximidade e do conhecimento dos problemas críticos e aí acabam por ser preventivos e as pessoas sentem-se protegidas ou amedrontadas para tomar certo tipo de atitudes porque sabem que as consequências estão ali, é óbvio que este policiamento comunitário integra as abordagens que são feitas a diversos níveis, dentro dos centros de dia com os mais velhos, junto da comunidade e da população escolar aquela que é mais problemática e depois, obviamente, vai chegando devagar a todas as casas quando são identificados os problemas mais complexos, atuando desde o auxílio a problemas sociais das pessoas que de repente não têm condições para pagar rendas e que são desalojados, em todas as valências apoiam estas pessoas, por exemplo, quando as casas estão cheias de animais tiram os animais dentro dessas casas e colocam em canis ou em zonas onde são apropriadas para que a convivência humana seja digna dentro dessas habitações. Portanto, existem diversas valências, é um trabalho árduo, diário, de consistência e persistência onde é fundamental que as equipas se encontrem vocacionadas para aquele tipo de trabalho para que o sucesso exista.

9. O policiamento de proximidade/comunitário é uma estratégia sólida no combate a criminalidade organizada nas ZUS em geral, e no BCV em particular?

No combate ao crime não é. É um policiamento diferente e é bom que ele seja lido como um policiamento diferente em que essa colagem nunca seja feita porque quando for feita eles são identificados como polícias e o trabalho deles passa a não existir e não poder existir dentro destes bairros. Não é uma estratégia sólida na prevenção, apesar de poder ser utilizado para ser aproximar muito dos jovens e aí sem dúvida é preventivo porque lhes traz novos horizontes e outras perspetivas de vidas. Todavia, é bom que não tenha interferência nisso porque se tiver é porque as coisas já se estão a misturar e então a partir daí as coisas não estão a funcionar e vão continuar a jogar ao “gato e ao rato”. Portanto, que nunca seja lido pela comunidade que uma coisa implique a outra porque senão acaba tudo e acabam por lhes dificultar a entrada dentro do bairro a todos os níveis e a aproximação torna-se impossível.

10. No que se baseia uma estratégia sólida no combate à criminalidade organizada nas ZUS?

Sem dúvida alguma tem de passar por uma estratégia global em que tem de haver uma cooperação muito grande entre os diversos organismos. Acima de tudo, a resolução destes problemas de criminalidade só resulta se houver efetivamente vontade e a coragem da mudança e através de dificultar o tráfico se tiver de ser dificultado pois sabemos onde ele acontece, se ele está a existir num determinado lugar porque é que continua? Se realmente quisermos prevenir temos de combater-lo aí mesmo. Portanto cooperação e mais operações musculadas pois essas muitas das vezes é que fazem a diferença. Isto é um tipo de guerra, de “braço de ferro” em que alguém vai ter de perder esta guerra, e só se ganha numa questão de insistência, se formos persistentes diariamente a fazer isto, as pessoas vão chegar a um ponto que dizem “Já chega” e acabam por ir para outro sítio. Essa é outra questão que se coloca, será que por vezes estamos a resolver o problema ou a deslocar o mesmo? Aí teria de ser feita uma investigação para saber para onde vai o problema e resolvê-lo mesmo antes de se tornar avassalador na área, sabermos que quando a situação do tráfico no Casal Ventoso está fraco é porque aqui fica forte, ou na Serafina, quando o Casal Ventoso começa a ficar forte é porque aqui está fraco, ou seja, vamos sentindo, de alguma forma, os lugares pois sabemos onde eles são. Se quisermos resolver o consumo temos de tratar o toxicodependente a sério. Desta forma, uma cooperação entre os organismos e principalmente as diversas organizações policiais. Depois, a dúvida que existe é em relação a quem deveria comandar operações destas, alguém com formação do exército ou de polícia? Ambos, talvez, a polícia de uma forma mais cirúrgica e o exército de uma forma mais musculada, mas da experiência que tenho aqui no BCV a musculada resulta melhor, as pessoas infelizmente não percebem a linguagem cirúrgica, não vão entender a linguagem de uma proximidade que não vai resultar é o “está bem, está bem, e volta ao mesmo”.

11. Qual o contributo das Zonas Urbanas Sensíveis para a criminalidade organizada?

Aqui, a nível de criminalidade, quando estive numa altura em que o tráfico de droga era efetivamente pesado tem um peso significativo. No geral, nas ZUS, tem sempre um peso elevadíssimo, porque, no fundo, estão a atrair as piores pessoas nos piores lugares, estão a juntar os piores, porque acabam por ir presos e quando voltam da prisão

não vão ser reinseridos e vai continuar a fazer o crime e levar o tipo de vida que levava e que o levou a ser preso ou ainda vai fazer pior porque, entretanto, perdeu o medo de esta preso. Existem depois, ciclos de vício completo e isso é alago que acaba por acontecer porque tem, efetivamente, uma carga extremamente negativa. Obviamente, ressaltar aqui determinados tipos de crime organizado que é o roubo, sequestro, tráfico de armas, de drogas, não se trata do crime do colarinho branco com certeza.

12. Adotando uma perspetiva futura, quais considera serem as tendências do crime no Bairro da Cruz Vermelha?

Neste momento, penso que existe uma tendência para diminuir, pelo enquadramento que já aqui falámos, houve aqui uma estratégia de mudança, a mudança passou também por um esforço nosso que como soma entidade privada que acaba por ser uma vantagem pois temos um contrato de parceria com a Câmara Municipal de Lisboa em que eles são nossos parceiros e conseguimos ajudar a que se tomem decisões e a fazerem tempo, determinado tipo de equipamentos, determinado tipo de construções, nomeadamente construções de novas esquadras, neste momento temos neste território nossos serviços de informação secreta o SIS, em que estão cerca de 700 elementos naquelas instalações, hoje em dia já temos um Regimento Sapador de Bombeiros, a divisão de trânsito também esta sediada dentro do nosso território que era a antiga esquadra de Santa Marta e que agora está aqui na Alta de Lisboa. No fundo, fomos tentando atrair sempre este tipo de organismos para aqui numa ótica de diminuição do crime. Portanto, efetivamente, existem diversos tipos de circunstâncias que nós podemos mudar e as mudanças imprimem-se pois os guetos, os bairros problemáticos, desaparecem com a chegada de pessoas novas, com a limpeza das ruas, com criar dignidade e criar zonas que não sejam mortas, que haja luz à noite, que haja conforto, as pessoas devem perceber que as cidades existem durante o dia e existem durante a noite e se não tivermos isto em consideração estamos a abrir portas para o crime se apoderar de tudo.

- **Apêndice A5 - Entrevista n.º 5**

Caracterização do entrevistado:

NOME: Elisa Rocha

GÉNERO: Feminino

FUNÇÃO: Vice-presidente do Conselho Administrativo, Subdiretora do Agrupamento de Escolas Professor Lindley Cintra

1. Como considera, em poucas palavras, o ambiente vivido no BCV (Bairro da Cruz Vermelha)?

É um ambiente diverso. Eu quando tirei o curso tinha 20 anos e com 23 comecei a dar aulas na antiga Musgueira Sul e também conhecia a zona da Musgueira Norte, hoje em dia já tenho 48 anos e o que penso ter existido naquela zona foi alguma mistura de população, uma população residente, antiga, que tinha outro perfil e outra população que veio juntar-se naquela zona e que considero ter vindo contribuir para que o ambiente não fosse tão bom quanto era, pois a população era substancialmente diferente e durante o tempo que dei aulas nunca tive problema algum, eram pessoas extremamente educadas e atentas às educações dos filhos, participantes na escola e de facto isso tem-se vindo a alterar e o que penso é que o ambiente, nos dias de hoje, por quem passa por lá, eu vivo lá e faço compras numa mercearia e o que eu vejo é basicamente, muita gente na rua e digo isto que não seria nada nefasto se não fosse muita gente sem fazer nada, muita gente com na rua com uma linguagem nem sempre adequada, com comportamentos cívicos de deitar lixo para o chão, sujidade, que não existiam antes. Volto a dizer penso que haja ali uma diferença entre a população que ali foi realojada e que não pertencia ao bairro e a população que era do bairro e ali tinha nascido, quer naquele quer nas Calvanas, ou seja, esta nova população alterou substancialmente o bairro, para pior. Os edifícios, sobretudo os novos que foram dados a população que la chegou, estão muito degradados, não são cuidadas pois temos direitos a receber, falo das habitações, como deveres para com a sociedade e de preservar a nossa casa como eu faço com a minha que a comprei. Mas de facto, muita gente encostada sem fazer nada, baixa empregabilidade que leva a que fiquem na rua o dia todo sem fazer nada. Relativamente a cenas de violência, roubos na rua, nunca assisti, vivo ali há muitos anos

e disto tiramos a ideia de que muitos desses crimes mais violentos são cometidos fora do bairro, mais para a zona do Lumiar, portanto, não possuo sentimento de insegurança quanto ao BCV. Por vezes vejo muitos jovens também alguns que eu conheço aqui da escola que têm comportamentos menos próprios. Outra questão é a sujidade nas ruas, ainda é deitado muito lixo da janela, é dada muita alimentação aos animais de forma imprópria o que contabiliza para um ambiente de um bairro menos cuidado.

2. Quais os problemas sociais do BCV?

A sociedade do BCV possui problemas sociais sim, a toxicodependência, por exemplo é dos quais podemos frisar mais, quem frequenta aquela zona apercebe-se de muita gente toxicodependente ali perto do novo Continente por detrás da Escola Dom José I embora essa parte também esteja a ficar diferente pois existem ali outros tipos de habitações, temos a nova esquadra que abriu, mas tirando isso a toxicodependência acaba por se relevar na zona do BCV.

3. Quais os problemas criminais do BCV?

De vez em quando assistimos a intervenções policiais no BCV e penso que existam pessoas com o perfil criminal, mas penso que sejam uma minoria em relação às restantes. A questão ali quase que caracterizadora do bairro é realmente o tráfico de droga, notou-se muito depois do realojamento da população do Casal Ventoso e acabou por se centrar ali muito tráfico, era algo que não se via no bairro originário, antes da Alta de Lisboa, acabando por ser algo dominante no BCV até aos dias de hoje.

4. Como caracteriza as pessoas responsáveis pela maioria dos distúrbios causados no BCV?

São sobretudo jovens que vejo, alguns deles ligados à toxicodependência até, mas nem todos. Uma parte da população que nós na escola contactamos, alguns pais, acabam por ter alguma responsabilidade nisto pois existe falta de apoio familiar no incentivo a uma educação escolar melhor. Os jovens acabam então por deixar de ter a noção de como abordar uma pessoa mais velha, como se deve entrar numa escola, como se deve colocar as questões, estas que são sempre postas de uma forma muito agressiva, muito culpabilizante do outro, muito à procura de quem é o responsável e muitas vezes não há limites para isso. Depois, estas redes sociais também contribuem para isso, para um ambiente menos atrativo para a comunidade no geral.

5. Como é feita a cooperação com outras instituições?

Nós cooperamos com a “Escola Segura”, essa que conhecem bem este tipo de bairros, nos aqui temos muitos jovens dessas zonas e que coopera connosco, faz um acompanhamento de proximidade efetivo e há aqui alunos de agregados familiares que acompanham desde muitos novos. Outra instituição que cooperamos muito é a “Raízes” sobretudo, a nível intervencional, uma instituição sem fins lucrativos que desenvolve projetos financiados nesta área social, possuímos mesmo um protocolo de cooperação com essa instituição.

6. Portugal utiliza um modelo desajustado e ineficaz de realojamento social?

Do que conheço relativamente à Alta de Lisboa, em termos de realojamento, não foi bem sucedido, a política de realojamento não foi bem sucedida, tentou-se misturar a população que residente com outra nova que adquiriu casa, com configuração exterior semelhante, mas não se conseguiu isso porque não se criaram nem equipamentos novos a nível escolar, de facto outras pessoas que ali vivem de outro nível social ou da classe média ou até classe média alta, não tem ali os filhos na escola e essa desejável mistura não se fez e continua a haver diferença entre quem é realojado e quem não é realojado e isso é notório. A política de realojamento falha quando não acompanha. Tinha de haver uma política de exigências porque não podemos receber uma casa e não cuidar dela e isso não tem a ver com o dinheiro que eu tenho, tem a ver com os hábitos que eu tenho, com aquilo que eu posso fazer à minha casa, com a utilização dos espaços comuns, dos elevadores, com a forma como eu vou despejas o lixo ou não, os ruídos nos prédios, conforme limpo zonas comuns, como é que eu trato nas entradas dos prédios, o que é que eu ponho nas varandas e isso faz-se com acompanhamento. Portanto, aquele realojamento e, no geral, todo o tipo de realojamentos desta categoria, deviam ter depois equipas, a GEBALIS parece que tem mas eu nunca as vi, que fizessem acompanhamento, que evitassem, por exemplo, que as pessoas pudessem não utilizar as garagens que é o que acontece hoje em dia nesses prédios, mas tinha de ser possível utilizar as garagens, portanto, acaba por ser um desperdício as garagens existirem e ninguém as utilizar, sei que esses espaços foram vedados pois começou a haver tráfico dentro das garagens, vendas ilícitas, etc, mas eu acho que esse realojamento tem de ser acompanhado e as pessoas têm de ser chamadas quando não cumprem, têm elas próprias de contribuir para arranjar e para manter as casas para daqui a um tempo, se destruírem tudo, as casas não existem e depois vamos dar novas

casas? Não, nós temos de saber preservar e as pessoas têm de se enquadrar e esse enquadramento não é feito e, portanto, a política de realojamento continua a não ser bem sucedida e dentro daquele bairro embora hajam zonas de realojamento e zonas sem ser realojadas na mesma área, elas continuam a ser distintas e isso percebe-se e não existem equipamentos como os centros de saúde, quer equipamentos escolares novos, a Dom José I tem uma série de anos encontra-se degradada, estavam previstas naquela zona da Alta de Lisboa a construção de equipamentos e serviços que nunca existiram.

7. Desde a implementação das equipas do Programa Escola Segura (EPES), considera que estas são fundamentais para garantir a segurança e vigilância nas áreas escolares, prevenção da delinquência juvenil e deteção de problemas que possam interferir na vida dos cidadãos?

Estas equipas foi uma das melhores criações que houve a nível dessa cooperação entre as escolas e as entidades policiais, são equipas estáveis que conhecem e criam relação com os alunos, professores e as direções das escolas e, de facto, estão muito presentes quer existam incidentes graves e são chamados quer com acções de prevenção que muitas vezes fazer quer nas salas de aula quer junto dos alunos com outro tipo de atividades, concursos, etc.

8. Considera o papel de vigilância das EPAV (Equipas de Proximidade e Apoio à vítima), como preventoras da violência doméstica, apoio às vítimas de crime e acompanhamento pós-vitimação, como fundamental para manter a segurança e o bem-estar da população do BCV?

Não tenho grande conhecimento dessas equipas, mas tenho conhecimento que os problemas a esse nível de violência são crescentes, quer violência no namoro, quer violência doméstica já em agregados familiares, quer outro tipo de violência a nível da internet, o cyberbullying e aquilo que tudo isso implica, e nas escolas sentimos que essas equipas são insuficientes, a intervenção não chega muito aqui e antigamente chegaram a existir assistentes sociais que trabalhavam connosco, um figura que era essencial nesses problemas crescentes e que não temos neste momento, nem psicóloga, nem assistente social.

9. O policiamento de proximidade/comunitário é uma estratégia sólida no combate a criminalidade organizada nas ZUS em geral, e no BCV em particular?

Penso que seja fundamental. A sua presença acaba por ser dissuasora e também a ligação que vão estabelecendo com as pessoas. Foi importante também a construção da nova esquadra naquela zona que certamente vai contribuir para que o ambiente no bairro melhore também.

10. No que se baseia uma estratégia sólida no combate à criminalidade organizada nas ZUS?

A estratégia de combate ao crime organizado nas ZUS tem de envolver esses intervenientes, tem de envolver as escolas pois muitas das coisas começam no seio escolar ou chegam às escolas, mesmo que não sejam alunos da escola são filhos, muitas vezes, desses agregados familiares onde existe esse crime organizado. Portanto, a escola tem aqui um papel fundamental na prevenção sobretudo e depois todas essas instituições que possam agir no bairro e que vão percebendo a forma como as coisas funcionam e que também as pessoas comecem a acreditar nessas instituições e claro, não só a polícia, mas todas essas organizações que existem sem fins lucrativos ou governamentais que possam fazer essa intervenção porque os bairros não podem deixar de ter sentimento de bairro e de ter essas associações recreativas que tinham das pessoas se juntarem e acaba por, certamente, fazer com que as gerações que aí vêm não continuem a perpetuar ou motivar esse crime organizado, mas, no fundo, tem de existir sempre uma aliança entre a polícia e as escolas e outras instituições que estão no terreno e, por exemplo, as autarquias que também têm uma grande importância nisto. Portanto, a educação é a base para o combate ao crime.

11. Qual o contributo das Zonas Urbanas Sensíveis para a criminalidade organizada?

Há contributo das pessoas de lá, mas, de facto, o crime não é praticado nos próprios bairros, mas sim fora.

12. Adotando uma perspetiva futura, quais considera serem as tendências do crime no Bairro da Cruz Vermelha?

A nível de perspetiva futura, o bairro está a mudar ligeiramente, a zona encontra-se mais qualificada, o facto de ter também outros equipamentos como supermercados, a esquadra, outras construções sem serem as de realojamento, também aquele jardim o “Parque Oeste” que foi construídos nas proximidades, os arruamentos, as pinturas que

fizeram nas paredes, nos murais, etc, nota-se que o bairro está melhor do que esteve há uns anos atrás e que a zona tem perspectivas para ficar melhor e o crime tem tendência a baixar pois cada vez assistimos mais a factores dissuasores disso mesmo.

- **Apêndice A6 - Entrevista n.º 6**

Caracterização do entrevistado:

NOME: Anónimo

GÉNERO: Anónimo

FUNÇÃO: Anónimo (ex-presidiário que Vive/viveu no bairro da Cruz Vermelha, com antecedentes criminais relativamente ao mesmo)

1. Como considera, em poucas palavras, o ambiente vivido no BCV (Bairro da Cruz Vermelha)?

É um ambiente tranquilo, mas em certos momentos passa de tranquilo para caótico devido ao tráfico de droga. Os mais jovens querem andar a brincar à vontade nas ruas e não podem porque sabem que ali há tráfico. Quando os polícias, fazendo o seu trabalho, acabam por “atrapalhar” o “movimento” e aí também se torna um ambiente mais complicado, é necessária a fuga e por vezes há problemas com a população mais velha que acabam por não levar a bem a maneira que se entre nos prédios durante essas fugas.

2. Quais os problemas sociais do BCV?

Existem problemas com o alcoolismo, moradores que são vendedores e consumidores e acabam por ser discriminados pois existe a ideia de que, em certos lugares, “se consumes não tens de estar no nosso meio”, pois existem doenças que depois podem ser transmitidas seja através do suor, sangue e eles estando perto da população acaba sempre por existir esse risco. Outro problema é o consumo de haxixe. As crianças crescem a verem isso e acabam por seguir essa via do “dinheiro fácil” e também acaba por isso ser uma das únicas maneiras que têm de se “fazer à vida”.

3. Quais os problemas criminais do BCV?

O mais conhecido é o tráfico de droga. Existe também branqueamento de capitais, pois existem pessoas que acabam por ter o seu negócio legítimo para puderem justificar o dinheiro que têm. Por outro lado, também existem as desavenças com a polícia em que

grande parte dos traficantes tem uma certa abordagem para com a polícia, sabem que a polícia é a justiça e é necessário respeito, mas também os polícias não se podem esquecer que os cidadãos também têm direitos e existem maneiras e maneiras de abordagem para com os cidadãos e por vezes é aí que surgem os problemas com a polícia, por vezes a abordagem não é a mais adequada à situação e surge a revolta por parte dos criminosos.

4. Qual o grau de hostilidade da população do BCV para com a PSP? A que se deve?

Há cerca de 2 ou 3 anos quando aqui estava o Comissário Luís Gonçalves a forma de abordar era totalmente diferente da que é hoje, ele saía do carro e ia logo a correr para o prédio e seja quem fosse que ele encontrasse ali ele partia para a violência e na esquadra mais violência havia. Algo irónico era que as pessoas que ligavam para a polícia, maioria das vezes moradores do BCV, mesmo tendo chamado a polícia não gostavam das agressões que viam e essas situações é que fazem com que a população se torna hostil para com a polícia. Outra questão aqui importante é a educação, haviam polícias que depois de jantar vinham embriagados e desfardados para ao pé da população do bairro e começavam a dizer “macacos” e “ilha dos macacos” ou seja, atitudes racistas, se somos nós, população, que contribuimos para os seus salários, moradores do bairro, maioria da população cabo-verdiana e guineses, querem descansar pois trabalham e os polícias deveriam ter mais respeito, existe muito abuso de poder e depois sabemos que são polícia e se reagirmos de alguma maneira podemos estar a dar ases a que partam para a violência.

5. Como caracteriza as pessoas responsáveis pela maioria dos distúrbios causados no BCV?

São pessoas no desemprego e com falta de oportunidades, com muitos jovens à mistura.

6. Portugal utiliza um modelo desajustado e ineficaz de realojamento social?

No geral penso que sim. Os problemas muitas vezes entre população do mesmo bairro, rivalidades são o espelho disso mesmo. No meu caso, vim para o Lumiar, mais precisamente BCV, desde 2012, também sempre tive familiares aqui a morar e no fundo, do sítio onde vivia e para onde vim, é igual, e isso leva-me a concordar que seja

desajustado pois foi tudo aqui metido um bocado “à balda”. Tudo isto contribui para os problemas sociais e criminais porque o BCV sempre teve tráfico e sempre vai continuar a ter, cerca de 25% das pessoas que ali vivem aderem ao tráfico e isto vai aumentar pois cada vez existem menos oportunidades e mais necessidades.

7. Desde a implementação das equipas do Programa Escola Segura (EPES), considera que estas são fundamentais para garantir a segurança e vigilância nas áreas escolares, prevenção da delinquência juvenil e deteção de problemas que possam interferir na vida dos cidadãos?

Podem ser fundamentais para quem quer mudar, para quem não quer mudar não ajuda. Quem quer mudar, leva isso como uma ajuda, aceita e segue o bom caminho, porém quando se é jovem e se tem uma mente muito fértil, queres seguir o caminho que achas que é melhor, queres aderir a coisas que sabes que “estão na moda” e acabas por seguir a moda, segues a maioria pois a minoria pensas que está errada, contudo, a minoria é que acaba por estar certa pois vais encontrar caminhos que não consideras serem para ti e quando te aperceberes já é tarde demais.

8. Considera o papel de vigilância das EPAV (Equipas de Proximidade e Apoio à vítima), como preventoras da violência doméstica, apoio às vítimas de crime e acompanhamento pós-vitimação, como fundamental para manter a segurança e o bem-estar da população do BCV?

O papel dessas equipas falha no BCV. É raro ver-se a presença das mesmas, o comum é a ajuda entre os moradores. Acredito que essas equipas quando são chamadas façam o seu trabalho bem feito, porém, no BCV as pessoas pedem mais rapidamente ajuda ao vizinho do que a pessoas de fora.

9. O policiamento de proximidade/comunitário é uma estratégia sólida no combate a criminalidade organizada nas ZUS em geral, e no BCV em particular?

Quem anda nessa vida quer sempre distância da polícia, nós por um lado temos os nossos problemas e procuramos ultrapassá-los sem precisar da polícia, porém, é importante a existência do policiamento de proximidade e comunitário para dar a conhecer que nem todos os polícias são iguais. No meu caso, não sou muito fã de pessoas da autoridade porque cometi muitos erros na minha vida, mas no caso, por

exemplo, do Comissário Luís Gonçalves eu tinha uma ligação com ele, uma ligação com respeito, ele dava-me os “bons dias”, perguntava-me como é que estava a minha mãe, perguntava se eu estava bem, mesmo ele sabendo que eu andava nessa vida. Lembro-me de uma noite que pararam o carro ao pé de nós e o Comissário veio falar comigo e eu disse que não estava “com cabeça” para aquilo hoje e o Comissário poderia ter sido outro em termos de abordagem, mas não, perguntou o que se passava, se era algo com a minha família, ou seja, preocupou-se, aí sentia a ligação, sentia o policiamento comunitário. Contudo, claro que quando o Comissário visse alguém em locais de crime e soubesse que estava ali por perto, possivelmente envolvido, ele abordava e aí era necessária a cooperação porque senão iria ser uma abordagem mais violenta, mas, mais uma vez ressaltar, se existe cooperação, não era necessário estar toda o tempo com as mãos na parede, por vezes se te quisesses sentar podias.

10. No que se baseia uma estratégia sólida no combate à criminalidade organizada nas ZUS?

O respeito e a educação. No papel de um polícia, que está todos os dias a combater o crime, para que é que é necessária a abordagem se não desconfiarem de nada suspeito? É que é isso que acontece muitas vezes e isto para dizer que quanto mais abordagens, mais moradores, mais pessoas de fora assistem aquilo e mais alimenta o crime e a ideia de crime. Hoje em dia, é difícil o combate ao crime, o fim nunca vai existir, podem estar a acabar com o crime numa porta e está a começar crime noutra. Na minha visão, se fosse polícia, a solução que vejo é a infiltração no meio, teria de me infiltrar para subtrair o máximo de informação, para depois ter operações como aconteceram à meia dúzia de anos em que muita gente do BCV foi presa.

11. Qual o contributo das Zonas Urbanas Sensíveis para a criminalidade organizada?

Hoje em dia, qualquer bairro que visitemos há tráfico, há crime, por menor que seja há. Posso afirmar que $\frac{3}{4}$ do crime, ou entre 65% e $\frac{3}{4}$ se passa nas ZUS, o restante é praticado fora dos bairros. Não são só as ZUS que contribuem para o crime organizado, existem outros sítios que também contribuem como discotecas, cafés, por vezes, as zonas mais “finas” de Lisboa é onde existe tráfico de coisas pesadas, armas, drogas, o que for, e aí ninguém vai desconfiar por essa mesma razão, por ser uma zona “fina”.

12. Adotando uma perspectiva futura, quais considera serem as tendências do crime no Bairro da Cruz Vermelha?

O crime no BCV vai aumentar, mas vai passar por modificações, não vai ser tanto visível. O crime no BCV está constantemente a mudar e a adaptar-se. Uma pessoa nunca vai vestir a mesma roupa para sempre, nunca vai adotar o mesmo estilo para sempre, e os traficantes também nunca vão utilizar as mesmas técnicas de venda, etc, para sempre. O covid-19 é algo que veio amenizar as coisas, o preço do haxixe aumentou na rua, pois durante meses deu-se o recolher obrigatório e com isto a polícia também pôde tomar partido para ver quem anda na rua a “fazer pela vida” e quem não anda. Quando as pessoas começarem a estar vacinadas, isto vai voltar ao que era, ou pior, porque muita gente que vivia da venda e se recolheu para casa passou por dificuldades e agora, mais do que nunca, precisa de dinheiro, outra gente que nunca esteve ligada ao tráfico vai querer aderir porque passou mal financeiramente por causa do covid-19, quem comprava drogas vai continuar a comprar e a frequentar essas mesmas bancas ou pessoas e depende também da qualidade do produto, mesmo dentro do bairro, onde existir melhor qualidade é onde as pessoas vão, isso é que regula o mercado da droga, não falo só em drogas mas também em armas e outras coisas e é isso que leva a que hajam mais problemas em certos momentos, por exemplo, hoje pode ser a zona do Lumiar, BCV que está “em altas”, amanhã já pode ser a zona de Queluz-Belas, entre outros. Ou seja, o crime vai sempre aumentar, as crianças, a nova geração, está a crescer e cresceu a ver o tráfico, muitos deles cresceram com dificuldades e até hoje estão com dificuldades. Eu fui preso e quando saí existiam crianças que tinham 10,12 anos por aí e agora estão com 15, 16 e tu até podes pensar “este aqui só quer é namorar” e está na vida do tráfico. Muitas vezes são aproveitados estes jovens menores porque caso sejam “apanhados” com alguma coisa não vão presos ou a pena é bem mais baixa. Portanto, quantas mais pessoas nascerem lá, mais dificuldades vão ter e mais tráfico vai haver.

• **Apêndice A7- Questionário “Delinquência Juvenil”**

Olá! O meu nome é Márcio Santos, sou um antigo aluno da tua escola e estou a fazer um trabalho na faculdade sobre “Zonas Urbanas Sensíveis e o Crime Organizado”. Este questionário é sobre fatores de risco relacionados com a delinquência juvenil.

A tua participação neste estudo é voluntária.

Logo abaixo vais encontrar uma série de perguntas a cerca de ti e do teu relacionamento familiar e social.

Em cada questão coloca apenas um (X) sobre a resposta que te parece a mais verdadeira.

Seleciona apenas uma resposta em cada questão. Se tiveres alguma dúvida não hesites em perguntar.

Este questionário é absolutamente **confidencial** e **anónimo**, deste modo peço para que **não escrevas o teu nome**. Não existem respostas certas ou erradas, entretanto, peço que leias atentamente as perguntas e respostas sinceramente de acordo com a tua opinião.

Obrigado! 😊

Grupo I

Dados pessoais

1. Sexo: Masculino Feminino

2. Idade: _____ anos

3. Escolaridade: _____ ano

4. Já reprovaste? Sim Em que ano? _____ Não

5. Já foste expulso da escola? Sim Em que ano? _____ Não

6. Em que zona vives? Paço do Lumiar Ameixoeira Bairro da Cruz Vermelha Alto do Lumiar

Charneca Galinheiras Fetais Telheiras Outro Qual? _____

7. Tens irmãos? Sim Quantos? _____ Não

8. Com quem vives? Pais Avós Tios Outro: _____

9. Qual a tua nacionalidade? _____

10. Os teus pais estão: Casados Separados Divorciados Outro: _____

11. Quais as habilitações académicas do teu pai? _____ E da tua mãe? _____

12. Já fugiste de casa? Sim Porquê?
_____ Não

13. Quantas pessoas moram na tua casa? (incluindo tu) _____

14. Sentes-te uma pessoa fácil de interiorizar normas e regras? Sim Não

15. O que fazes nos teus tempos livres? Ler Desporto Passear Ver filmes/séries
Videojogos Outro Qual? _____

16. Numa escala de 1-10 como classificas o papel da escola no processo de preparação para o teu futuro? _____

17. Com que idade gostarias de ser pai/mãe? Entre 18-20 21-23 24-26 27-29 30 ou mais

18. És associado a algum grupo ou *gang* na escola ou for a dela? Sim Qual? _____
Não

19. Já alguma vez tiveste problemas com a lei? Sim Não

20. O que gostarias de ser no futuro? _____

Grupo II

Gostaria de saber mais sobre ti e o teu relacionamento com as pessoas que te rodeiam.

21. O relacionamento com a tua mãe é bom? Sim Não

22. O relacionamento com o teu pai é bom? Sim Não

23. Os teus pais já foram presos alguma vez? Sim Não

24. Já viste o teu pai alcoolizado? Sim Não

25. Já viste a tua mãe alcoolizada? Sim Não

26. Já viste algum dos teus pais a usarem drogas? Sim Não

27. Os teus pais batem em ti? Sim Não

28. Já viste algum tipo de violência entre os teus pais? (agressões e insultos) Sim Não

29. Os teus pais deixam-te fazer o que queres? Sim Não

30. Passas bastante tempo com os teus pais? Sim Não

31. Os teus pais ajudam-te nas tarefas da escola? Sim Não

32. A maioria dos teus amigos já cometeu algum tipo de crime? Sim Não

33. Os teus amigos incentivam-te a não respeitar as regras? Sim Não

34. A tua família passa ou já passou dificuldades económicas? Sim Não

35. O lugar onde moras é confortável? Sim Não

36. Sentes-te infeliz às vezes? Sim Não

37. Sentes-te sozinho? Sim Não

38. Gostas de te relacionar com os teus amigos? Sim Não

39. Tens boas notas? Sim Não

40. No lugar onde vives assistes frequentemente a algum tipo de ilegalidade? (tráfico, roubos...) Sim Não

Grupo III

Gostaria de saber qual dos comportamentos abaixo descritos tu já fizeste. Lembro mais uma vez que as respostas são confidenciais

41. Já me envolvi em brigas (insultos, golpes, palavras ofensivas) Sim Não

42. Já bati em alguém Sim Não

43. Já ameacei alguém Sim Não

44. Já extorqui dinheiro de colegas Sim Não

45. Já roubei (objetos, carros, motas, dinheiro, vestuário...) Sim Não

46. Já invadi uma propriedade privada Sim Não

47. Já faltei às aulas sem justificação Sim Não

48. Já andei em transportes públicos sem bilhete Sim Não

49. Já conduzi um carro sem carta de condução Sim Não

50. Já consumi drogas Sim Não

51. Já fumei droga Sim Não

52. Já vendi droga Sim Não

53. Já comprei bebidas alcoólicas Sim Não

54. Já me embriaguei Sim Não

55. Já estraguei de propósito edifícios públicos Sim Não

56. Já andei munido de faca ou arma Sim Não

***O questionário termina por aqui!
Obrigado por participares!***

• **Apêndice A8- Questionário “O sentimento de (in)segurança”**

Olá! O meu nome é Márcio Santos, estou a fazer um trabalho na faculdade sobre “Zonas Urbanas Sensíveis e o Crime Organizado”. Este questionário é sobre o sentimento de segurança/insegurança da população residente nas ZUS (Zonas Urbanas Sensíveis/Bairros Problemáticos).

A sua participação neste estudo é voluntária.

Logo abaixo vai encontrar uma série de perguntas, mais precisamente 16, a cerca da sua visão sobre o lugar onde vive. Após a conclusão do questionário clique em "Submeter".

Em cada questão escolha a resposta que lhe parece a mais verdadeira.

Se tiver alguma dúvida não hesite em perguntar a alguém próximo que a/o possa ajudar!

Este questionário é completamente CONFIDENCIAL e ANÓNIMO, deste modo peço para que não escreva o seu nome. Não existem respostas certas ou erradas, entretanto, peço que leia atentamente as perguntas e responda sinceramente de acordo com a sua opinião.

Obrigado! :)

1. Sexo: Masculino Feminino
2. Idade: até 15 anos 16-20 anos 21-25 anos 26-30 anos 31-35 anos
36-40 anos 41-50 anos 51-60 anos 61-70 anos mais de 70 anos
3. Escolaridade: 4º ano 5º ou 6º ano 7º, 8º ou 9º ano 10º ou 11º ano 12º ano
Licenciatura, Mestrado ou Doutoramento
4. Vive num Bairro Problemático/Zona Urbana Sensível? Se sim, qual?

5. Há quanto tempo vive num bairro problemático?

6. Já alguma vez teve problemas com a lei? Sim Não
7. A zona onde vive é geralmente: Muito Seguro Moderadamente Seguro
Nem Seguro/Nem inseguro Moderadamente inseguro Muito Inseguro
8. Como se sente ao sair da rua de dia? Muito Seguro Moderadamente Seguro
Nem Seguro/Nem inseguro Moderadamente inseguro Muito Inseguro
9. Como se sente ao sair da rua à noite? Muito Seguro Moderadamente Seguro
Nem Seguro/Nem inseguro Moderadamente inseguro Muito Inseguro
10. No lugar onde vive, assiste frequentemente a algum tipo de ilegalidade? (tráfico, roubos...) Sim Não
11. De 1-10, como classifica o nível de preocupação da polícia com o bairro em que vive?

12. Coopera com a polícia para prevenir a violência ou a criminalidade na zona em que vive? Sim Não

13. O policiamento comunitário/policiamento de proximidade visam o trabalho em parceria das forças policiais com os cidadãos no sentido de resolver alguns problemas relacionados com o crime, o medo do crime, a qualidade de vida e as condições dos bairros. Como classifica numa escala de 1-10 a importância do policiamento comunitário/ de proximidade para o controlo e resolução dos problemas descritos acima? _____

14. Por vezes, o sentimento de insegurança num bairro problemático é elevado e nem sempre a polícia possui os meios considerados suficientes por parte dos cidadãos para fazer face a essa elevada insegurança. Tendo isto em conta, considera que possuir uma arma de fogo, de forma ilegal, seja uma solução para o problema? Sim Não

15. Os cidadãos que vivem em bairros problemáticos e que não seguem com a escola podem ver no crime organizado (tráficos de droga, armas, seres humanos, branqueamento de capitais) uma alternativa para alcançarem o nível de qualidade de vida desejado. Apesar dos riscos, considera que vale a pena este tipo de vida? Sim Não

16. Como classifica, numa escala de 1-10, o nível de crime da zona em que vive?

O questionário termina por aqui!

Obrigado por participar!